
Nº 09
GETULIO
Ano 2 Maio/junho de 2008 R$ 8,00
ISSN 1980-5780
9 771980 578001 09
FGV

Cursos 2008/2
Segundo Semestre

Programa Modular de Especialização

O programa de pós-graduação *lato sensu* do GV*law*, com duração de dois anos, foi concebido em módulos independentes entre si, distribuídos em duas categorias: formação e profissionalizantes. Possui as seguintes áreas de concentração.

- Contratos Empresariais
- Direito Administrativo
- Direito Econômico
- Direito Empresarial
- Direito Penal Econômico
- Direito Societário
- Direito Tributário
- Propriedade Intelectual
- Responsabilidade Civil

Cursos de Educação Continuada

A educação continuada do GV*law* é voltada a profissionais graduados que buscam aperfeiçoamento técnico e acadêmico em programas bimestrais, semestrais ou anuias, marcados pelo aprofundamento seletivo nos mais variados ramos do Direito e sensíveis à realidade cambiante das questões jurídicas.

Cursos Corporativos

Com objetivo de conciliar as necessidades de aprimoramento constante e o tempo cada vez mais escasso dos profissionais, o GV*law* oferece aos setores público e privado, cursos corporativos, com duração e conteúdos totalmente customizados.

Áreas de atuação:

- Arbitragem
- Aspectos Jurídicos das Relações Internacionais
- Concretização e Sistematização do Direito
- Contabilidade Aplicada ao Direito
- Contabilidade Fiscal
- Contratos Internacionais
- Direito Administrativo Geral
- Direito Ambiental Empresarial
- Direito do Entretenimento
- Direito do Terceiro Setor
- Direito e Conjuntura
- Direito e Agronegócio
- Direito Econômico Regulatório
- Direito Empresarial – Elementos de Direito Empresarial
- Direito Empresarial do Trabalho
- Direito Penal Econômico – Crimes Tributários, Lavagem de Dinheiro e Outros Crimes
- Direito Societário – Tipos Societários no Novo Código Civil
- Economia Aplicada ao Direito
- Estratégias Processuais na Advocacia Empresarial
- Estratégias Societárias, Sucessórias e Tributação
- Estrutura Jurídica para Empresários Familiares: Governança Corporativa
- Finanças Aplicadas ao Direito
- Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais
- Fusões, Aquisições, Reorganizações Societárias e *Due Diligence*
- Empreendedorismo, Inovação e Direito
- Jurisprudência Constitucional
- *Law and Economics*
- Mercado de Capitais – Aspectos Jurídicos
- Organização dos Negócios Imobiliários
- Planejamento Tributário
- Poder Judiciário, Segurança Jurídica e Realidade
- Política Fiscal
- Propriedade Intelectual - Concorrência Desleal, Segredos de Negócio e Criações Industriais
- Responsabilidade Civil na Área de Saúde
- Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo
- Responsabilidade Civil na Área de Saúde: Médicos e Hospitais
- Técnicas de Negociação
- Tributação e Crime
- Tributação do Setor Comercial
- Tributação dos Mercados Financeiros e de Capitais e dos Investimentos Internacionais

Inscrições Abertas até 23/06/2008

FGV GVlaw

www.fgv.br/direitogv/gvlaw - telefone: (11) 3281-3330

TEMPOS DE BONANÇA COM O NOVO MERCADO

Este número de *Getulio* que você começa a ler está focado nas novas formas de capitalização e financiamento para as empresas, num momento de boas notícias que revelam a solidez do crescimento econômico brasileiro. Resultado de um processo iniciado com a estabilidade financeira trazida pelo Plano Real e que o atual governo teve a sabedoria de manter. Os recordes que a Bovespa vem batendo são um dos melhores índices deste momento feliz. Na entrevista desta edição, Raymundo Magliano Filho, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, diz: "Nós temos no Brasil lugares de excelência como a Vale, a Embraer. O agronegócio brasileiro é competentíssimo. Mas o Brasil hoje está sendo reconhecido lá fora não só por ter mercado agrícola, também por seu mercado financeiro. Daqui a pouco o pessoal vai acordar". Nos dias seguintes a essa animada afirmação, a agência de classificação de risco Standard & Poor's elevava a nota do Brasil e a Bovespa fechava pregões com altas constantes, ultrapassando os 70.000 pontos.

Não deixa de ser um marco, coroamento de um trabalho sério que vem sendo implementado por uma equipe responsável. Como se sabe, essa não foi a tônica no histórico do mercado de capitais. Como discorre Ary Oswaldo Mattos Filho em seu artigo "Uma nova relação com o mercado de capitais", algumas reformas anteriores "Não produziram nem empresários nem acionistas – ou seja, não produziram o crescimento do mercado de valores mobiliários enquanto instrumento de estímulo do setor produtivo. O que se gerou foi um tipo de empresa que não se acostumou com acionistas; e um tipo de acionista que não se sentia participante de um empreendimento". Mas os tempos agora parecem ser outros. Em "A aposta na profissionalização", Arthur Barrionuevo mostra como as operações de private equity e venture capital podem alçar empresas familiares à condição de multinacionais, investindo não apenas em grandes idéias, mas principalmente em estratégia, modernização e competitividade.

Transformar uma *idéia de negócio* em uma *oportunidade de negócio* é uma das migrações mais difíceis e complexas dentro do sistema capitalista, ensina Cláudio Furtado no artigo "Os anjos do investimento", pois "não basta um bom projeto, é preciso executá-lo, pô-lo em prática". E, a partir daí, desenhar estratégias de expansão. Cláudio mostra como, em busca de novas oportunidades de negócio, os *angel investors* assumem os riscos quando o assunto é aplicar recursos para expandir novas empresas e lucrar futuramente no mercado de capitais.

Esse bloco da revista se completa com as reportagens "Capital e profissionalismo" e "Os novos milionários". A primeira, assinada pelo jornalista Sílvio Crespo, mostra como os "investidores anjos" e os fundos de venture capital e private equity mudam a vida e dão um choque de gestão em empresas que querem crescer. "A diferença entre ser o dono de uma empresa simples, familiar, e liderar um negócio com faturamento na casa de dezenas de milhões de reais está, em alguns casos, em ter ou não iniciativa para correr atrás de dinheiro no mercado e disposição para adotar as práticas profissionais consagradas no mundo corporativo", escreve Crespo. Em "Os novos milionários", Beatriz Rey esboça o perfil de um dos corretores que entraram no clube dos que dispõem de US$ 1 milhão aplicado no mercado financeiro – em um ano em que o número de milionários, no Brasil, se elevou 60.000.

No mundo em que vivemos, precisamos de um sistema econômico auto-sustentável, de bens, de estímulo para os negócios. "Mas isso não é o bastante. Precisamos de algo a mais. E a espiritualidade não é um *optional*, mas uma necessidade do ser humano", ensina o jovem lama budista Michel Rinpoche, na entrevista que publicamos a partir da página 34. A conversa com Michel é um saudável contraponto e um momento de reflexão sobre a interdependência de todos nós e nossa responsabilidade na construção de um futuro de inclusão e de bem-estar para todos.

Mas há ainda outras boas leituras neste número.

Numa seção especial sobre os 40 anos de 1968, intelectuais e professores como Antonio Angarita, Carlos Guilherme Mota e Cláudio Niwcles Arantes comentam com o repórter Gabriel Kwak reminiscências e contextualizam "As lições de 1968, 40 anos depois". Fechando a seção, José Eduardo Faria contrasta um texto seu, de 1978, quando os acontecimentos daquele maio de 68 fechavam uma década, com o cortante "1968 – a revisão de uma efeméride". Leitura indispensável.

E mais: Luísa Pécora mostra a arte cibernética da artista plástica Raquel Kogan, com diversas exposições marcadas para exibir uma proposta que busca chamar a atenção do espectador para as coisas do cotidiano que ele enxerga, mas não vê. Fábio Fujita desvenda o Japão ocidental do escritor Haruki Murakami: com o lançamento de *Kafka à Beira-Mar*, o mais célebre nome da nova literatura feita naquele país oriental começa a ser conhecido pelo público brasileiro, o que não deixa de ser uma homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil. José Reinaldo de Lima Lopes, professor da Faculdade de Direito da USP e da Direito GV, homenageia ao autor de *Coronelismo, Enxada e Voto* com o inspirado texto "O legado e o desafio de Vitor Nunes Leal".

Até julho.

Leandro Silveira Pereira



GV*law*.

Uma das maiores instituições de Direito do país agora com o CEP da sua cidade.

O GV*law* – Programa de Especialização e Educação Continuada da Direito GV – atua na Rede de Conveniados do FGV *Management* desde o segundo semestre de 2004, em especial nas principais cidades do interior de São Paulo e Paraná. Desde o segundo semestre de 2007, o GV*law* também oferece nessas cidades os cursos de MBA em Direito Empresarial e Direito Tributário, com a mesma qualidade e corpo docente dos cursos oferecidos na capital de São Paulo.

REDE DE CONVENIADOS

- **Strong:**
  Santos: (13) 3228-6000 – www.strong.com.br
  Santo André: (11) 4433-6166 – www.strong.com.br
  Alphaville: (11) 4688-1199 – www.alphastrong.com.br
- **Conexão:**
  São José dos Campos: (12) 3924-8524 – www.conexaofgv.com.br
  Guarulhos: (11) 6442-8909 – www.conexaofgv.com.br
- **Business Institute**
  Campinas: (19) 3739-6420 – www.bifgv.com.br
- **COC**
  Ribeirão Preto: (16) 3603-9850 – www.coc.com.br
- **ISAE**
  Curitiba: (41) 3321-7800 – www.fgvpr.br
  Londrina: (43) 3327-7700 – www.fgvpr.br
- **Trecsson**
  Maringá: (44) 3029-1162 – www.trecsson.com.br
- **Centro Hermes de Educação Superior**
  Bauru: (14) 2106-9900 – www.fgvbauru.com.br

FGV
GVlaw
www.fgv.br/direitogv/gvlaw

FGV

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgvsp.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Editor de arte: Marcos Ribeiro
Design Gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Coordenação editorial: Andreza da Silva Mendonça Caetano
Ilustração da capa: Marcelo Garutti
Fotografia: Tiana Chinelli
Colaboraram nesse número: José Batista Carvalho (revisão), Weberson Santiago (ilustrações), Tiana Chinelli (fotografia), Ana Paula de Deus, Arthur Barrionuevo, Ary Oswaldo Mattos Filho, Beatriz Rey, Camila Mamede, Camila Mendonça, Cláudio Furtado, Diogo Coutinho, Emerson Fabiani, Fábio Ferreira Durço, Fabio Fujita, Gabriel Kwak, Gabriella de Lucca, João de Freitas, José Eduardo Faria, José Reinaldo de Lima Lopes, Juliana Schumann, Luísa Pécora, Rui Santos e Sílvio Crespo.

Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

FGV GVlaw

GVlaw
Coordenador: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3281-3330
www.fgv.br/direitogv/gvlaw

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO
em processo de filiação

Impressão e Acabamento:
Globo Cochrane Gráfica e Editora.

SUMÁRIO

03 Apresentação: Tempos de bonança com o Novo Mercado
Por Leandro Silveira Pereira

06 Cartas: correção sobre a nota atribuída pela CAPES à PUC

08 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos

09 Notas curtas: os bons números da Bovespa

10 Uma nova relação com o mercado de capitais
Por Ary Oswaldo Mattos Filho

14 A aposta na profissionalização do mercado
Por Arthur Barrionuevo

18 A revolução silenciosa que mudou uma cultura
Entrevista com Raymundo Magliano Filho

26 Os anjos do investimento: venture capital e private equity
Por Cláudio Furtado

30 Novo Mercado: Capital e profissionalismo
Por Sílvio Crespo

34 Fazer algo pela sociedade: Começar agora, não amanhã
Entrevista com o lama Michel Rinpoche

40 Homenagem: O legado e o desafio de Vitor Nunes Leal
Por José Reinaldo de Lima Lopes

44 O Japão ocidental de Haruki Murakami
Por Fábio Fujita

48 A Arte Cibernética de Raquel Kogan
Por Luísa Pécora

52 As lições de 1968, 40 anos depois
Por Gabriel Kwak

58 Especial: 1968 – A revisão de uma efeméride
Por José Eduardo Faria

62 Os novos milionários
Por Beatriz Rey

66 A Bovespa e as lições de Norberto Bobbio
Por Carlos Costa



Capa. Raymundo Magliano Filho, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, é o personagem da entrevista desta edição. Nesta imagem da capa, o dono da corretora Magliano e discípulo de Norberto Bobbio é retratado pelo ilustrador Marcelo Garutti a partir de foto de Tiana Chinelli – um trabalho que se inspira nos portraits do pintor contemporâneo Francis Bacon.

THAMES
idiomas

Traduções Técnicas e Juramentadas em todos os idiomas

Tradução Simultânea

Ensino de idiomas in company

Preparatório para Exames Internacionais (TOEFL, LSAT e outros)

Soluções em idiomas onde você estiver.

(11) 3891 1054
www.thames.com.br

CARTAS

ALGUNS DOS E-MAILS, CARTAS, ELOGIOS E PEDIDOS DE CORREÇÃO ENVIADOS À REDAÇÃO DE *GETULIO*:

POR QUE A PUC-SP NÃO PERDEU PONTOS NA CAPES?

Diante do artigo publicado na página 66 da *Getulio* (edição janeiro de 2008), por Carlos Costa, não posso me furtar a tecer alguns comentários. Confesso, porém, que menos pela posição que ocupo na CAPES, mas sobretudo pelas constantes indagações, algumas indignadas, outras confusas, que receberam as mais diversas instâncias da PUC-SP.

Durante o triênio 2004/2006 (a CAPES realiza sua avaliação trienalmente), tive a honra de compor o Conselho Técnico-Científico (CTC), como representante da ANPG. Paralelamente a essa atuação, fui convidado pelo Coordenador da Área do Direito na CAPES, Prof. Jacintho Nelson Miranda Coutinho (UFPR), a compor também o Comitê da Área, tão-somente pelo fato de que o Direito não tem, na atual composição, representação no CTC. Por minha formação jurídica, ainda em curso, fiz as vezes de representante *ad hoc* do Direito no CTC, de modo que me sinto inteiramente à vontade para rememorar a trajetória da PUC-SP na CAPES. Some-se a isso o fato de que toda minha formação, desde a graduação, passando pelo mestrado e no doutoramento em curso, ter sido produto da PUC-SP.

Em primeiro lugar, gostaria de rechaçar o título do artigo do Prof. Carlos Costa. Cumpre informar que a PUC-SP não perdeu pontos na CAPES; o conceito 5 repetiu-se na Trienal 2004 e na Trienal 2007. A verdade é que a PUC-SP, assim como a USP, são mantenedoras de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGs) em Direito de proporções gigantescas, quando comparados com a maioria dos integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Aqui, contudo, deve entrar a razoabilidade como critério tácito da avaliação. PPGs como os da PUC-SP e da USP não podem ser avaliados da mesma maneira que um PPG recém-criado. Primeiro porque à época da fundação destes PPGs, que costumo alcunhar de programas-ônibus, os critérios eram distintos. Segundo porque sem essas instituições de ensino o SNPG em Direito ruiria, dada a forte nucleação de ambos, que é a capacidade de formar docentes para outros PPGs. Só para se ter uma idéia, cerca de 26% dos docentes-doutores que lecionam em PPGs brasileiros obtiveram seu título na PUC-SP.

De outro lado, não se pode fechar os olhos e tapar os ouvidos face à pressão crescente por vagas. O aumento dos cursos de graduação faz com que as instituições de ensino superior (IES) demandem cada dia mais mestres e/ou doutores, sob pena de descumprimento de suas obrigações perante o MEC.

O elevado ingresso de discentes no PPG da PUC-SP, verificado em anos anteriores, gerou grave desnível na relação docente/discente, mormente numa instituição em situação financeira que merece cuidados, fato que por si só impede a contratação de docentes a contento, em número suficiente para sustentar uma gama enorme de PPGs nas mais diversas áreas que a IES oferece.

O que a PUC-SP vem fazendo, já com resultados comprovados em 2007, é ampliar seu número de professores (foram incorporados 21 no ano de 2007) e reduzir a entrada de novos discentes, mesmo que à custa de redução de faturamento e ceifa de sonhos de centenas de postulantes às vagas.

Há, outrossim, a tradição dos projetos de pesquisa vinculados a alguns docentes, reconhecidamente qualificados e altamente produtivos, mas que, por não se enquadrarem nos paradigmas vigentes da CAPES, merecem maior atenção. Ressalte-se que esse fato, por si só, não é fator de redução de conceito, mas tão-somente oportunidade para se vislumbrar uma solução serena e consensual entre padrões vigentes e projetos tradicionais, sem, todavia, destes jamais tirar o lustro e a qualidade.

Todas essas soluções demandam dedicação e coragem, ingredientes que não têm faltado à Coordenação da PUC-SP, sob a batuta do Mestre Paulo de Barros Carvalho.

O Conselho Técnico-Científico, em sessão histórica realizada em dezembro de 2007, reconheceu as dificuldades dos PPGs mais antigos e de maior porte. O colegiado foi sensível ao declarar injusta a comparação entre PPGs tão distintos, uns com 10 ou 15 docentes e 40 alunos, outros com 70 docentes e mais de 1000 alunos. Obedeceu à máxima de justiça ao tratar desigualmente os desiguais.

Por outro lado, conferiu, de modo coerente, um voto de confiança e incentivo aos PPGs que ostentam elevada produção intelectual, reconhecida capacidade de nucleação e, ainda, vibrante liderança nacional. Foi por essas e outras que a PUC-SP não perdeu pontos na CAPES.

André Lemos Jorge, ***advogado, membro do Conselho Técnico-Científico da CAPES e do Grande Comitê de Direito da CAPES, mestre e doutorando em Direito pela PUC-SP***

Senhor editor, tomei conhecimento da matéria elaborada por V.Sª para a Revista *Getúlio* nº 7, de janeiro de 2008, sobre a qual devo dizer-lhe o quanto segue: 1) O título está radicalmente equivocado. Consoante publicação oficial, o Programa de Pós-graduação da PUC/SP obteve nota 5 (cinco), mantendo o nível de avaliação anterior, o que significa não ter havido qualquer perda de pontos na CAPES. 2) Para que V.Sa. saiba, o Programa de Pós-graduação em Direito da PUC/SP, com a tradição de seus 37 (trinta e sete) anos de existência contínua, sempre teve excelente produção intelectual e acadêmica. No último período analisado por aquele órgão, apresentou nada menos do que 540 (quinhentos e quarenta) livros ou capítulos de livros publicados, por 45 (quarenta e cinco) docentes, superando, nesse item, as demais instituições de elevada respeitabilidade. 3) Ao mesmo tempo, 73% (setenta e três por cento) dos programas de pós-graduação do país contam com pelo menos um doutor formado pela PUC/SP na composição de seus quadros, o que significa expressivo poder de nucleação, segundo a terminologia utilizada no setor. 4) Trata-se de programa amplo, com número grande de alunos, seja no nível de mestrado seja no de doutorado, razão pela qual são muitas também as dissertações e as teses. 5) Rejeito, contudo, de maneira veemente, duas ironias contidas em seu texto: uma delas, depreciando a quantidade de dissertações e de teses que o programa aprovou no último triênio; e a outra, com a cláusula que encerra a matéria: *Seguramente deve haver muita coisa boa no meio disso tudo*! Quanto à primeira, grande parte das dissertações e teses despertaram interesse de renomadas editoras, tanto assim que ocupam espaço considerável nas livrarias jurídicas especializadas, sendo constantemente citadas por autores da melhor doutrina. No que tange à segunda, que bem denuncia a tendencialidade do escrito, asseguro que há, de fato, *muita coisa boa no meio disso tudo*. Entre elas a circunstância de estar presente na direção do recém-credenciado curso de mestrado da GV o ilustre professor Oscar Vilhena, que se graduou em Direito pela PUC-SP. Aquilo que não há de *bom no meio disso tudo*, certamente, é a desinformação e a irresponsabilidade na veiculação de notícias. Atenciosamente

Paulo de Barros Carvalho, ***professor Titular da PUC/SP e da USP, coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP).***

O artigo que causou tal desagrado (que reconhecemos procedente) foi escrito com base no que se comentou, no final do ano passado, sobre o parecer das comissões de avaliação da CAPES, incluindo números e gráficos a que tivemos acesso. Antes, portanto, da "sessão histórica" realizada em finais de dezembro de 2007, em que o Conselho Técnico-Científico resolveu, com razoáveis motivos, manter a pontuação do programa da PUC-SP. Admitimos o erro do título, realmente a PUC não perdeu pontos, e nos desculpamos.

LIVROS RARES E PERDIDOS?
LIVROS IMPOSSÍVEIS?
COLEÇÕES PRECIOSAS DESAPARECIDAS??
OBRAS RARAS E ESGOTADAS??
ENVIE SEU PEDIDO PARA:
sanskryyttus@pop.com.br
A ARQUEOLOGIA DOS
LIVROS PERDIDOS!!
Porto Alegre - RS
Fones: (51) 3022-8989
(51) 9242-3387
LIGUE AGORA!
MAIS DE 15.000 OBRAS ESPECIAIS NO ACERVO.
DE 80 ANOS DE TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA.
ENTREGA GRÁTIS
PARA TODO BRASIL
POR SEDEX E/OU VARIG LOG
ENVIE SEU FONE P/ AGILIDADE NAS ENCOMENDAS

O SITE DE NOSSA REVISTA!

Para navegar pelo site da Getulio basta acessar www.fgv.br/revistagetulio http://www.fgv.br/revistagetulio . Além de ficar sabendo sobre textos e reportagens de edições anteriores, há espaço para sugestões, comentários e críticas. Você pode enviar sua colaboração ou contrastar pontos levantados por nossos articulistas. Ou enviar textos para apreciação do conselho editorial.



VIDA **ACADÊMICA**

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

O QUE É E O QUE DEVE SER O DIREITO

Para compreender as razões histórico-filosóficas que levaram a teoria do direito a assumir sua atual conformação, Alberto Alonso Muñoz elaborou sua dissertação "Transformações na teoria geral do direito: argumentação e interpretação do jusnaturalismo ao pós-positivismo", orientado por Ronaldo Porto Macedo Jr. A defesa ocorreu em maio de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, diante de banca composta por Luiz Henrique Lopes dos Santos e Tércio Sampaio Ferraz Junior, além do orientador.

A hipótese inicial do autor era de que a teoria geral do direito teria passado por modificações que progressivamente ocasionaram a perda do conteúdo e a maior ênfase em critérios estritamente formais para a definição do que é o direito. Assim, se propôs a "descobrir as raízes das diversas alternativas jusfilosóficas atuais que procuravam responder à questão de o que é e o que deve ser o direito", explica Alberto.

Ao estudar o positivismo jurídico – família de filosofias que ocupou o lugar central na teoria geral do direito – que foi sucedido por novas correntes, o autor buscou encontrar o que ocasionou essa variedade de "paradigmas metodológicos". "Elas revelam uma unidade de problemas e de soluções, mais ou menos compartilhadas, que nascem dos escombros dos pressupostos do positivismo jurídico", afirma. Para tanto elaborou uma genealogia das teorias filosóficas do direito, sugerindo que se observem por um lado as transformações do direito, que a filosofia jurídica pretende descrever e valorar. Por outro lado, Alberto indica o olhar sobre a própria filosofia, "cujas vicissitudes atingem esse ramo especializado. O trabalho oscila entre esses dois pólos", define, "para compreender como a filosofia do direito assumiu uma nova face toda vez que, ao se transformar, alterou correlatamente sua concepção do direito".

Sua intenção não era elaborar uma história das filosofias do direito entre os séculos XVIII e XX, mas sim tratar de alguns dos problemas centrais que levaram à crise do positivismo jurídico, e que fizeram nascer as diversas famílias das filosofias do direito a partir da segunda metade do século XX. Para Alberto, "o crescente formalismo jurídico acompanhou a necessidade de abranger, com critérios cada vez mais gerais, normas cuja estrutura e conteúdo resistiam a se inserir no quadro da teoria do direito elaborada no contexto do Estado liberal do século XIX". A partir da segunda metade desse século, ele observa ainda uma progressiva corrosão da filosofia da representação, cujos reflexos são projetados sobre a filosofia do direito no século seguinte, alimentando a crise e conduzindo a novos caminhos.

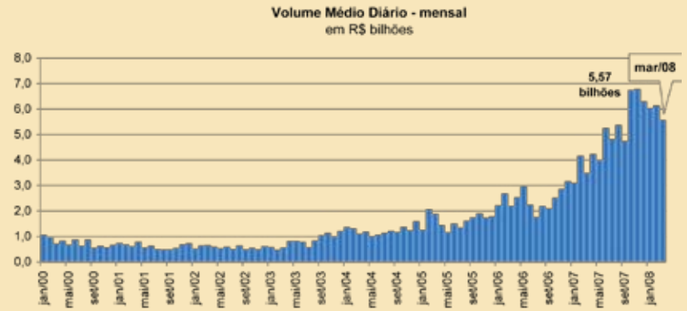
Alberto conclui que a crise final da família dos "positivismos" ocorreu nos anos 50 e 60, revelando sua incapacidade em dar conta do direito e de sua estrutura mantendo os pressupostos mais gerais da filosofia da linguagem e da representação clássicas. Ressurgem então teorias de argumentação e da interpretação jurídica, "em que a linguagem passa a desempenhar um papel central e preponderante, demonstrando que a antiga filosofia da consciência e da linguagem havia chegado, com atraso, ao fim na filosofia do direito", conclui Alberto. Dessa forma, acredita, abriu-se espaço para novas teorias na filosofia do direito cujo parentesco ainda deve ser definido, talvez a partir dos problemas que herdaram e das soluções comuns que apresentam.

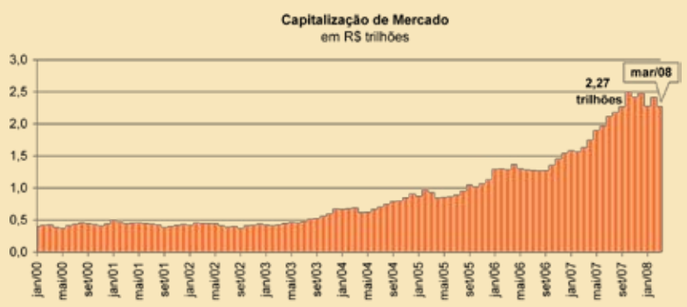
Para o autor, as transformações da teoria do direito acompanharam as mutações do direito. "E, com um pouco mais de atraso, as da própria filosofia", salienta. "O panorama que descrevi revela algumas das dificuldades e desafios propriamente teóricos da filosofia do direito na atualidade. Entretanto, não nascem apenas das transformações na filosofia, mas também e, sobretudo, daquelas por que passou o direito e sua prática entre os séculos XIX e XX". (Camila Mamede)

NOTAS **CURTAS**

OS BONS NÚMEROS DA BOVESPA

O intenso trabalho de popularização desenvolvido pela Bovespa, "A Bolsa do Brasil", vem dando resultados. Desde que iniciou o programa "Bovespa vai até você", em 2002, já atendeu um público de 474.195 interessados, foram 93.607 contatos nos canais de atendimento, sendo criados 2.300 clubes de investimento (números até 31 de março de 2008). O "Bovespa vai aos municípios" visitou 9 regiões, o "Mulheres em Ação" organizou 162 eventos, e o "Bovespa vai ao Judiciário" contabiliza 113 palestras e encontros. Abaixo, números de participação de investidores.









UMA NOVA RELAÇÃO COM O MERCADO DE CAPITAIS

Do crash no século 19 aos atuais recordes históricos, a Bolsa de Valores apostou em transparência e profundas transformações para atrair e educar o investidor brasileiro

Por Ary Oswaldo Mattos Filho

A idéia fundamental do mercado de capitais é a de transferir poupança – daqueles que a detêm para os que dela necessitam, visando novos investimentos. O mercado de capitais é o elo financeiro do qual se aproximam tanto os poupadores quanto os tomadores de recursos, subdividindo-se em duas vertentes: de um lado, o mercado financeiro; de outro, o mercado de valores mobiliários.

O mercado financeiro pratica a intermediação, captando recursos dos poupadores e emprestando aos tomadores em nome próprio. Se, por algum motivo, o tomador de recursos não pagar, a instituição financeira responderá ao poupador. Um banco, por exemplo, pode captar recursos por meio de depósitos simples, através da subscrição de Certificados de Depósito Bancário (CDB) ou de papéis (debêntures) emitidos pela própria instituição. O banco empresta, em nome próprio, esse dinheiro, ao tomador de recursos interessado em ampliar seus negócios, diversificar seu empreendimento, gerar novas riquezas. Caso esse tomador não pague ao banco, os poupadores que efetuaram depósitos ou compraram papéis de renda fixa da instituição não correm nenhum risco relativo. A menos que o banco quebre – e esse risco final todos corremos.

Já o que ocorre com o mercado de valores mobiliários, que é a outra vertente do mercado de capitais, é um tanto diferente – e é o que nos interessa nesta abordagem. Aqui os recursos são captados por meio da emissão de valores mobiliários que os poupadores subscrevem. Se não houver o pagamento de um valor mobiliário subscrito, cabe ao próprio emitente responder, não ao banco ou instituição intermediadora. Portanto, este é o mercado da desintermediação. Uma empresa, por exemplo, emite ações. As sociedades corretoras e os bancos vendem os papéis e entregam o dinheiro captado para a empresa que os emitiu. A relação da empresa/corretora foi de mera intermediação, mera aproximação entre o poupador e o tomador do recurso. Se porventura a empresa quebrar ou não pagar a debênture, o intermediador não terá de responder pelas perdas. Essa é a diferença entre os mercados – razão pela qual o financeiro é chamado "da intermediação" e o de valores mobiliários "da desintermediação". O mercado de capitais é a espécie maior que engloba os dois.

O *crash* brasileiro

O mercado de valores mobiliários tem uma tradição razoavelmente longa no Brasil. Ele se iniciou, fundamentalmente, no final do século 19, durante a Primeira República, quando a política econômica do então ministro da Fazenda Rui Barbosa estimulou as empresas a emitir ações negociadas com a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a única então existente. Essa política causou verdadeiro *frisson*, além de uma elevação não-natural dos preços. Se comparada à Bolsa de Nova York, a Bolsa do Rio teve a primazia da quebra, ou seja, a nossa crise do fim do século 19 antecedeu o *crash* de 1929, com o mesmo fundamento.

O aquecimento não-natural ou, para utilizar uma palavra de nossa época, não sustentado da economia levou à quebra da Bolsa do Rio logo no seu nascedouro. A crise começou nos bancos, autorizados pelo governo federal a emitir notas de circulação próprias. As empresas começaram a lançar ações no mercado para investir em diversos empreendimentos – alguns rentáveis, mas a maioria não. Houve até alguns delírios, como a construção da ferrovia Madeira–Mamoré, uma estrada que ligava nada a lugar nenhum. Mas o grosso do dinheiro ficou

Nomeados pelo presidente ou governadores, os corretores, naquele contexto, eram vitalícios, o que gerava a dúvida, se eram ou não funcionários públicos...

mesmo no Rio de Janeiro, não chegou a ser aplicado em projetos seguros, em negócios que gerassem novas riquezas, proporcionando lucros e dividendos. E assim o que ocorreu foi o aumento anormal dos preços, gerando inadimplência entre os que tomaram dinheiro para comprar ações junto aos bancos, que por sua vez entraram em dificuldades. E o mercado foi ao colapso.

De lá para cá o mercado de valores mobiliários no país teve alguns altos e baixos. Mas, desde o primeiro momento, é o governo federal que autoriza o funcionamento das bolsas. Havia ainda as bolsas estaduais, autorizadas pelos governos estaduais a transacionar papéis da dívida pública estadual e a fazer leilões de câmbio. Na Bolsa do Rio os corretores eram nomeados pelo presidente da República; nas estaduais, pelos respectivos governadores. A função de corretor naquele contexto era hereditária e exercida até a morte do nomeado, o que gerava a dúvida, até 1964: os corretores de valores e títulos eram ou não funcionários públicos?

Com a Lei do Mercado de Capitais, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, as bolsas brasileiras ganham uma nova formatação – passam a ser uma associação civil, sem fins lucrativos; os corretores têm que se organizar em sociedades por ações; retiram-se do pregão as transações de câmbio, ficando somente as de valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas; cria-se um fundo de garantia para responder pelo cumprimento inadequado (ou não-cumprimento) de ordens enviadas por comitês de compradores e vendedores.

Caminho das pedras

A partir daquele patamar de1965 o governo federal começou a desenvolver um processo de estímulos fiscais, visando o crescimento do mercado de valores mobiliários por meio do reaproveitamento do Imposto de Renda. As empresas que lançassem ações no mercado secundário teriam a possibilidade de redução de carga fiscal relativa ao IR. Já as pessoas físicas que subscrevessem as ações também teriam a oportunidade de reduzir o seu imposto. Pouco tempo depois, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social começou a financiar a aquisição dessas ações com juros subsidiados e com correção monetária altamente favorecida ao investidor, pois a taxa de inflação àquela altura já era elevada.

Esse processo crescente se estendeu ao setor empresarial. Depois, por pressão de empresários, mudou-se a legislação das Sociedades Anônimas: as ações preferenciais (PN), sem direito a voto, passaram de 50% para 66,66%. Criaram-se incentivos fiscais para a pesca, para o reflorestamento, para a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.), para a extinta Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e uma série de outras áreas. Incentivos que se revelaram ineficientes e até desastrosos, na medida em que não criaram empresas com verdadeira vocação para sociedades anônimas, que quisessem a parceria atuante de acionistas. Esses empresários queriam na verdade receber mais dinheiro do governo por meio desse biombo que foram os acionistas. Queriam buscar recursos baratos diretamente no mercado, e indiretamente do governo, por meio do incentivo fiscal.

Essa conjuntura também não criou verdadeiros acionistas. O poupador estava trocando o que pagaria ao IR por um investimento que, se algum dia rendesse, já seria melhor do que deixá-lo para a União. O que se gerou foi um tipo de empresa que não se acostumou com acionistas; e um tipo de acionista que não se sentia participante de um empreendimento. Não produziu nem empresários nem acionistas – ou seja, não produziu o crescimento do mercado de valores mobiliários enquanto instrumento de estímulo do setor produtivo.

Mais tarde ocorre a paulatina extinção na medida em que o Estado brasileiro entrava em uma de suas inúmeras crises financeiras. O que só demonstrou que os incentivos eram artificiais – não chegaram a produzir nem de perto nem de longe o que se buscava. O que se criou foi uma classe de empresários que, mais tarde se verificou, com o crescimento dos estímulos, venderam sua participação nas empresas para investidores estrangeiros, deixando os acionistas do mercado à míngua, apropriando-se os controladores da mais-valia. Foi o momento da grande mudança de controle acionário de empresários brasileiros para estrangeiros. O fato é que durante um período o mercado de capitais apresentou crescimento, a bolsa novamente esteve no centro das conversas, mas faltaram profissionalismo e gestão transparente.

O resultado disso foi a crise de 1970 para 1971, com a quebra de várias empresas, não pagamento dos valores investidos, o crescimento do endividamento de muitas pessoas físicas, que animadas pelo crescimento do valor das ações tomaram dinheiro emprestado em bancos, venderam carros, aparelhos eletrônicos, etc., para fazer aplicações. Quando tudo veio abaixo, surgiu o retrato clássico da quebra. E, a partir daí, a bolsa sossegou novamente. O mercado mobiliário entrou num processo de diminuição substancial de suas atividades, era hora de lamber as feridas, de dormência.

Mais transparência, mais negócios

Tais fatores causaram um repensar do mercado e desembocaram na mudança da Lei das Sociedades Anônimas, pela 6.404, de 15 de dezembro de 1976. E também na criação da Comissão de Valores Mobiliários, pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, pela qual se retirou do Banco Central a competência para normatizar o mercado de valores mobiliários. Nesse momento a CVM era um órgão novo e fraco, mas veio crescendo com o tempo.

Por deliberações do Conselho Monetário Nacional, valores mobiliários emitidos por sociedades e por ações foram passados para a competência da CVM, bem como novos valores mobiliários não emitidos por sociedades. Por meio de leis aprovadas pelo Congresso Nacional, vieram os fundos de investimento, os certificados de investimento, ou seja, a CVM foi ganhando cada vez mais competência para regular esse mercado. O Banco Central, por sua vez, saiu do mundo dos valores mobiliários, dos consórcios, dos investimentos agrícolas, e passou a concentrar esforços enquanto autoridade monetária.

O mercado de valores mobiliários brasileiro, agora submetido à CVM, abarcou os negócios transacionados na Bolsa de Valores e na Bolsa de Mercadorias e Futuros – e cresceu de maneira substancial. A par disso, também se abriu para o investimento estrangeiro, permitindo que as empresas brasileiras emitissem papéis no exterior para buscar recursos, e que investidores estrangeiros pudessem atuar no mercado secundário, bem como na subscrição primária de valores mobiliários. Com isso um volume grande de investidores institucionais – fundos de pensão e companhias seguradoras – veio para as bolsas no Brasil, aplicando aqui recursos. Esses investidores estrangeiros, principalmente, trouxeram a mentalidade de fiscalização sobre as empresas emitentes, tendo em vista que, no exterior, eles são pesadamente responsabilizados já que são gestores de recursos de terceiros. Respondem por qualquer ato voluntário ou de falta de atenção que venha causar prejuízo aos investidores. Essa fiscalização gerou a transparência dos fundos gestores.

Os investidores estrangeiros fundaram uma associação no Brasil e através dela começaram a estimular regras da boa governança corporativa, a que veio se somar um esforço de auto-regulação da própria Bolsa de Valores – e isso criou um mercado diferenciado para as empresas que tivessem um comportamento mais transparente e de maior respeito para com o investidor. Mais do que isso, os investidores institucionais – que são os fundos de pensão nacionais e estrangeiros, as companhias seguradoras – passaram a não comprar ou jogar lá embaixo o preço das novas emissões de empresas que não aderissem ao chamado "novo mercado", pressionando-as a pensar sobre os benefícios que a gestão transparente e a existência de ações votantes no mercado secundário atuaria enquanto elemento de valorização de seus papéis.

O caso é que o mundo dos investimentos respondeu rapidamente e as ações do "novo mercado" aumentaram em preço, quantidade e número de empresas – processo iniciado há mais ou menos oito anos e que hoje financia um grande número de empreendimentos, fazendo com que o preço da ação no mercado secundário funcione como prêmio ou castigo ao desempenho das regras da boa governança corporativa.

Poupar para investir

A questão da poupança no Brasil é cultural. De certo modo, há o ditado corrente de que uma característica brasileira é a de ter a vocação da riqueza sem a vocação da poupança. Mas isso vem mudando. Não se trata apenas de levantar o montante do investimento mais simples, que se chama caderneta de poupança, embora haja bilhões de reais aplicados dessa maneira. Mas o que vem a ser a poupança disponível via mercado? É preciso somar os recursos dos fundos de pensão, uma vez que o empregado da empresa está fazendo uma poupança. Depois, os recursos dos fundos geridos pelas instituições financeiras, os de renda fixa, renda variável e fundos mistos. Sem esquecer que o dinheiro aplicado num fundo visando a aposentadoria também é poupança. Além do FGTS – parte dele vai para o BNDES, que financia empresas, que gera crescimento.

Nesse sentido, há um esforço de mudança sendo realizado há bastante tempo. A Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, visita empresas para estimular um comportamento mais regrado quanto às finanças pessoais, explicando o que é o mercado de ações e estimulando investimentos em ações da Petrobrás ou debêntures do BNDES, por exemplo, com recursos do FGTS. Além disso, estimula a criação de clubes de investimento para poupadores menores.

A CVM tem mostrado que é capaz de fiscalizar. Mas essa mudança de cultura não é nacional, ela ocorre, sim, em localizações específicas no mapa do Brasil – mas é um processo crescente. A Bovespa está criando mecanismos para ter um mercado secundário de títulos de renda fixa, não só de variável, como as ações. O investidor procura uma corretora ou banco e investe em fundos de renda variável, transferindo a gestão para um mercado que se diz especializado. Ao poupador cabe conferir se a aplicação está indo bem ou não.

Os investidores estrangeiros trouxeram a fiscalização sobre as empresas emitentes, pois lá fora são pesadamente cobrados pela má gestão de recursos de terceiros

O espectro de investidores mudou muito com a competência da CVM. A última grande mudança foi o exercício consciente da auto-regulação, ou seja, o poder e o dever que a bolsa tem de estabelecer normas e fiscalizar, responsabilizando quem não obedece às regras. Atualmente temos cerca de 25% do investimento realizado por pessoas físicas. Uma parcela maior é formada pelos investidores institucionais. Depois há o investidor estrangeiro, cerca de 30%, e o nacional, 40%. Hoje o mercado se encontra completamente diferente do que foi há 20 anos. De alguma maneira, o quadro atual revela parte dessa mudança cultural em relação à poupança e ao trabalho de regulação.

Com isso, o mercado de valores mobiliários está financiando esse novo momento de crescimento do Brasil. Basta verificar os lançamentos de novas ações em 2007. Somados, giram em torno de 60 a 70 bilhões de reais. Só a Bovespa e a BM&F, juntas, negociaram quase 10 bilhões, deixando nítido o processo de mudança, consolidação e atuação mais ativa da Comissão de Valores Mobiliários. Os resultados têm se traduzido em números – e em números positivos.

(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa)



A APOSTA NA PROFISSIONALIZAÇÃO

Como o venture capital pode alçar empresas familiares à condição de multinacionais investindo não apenas em grandes idéias, mas principalmente em estratégia, modernização e competitividade

Por Arthur Barrionuevo

No ano passado foi realizado o primeiro censo sobre *venture capital* no Brasil. O estudo não aconteceu por acaso: ganhou maior relevância essa indústria de organizações que toma recursos de investidores privados para aplicar em empresas que ainda não possuem capital, apenas idéias ou conhecimento. Com os resultados, o Centro de Estudos em *Private Equity* e *Venture Capital* (GVcepe) da FGV-EAESP divulgou o material a professores, para que pudessem ensinar aos alunos da Escola de Administração e Economia como funciona essa área.

Muitas vezes, uma nova empresa ou os responsáveis por um rentável empreendimento não possuem conhecimentos em administração que são fundamentais: sem eles, a empresa pode ir à falência – por melhor que seja a idéia. Dessa forma, os investidores de *venture capital* conseguem atrair talentos gerenciais para a empresa desde o início das atividades. Também são uma vantagem para empresas familiares que cresceram baseadas apenas no empreendedorismo de um fundador.

É importante dizer que, hoje, as empresas familiares brasileiras, já de certo porte, estão passando por um processo de profissionalização sem o qual não conseguiriam crescer, ou até mesmo sobreviver, em um novo ambiente. A Gerdau é um exemplo de empresa familiar que é, também, uma das principais multinacionais brasileiras. Ou seja, ser um grupo familiar atualmente não significa necessariamente que ele seja pouco profissional.

Qualquer empresa pode ter problema com a figura do fundador, até mesmo as de *venture capital*, em que apenas uma pessoa assumiu a liderança. Com certa freqüência, ocorrem dificuldades para substituir esse primeiro líder. A organização e a estrutura são importantes, mas as pessoas também contam (e muito). Esse outro lado é igualmente vital: carisma e capacidade de motivar pessoas – alguns gestores têm, outros não. Às vezes, quando o líder/gestor é extremamente carismático, fica difícil substituí-lo porque toda a organização acaba se identificando tanto com as qualidades como com os defeitos desse fundador.

Novo Mercado

Um fato novo que também ajuda a profissionalizar muitas empresas é a abertura de capital. Elas acabam aderindo ao "Novo Mercado", essa nova classe de empresas com gestão transparente criada pela Bolsa de Valores. E para aderir a esse mercado a empresa precisa ter práticas administrativas – a governança corporativa, para usar o jargão do momento – que sejam adequadas e que permitam aos acionistas ver como ela realmente está funcionando. É como se fosse um ISO de transparência para que os investidores tenham acesso à situação financeira e a tudo o que está acontecendo no âmbito da unidade de negócios e da empresa, de modo a conferir exatamente onde há risco ou não, e até que ponto a empresa está bem.

Essa série de regras favorece muito os acionistas e ajuda a profissionalizar as empresas. Não era assim no passado. Nos anos 1970 – o último grande ciclo de crescimento continuado da economia brasileira – a maior parte das empresas financiava novos empreendimentos com fundos próprios, com os lucros acumulados. As margens eram boas, até por causa da alta taxa de crescimento. Além disso, utilizavam recursos oficiais do BNDES.

O problema é que se há um ambiente econômico mais competitivo – o que é bom para os consumidores, para a sociedade – as margens de lucro serão menores. Então, há a necessidade de captar recursos externos, uma vez que apenas os internos não sustentam um crescimento acelerado. Não há problema se a economia estiver estagnada, mas, se ela começa a crescer rapidamente e há mais competição, as empresas precisarão também de recursos e de capital externo – de fora da empresa, não necessariamente do país.

Antes era o BNDES que desempenhava esse papel de provedor de fundos complementares, que repassava os recursos para as empresas. Atualmente a economia cresceu e houve uma diversificação das fontes. Os bancos comerciais, nossos conglomerados bancários, provêm mais o capital de curto prazo. Mas quem está provendo esses recursos hoje em dia (pelo menos às empresas de porte) é a Bolsa de Valores, cuja importância como parceira nesse jogo tem sido crescente. No passado ela era importante apenas quando o índice da Bovespa (Ibovespa) crescia rapidamente e as empresas enxergavam uma oportunidade de ganhar fundos a um custo mais baixo por um período limitado de tempo. Mas quando elas aderem ao Novo Mercado e lançam suas ações, passam a uma situação bastante diferente do oportunismo que houve no passado. Agora, com certeza, é preciso se adaptar para entrar nesse Novo Mercado.

Poupar para o futuro

Depois dos anos 1930 nossa economia contou com uma participação muito importante do Estado no sentido de ajudar o processo de industrialização. O mercado existia e vinha crescendo, mas o Brasil, até a crise de 1929, ainda era essencialmente uma economia agroexportadora, com um grau de urbanização muito pequeno – 30% da população vivia nas cidades, 70% no campo. O fechamento do mercado como forma de incentivar a industrialização voltada para o mercado interno se acelerou depois da crise de 1930, no processo conhecido como substituição de importações. O Plano de Metas da era Juscelino avançou ainda mais nesse rumo, assim como os governos militares – com o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel destacando a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, energia elétrica).

Hoje qualquer empregado do setor privado sabe que, se tiver uma renda de classe média, não conseguirá manter seu padrão de consumo com uma aposentadoria do INSS

Houve, claro, alguma correção de rota, com o problema da conjuntura internacional frente à crise do petróleo daquela década, mas um dos problemas foi a falta de poupança. Os militares resolveram isso criando a poupança forçada, como o FGTS e tributações; aumentaram as receitas do governo, mas contiveram os gastos de consumo. Então sobrou uma poupança, que o governo investia diretamente. Nos anos 1970 chegou a investir algo como 6% do PIB ao ano – o que é bastante. Como já se contava com uma poupança privada, o resultado foram taxas de investimento significativas.

Nos anos 1980 e 90 o governo aumentou os gastos e a tributação, então se torna difícil poupar: quando começa a tirar renda da sociedade, as pessoas têm menos para economizar e consumir. Hoje qualquer empregado do setor privado sabe que, com uma renda de classe média, não conseguirá manter seu padrão de consumo com a aposentadoria do INSS. A população percebeu a questão e então surgiu uma indústria de previdência complementar. Antes havia apenas os fundos de pensão estatal que ainda são importantes. Hoje mais pessoas estão aderindo a esses novos planos complementares, seja por meio de bancos ou de empresas que tenham o seu fundo de pensão privado, de previdência aberta ou fechada. O governo também criou um incentivo fiscal importante: em alguns desses planos pode-se postergar a tributação do Imposto de Renda, o que possibilita acumular mais rapidamente.

O papel do governo

Houve uma série de incentivos altamente positivos no sentido de aumentar a poupança do setor privado. Já o governo não faz sua tarefa tão bem assim: não está cumprindo sua parte em termos de investimento. Tanto é que a tributação está hoje em 35% do PIB, e o Estado brasileiro gasta a maior parte dessa receita investindo menos de 1% do PIB – o que chega a ser ridículo. Apesar de ter aumentado a arrecadação, não aumentou proporcionalmente os investimentos em infra-estrutura. Uma das maneiras de suprir essa baixa capacidade de investir que o governo mostra – e há muito tempo – é a privatização, como esta fazendo (pelo menos) com as estradas.

No entanto, há projetos que não dão um retorno imediato, mas são muito importantes em termos de desenvolvimento econômico. Uma estrada no interior do Nordeste, por exemplo, pode ser fundamental para que um grupo de comunidades consiga escoar a produção. Porém, no início, não haverá retorno para o investidor privado. Nesse caso o governo tem um papel em criar infra-estrutura que no momento não pode ser substituído. Pode até terceirizar a operação, mas terá de investir.

Nesse contexto, o que aconteceu com as empresas? Com o crescimento econômico e a possibilidade de exportar, aumentando a competição internacional dentro do país após a abertura de 1990, elas sentiram duas necessidades: modernizar-se para sobreviver e buscar fundos no mercado. Poderiam conseguí-los através do BNDES, mas o banco tem uma capacidade limitada para atender a todos. Poderiam se capitalizar com a reinversão dos próprios lucros, mas estes não eram suficientes porque se havia passado por um longo período de "vacas magras". Além do mais, as empresas também foram sentindo a necessidade de melhorar sua administração – e aqui falo mais das familiares, que representavam boa parte das empresas brasileiras.

São, portanto, várias tendências que confluem: de um lado, o esgotamento da poupança do governo para suprir as empresas de fundos via BNDES, como no passado; de outro lado, a maior competição, que também reduz margens. Além disso, devido ao longo período sem crescimento, a acumulação de caixa pelas empresas foi reduzida. E então chega o momento em que há uma retomada: a necessidade de investimento para manter a participação de mercado, para lucrar mais. E as empresas perceberam a Bolsa de Valores, daí esse enorme número de IPOs (Ofertas Públicas Iniciais de Ações), onde elas buscavam fundos. E o que fez a Bovespa? Numa época, seus negócios (como as *ADRs-American Depositary Receipts*, certificados negociáveis de empresas não-americanas emitidos nos Estados Unidos) estavam se transferindo para o exterior. Ao lançar o Novo Mercado, ela tornou mais atraente a compra de ações por parte dos fundos de pensão.

Responsáveis e novas regras

Entre os atores mais importantes vejo a Bovespa e o empresariado. Ela teve visão para lançar o Novo Mercado, a que poucos aderiram no início. Foi à mesma época, 1999, que se instituiu o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), consolidando uma iniciativa surgida em 1994 com o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA). Também o lado empresarial foi ágil ao perceber que existia essa oportunidade, tendo em vista as necessidades de fundos para investir e competir. Houve gente com visão nesses dois sentidos. E é claro que os bancos de investimento também ajudam as empresas a entrar no mercado, convencendo, mostrando vantagens. Esses intermediários financeiros desempenham papel importante.

A indústria de *venture capital* começou a surgir porque, à medida que a Bolsa cresce, acaba acontecendo o que houve nos anos 1980, em que uma ou duas pessoas manipulavam pregões, havia golpes. A Bolsa era pequena e, por isso, alguns poucos donos de instituições financeiras, com alto poder de alavancagem, conseguiam fazer o preço das ações subir e descer. Com o atual volume de negócios, é cada vez mais difícil torná-la manipulável, e duvido que alguma instituição financeira esteja disposta a entrar no mesmo tipo de aventura que acontecia no passado.

O governo não faz sua parte em investimento. Com tributação em 35% do PIB, o Estado gasta a maior parte da receita, investe menos de 1% do PIB. Chega a ser ridículo

Se novos fundos de pensão foram surgindo e a Bolsa mudou as regras tornando sua operação mais transparente, tornou-se um negócio mais atraente investir nela. O que ocorreu foi uma convergência de interesses. E a Bolsa foi capaz de se reestruturar para isso. Se a economia continuar crescendo, esse movimento de consolidação também continuará ocorrendo; e a classe média irá cada vez mais aderir aos fundos de pensão. Tudo isso acaba mudando bastante a feição da nossa economia, do nosso capitalismo. De alguma maneira, é um salto de modernização.

É claro que o governo deve contribuir com novas regras, modernizando normas – para começar, há muito imposto que pode ser reduzido. Já que a tendência do momento atual é tão positiva, o Estado poderia facilitar ainda mais o processo. O setor privado tem feito coisas importantes, agilizado processos importantes. Não vejo o governo fazendo a sua parte, mas sim querendo voltar a velhos modelos – novamente, direcionar recursos para as grandes empresas, se envolver numa fusão entre grupos de telefonia, como no caso da BrT-Oi, a BrasilT Telecom e a Oi, ou de emprestar dinheiro à Vale do Rio Doce... A Vale merece, mas ela possui outras formas de se autofinanciar, ou seja, não precisa da ajuda de recursos do BNDES. Há uma série de médias empresas que, com um impulso maior, talvez pudessem se tornar mais competitivas internacionalmente.

A atuação do BNDES é hoje muito mais alavancadora de grandes empresas que poderiam captar recursos no mercado. Não há sentido nisso, pois é a volta da velha política industrial dos anos 1950 de eleger os "campeões nacionais", algo que já foi abandonado no resto do mundo. Não sou contra apoiar, por exemplo, a Embraer no financiamento de suas exportações – é algo fundamental, todos os países apóiam suas grandes empresas e devemos fazer o mesmo. Não sou contra os grandes, mas há situações em que o uso de recursos é discutível.

Para nós, brasileiros, é importante apoiar movimentos que levem a uma modernização de nosso capitalismo. Por vários motivos: para torná-lo mais eficiente, aumentar a riqueza e ajudar a distribuição, em vez de ficar fomentando instrumentos antiquados. Não sou contra a intervenção do governo, mas acredito que ela é melhor para a sociedade se acontecer na direção dessas tendências de modernidade, que redistribuam riqueza e poder econômico. Nesse sentido devemos dar muita ênfase ao empreendedorismo e a empresas médias que estão próximas do mercado mundial.

(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa)



A REVOLUÇÃO SILENCIOSA QUE MUDOU UMA CULTURA

Para o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo a instituição vive um momento de otimismo e bons negócios por traduzir uma mudança por parte do investidor e do empresário, num quadro de visibilidade e transparência

Por Carlos Costa
Fotos Tiana Chinelli – Instante

Tranqüilo e low profile (não se encontra uma linha sobre ele no site da Bolsa de Valores de São Paulo-Bovespa), Raymundo Magliano Filho se manteve econômico nas respostas durante esta entrevista concedida a *Getulio* no penúltimo dia de abril. Na animada e breve conversa – de que participou o assessor e jornalista Izalco Sardenberg – no escritório da corretora fundada por seu pai, o presidente da Bolsa só se permitiu um arroubo. Chegando ao final do encontro, animado, Raymundo deixou escapar: "Nós estamos financiando o dobro que financiou o BNDES. Ele financiou 60 milhões, nós financiamos 120. O Brasil hoje está sendo reconhecido lá fora, não só por ter mercado agrícola, também está sendo reconhecido pelo seu mercado financeiro. Daqui a pouco o pessoal vai acordar". Nos dias seguintes a Bovespa fechava com recordes de pontuação, repercutindo a notícia de que o Brasil ganhara o título de grau de investimento pela agência de notas de crédito Standard & Poor's – com o Ibovespa, o indicador de referência das ações brasileiras, avançando 2,21% e chegando a ultrapassar a marca dos 70 mil pontos. Segundo a instituição, informava a *Folha* online, o "Brasil mereceu este prêmio em virtude do amadurecimento de suas políticas públicas, que resultou na diminuição da carga da dívida externa e interna e melhorou a tendência de crescimento econômico". Foi sobre essa tônica que se desenvolveu a entrevista, com os melhores momentos transcritos a seguir.



No Novo Mercado o investidor se move num âmbito com regras claras, acesso ao modo como as corporações gerem seus negócios

A bolsa vive um momento especial. Desde agosto de 2007 até agora ela apresentou 19% de valorização, contra 11% da Rússia, 6% da Índia e México. É a maior alta entre as bolsas de países emergentes. A que o senhor atribui esse momento especial?

Raymundo Magliano Filho Há fatores econômicos que contribuem muito no sentido de uma estabilização econômica, como o controle da inflação, a fiscalização das contas públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, por um lado. De outro, temos conseguido números expressivos na exportação, na balança de pagamentos, com superávits históricos. E também por termos criado aqui no Brasil o Novo Mercado, que é um mercado em que existe uma responsabilidade maior por parte da empresa perante os acionistas, principalmente os minoritários. Esse é um fator muito importante, porque gera uma alta credibilidade. No momento em que a empresa é visível, é transparente, em que ela é obrigada a fornecer os esclarecimentos necessários para o investidor, este se sente muito mais seguro em aplicar ou investir em uma determinada ação.

O que vem a ser o Novo Mercado?

Magliano Filho Criamos na bolsa esse conceito do Novo Mercado – uma criação brasileira que se inspira no Novo Mercado da Alemanha. Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa, atendendo a quesitos adicionais em relação ao que é exigido pela legislação que regula o mercado de capitais. A valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido por esses direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. Essa é a premissa em que se baseia o Novo Mercado. Esse novo mercado dá mais direitos aos acionistas do que está previsto na própria lei. Nele, as ações são apenas ordinárias, com direito a voto. Assim, no caso de uma empresa ser vendida, por exemplo, o poder de controle é igual para todos os acionistas. É um fator muito importante, porque o investidor sabe o que está comprando, e caso a empresa seja vendida ou haja uma fusão, ele irá receber os mesmos benefícios dos proprietários. É uma mudança importante na legislação feita pela Bolsa de Valores. E isso vem desde 2000.

Houve um mentor na criação dessa idéia do novo mercado?

Raymundo Magliano Foi um movimento que aconteceu no âmbito da Bovespa, da administração da bolsa, de que participou ativamente o presidente anterior. Quem trabalhou muito nesse projeto foi a Maria Helena Santana, atual presidenta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lá no Rio de Janeiro, o José Roberto Mendonça de Barros também se dedicou muito a essa idéia. Várias pessoas trabalharam e foi elaborada uma adaptação do modelo alemão. Isso deu muita força ao nosso mercado, porque o investidor se move num âmbito com regras claras, específicas, ele tem acesso ao modo como as corporações gerem seus negócios, e as empresas são obrigadas a prestar informações trimestrais para os acionistas. Isso facilita enormemente a disponibilidade de informações para o investidor.

O conceito da governança corporativa faz parte dessa visão de como gerir as empresas no Novo Mercado?

Raymundo Magliano Sim, com a governança corporativa a empresa passa a ter uma visão muito mais profissional, com vários comitês, tendo uma direção composta por profissionais independentes – ou seja, não pertencem à família do dono ou do fundador da empresa. O conselho de administração deve ter o mínimo de 5 membros com mandato unificado de até dois anos, permitida a reeleição – sendo que 20%, no mínimo, desses membros deverão ser conselheiros independentes. Nós da Bovespa, por exemplo, com a abertura de capital que fizemos, temos 9 conselheiros, 4 deles ligados ao mercado de capitais e 5 independentes. Isso dá muita garantia para o investidor, pois, se há gestores independentes, eles estão lutando pelos interesses dos acionistas. Essa é uma visão nova, uma transformação da cultura de mercados capitais importante.

Pelo que se sabe, apenas 160 empresas entraram nessa ala vip do mercado. Quais são os requisitos para uma empresa entrar no Novo Mercado?

Raymundo Magliano Ela precisa ter uma visão totalmente nova em termos de boa governança, de profissionalização de seus quadros de gestores e ter condições de mudar a visão interna de que ela é obrigada, a partir daquele momento, a ser visível, muito transparente, de dar o acesso. Ela passa da condição de ser a empresa de um dono, que tem o controle da gestão, para ser uma sociedade com cobrança pública. O acionista é que irá cobrar tudo do conselho gestor. Todos os seus atos, todas as assembléias deverão ser transparentes, com a possibilidade da cobrança do investidor. Essa visibilidade dá muita força para as empresas, porque cada vez a gestão da empresa se torna mais profissional.

Há muitos pedidos de empresas interessadas em ingressar nesse clube?

Raymundo Magliano Nós estamos tendo no Brasil uma revolução silenciosa da cultura do investidor, que está acreditando no mercado, que é um produto que tem conteúdo. O empresário também está olhando se ele realmente deseja crescer; e, se quiser se tornar um competidor de nível internacional, tem que ter sócios. E na hora em que tiver sócios ele terá de aprender a conviver com a auditoria, vai ter de se submeter a controle. É uma nova visão que está mudando o perfil do empresário brasileiro. Várias empresas que estão se constituindo hoje estão focando no novo mercado, porque sabem que nele terão um canal de financiamento permanente. Várias empresas do ramo de construção começam a participar desse novo mercado, alguns frigoríficos brasileiros se capitalizaram de modo a até comprar frigoríficos lá fora. O novo mercado dá condições de competir nacionalmente e até de comprar empresas internacionais, como é o caso da própria Gerdau, que vem comprando uma série de empresas no exterior, aumentando sua competitividade. É uma condição importante para aquele que quiser competir e se tornar uma empresa global, ampliando sua área de atuação.

Em síntese, quais os requisitos para um grupo familiar ingressar no Novo Mercado?

Raymundo Magliano Está tudo no site da Bovespa: a entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", que, como disse, são mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias e favorecem a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada. A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias. Porém, essa não é a única inovação, há outras mais.

Poderia dar alguns exemplos?

Raymundo Magliano Para ficar num caso concreto, a companhia participante do Novo Mercado tem como obrigações adicionais a extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores no caso da venda da empresa. Há, além disso, a realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou de cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado. Como já disse, o conselho de administração precisa ter um mínimo de cinco membros, sendo dois independentes. E, sobretudo, transparência nas informações prestadas, abertas ao público, com demonstrações financeiras trimestrais. Essa normatização prevê ainda a realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

Há uns vinte anos tínhamos um pujante setor de autopeças, com empresas como Cofap, Varga. Quase todas desapareceram. Se na época houvesse o Novo Mercado elas teriam...

Raymundo Magliano Se tivesse o novo mercado, se realmente elas tivessem evoluído, se adaptado à abertura de capital, sem dúvida teríamos outra história para contar. Mas as condições também eram muito diferentes no país. Estávamos em uma época difícil, com inflação alta, uma falta de reservas muito grande. As condições de mercado não eram favoráveis para a abertura, mas a Gerdau sempre foi muito

A Gerdau é um exemplo de empresa do Novo Mercado, ela vem comprando empresas no exterior, aumentando sua competitividade



coerente, abrindo e aumentando o capital, e hoje está comprando várias siderúrgicas lá fora. Mas várias empresas, infelizmente, e o exemplo do setor de autopeças é um deles, não caminharam nesse sentido e foram vendidas.

A solidez das empresas e da economia dá consistência à Bolsa nesse momento e a forte presença das produtoras de commodities também: 30% do movimento da bolsa é ancorado na Petrobrás. E há uma previsão de chegar a dezembro com uma valorização de 20%. Essa previsão é correta?

Raymundo Magliano A nossa preocupação é transmitir sempre ao investidor, ao pequeno poupador, a idéia de que a aplicação na bolsa é um investimento de longo prazo, além de cinco anos. Não nos preocupamos com a valorização até dezembro *[risos]*. Bolsa também é mercado de risco, é fundamental saber. Essa é a mensagem que nós damos para todos os investidores, e nunca nos preocupamos em fazer qualquer projeção de curto prazo. Faz parte dessa cultura não nos preocuparmos com projeção da valorização das ações, da valorização das companhias. Então, não vou avalizar essa previsão, porque foge do princípio da Bolsa de Valores de dar qualquer indicação se ela vai subir, se vai descer. Isso fica por conta dos investidores e dos analistas de mercado, eles é que têm de fazer a análise da companhia, saber que esse é um mercado de risco. E, sobretudo, é bom insistir com o pequeno investidor que esse é um mercado de longo prazo, que convém ter uma carteira diversificada. Essa visão é a que importa.

O senhor acaba de falar em pequeno investidor e a Bovespa investiu muito na conscientização desse segmento com campanhas como a Bolsa Móvel. O pequeno investidor tem condição de acompanhar a complexidade do movimento do mercado de capitais?

Raymundo Magliano Tem, sem dúvida. O que nos ajuda muito, hoje, é o desenvolvimento da informática e da internet e com todos os seus recursos. Nós temos várias corretoras que dispõem de site com excelente navegabilidade e o investidor tem acesso a esses portais e pode se informar sobre quais são as recomendações que essa corretora faz, qual a avaliação da economia e com que cenários essa corretora trabalha. O pequeno investidor fica bem informado sobre os investimentos, as alternativas, e isso facilita muito o poder de decisão de cada um. Se ele entrar no site de uma corretora, terá fácil acesso a essas recomendações, com análise das empresas, avaliação da economia. Hoje há esse acesso com transparência. A decisão do pequeno poupador, se ele tomar o devido cuidado de conversar com uma corretora, será bem embasada, sem dúvida. Ele tem condições de decisões maduras, de saber bem o que está fazendo, pois recebe, o que é fundamental, a orientação da sociedade corretora, que funciona como um consultor.



Temos mais de 2.300 clubes de investimento, o Clube das Professoras, o dos Engenheiros, pessoas que todo mês aplicam no mercado de ações

Há ainda as associações de poupadores, não?

Raymundo Magliano Sim, são os clubes de investimento, e eles cresceram muito nos últimos anos. Hoje temos mais de 2.300 clubes, que são uma reunião, um grupo de pessoas que todo mês pode entrar com um percentual, a cada dois, três meses, reúne um valor em dinheiro que aplica diversificadamente no mercado de ações. Há o Clube das Professoras, o Clube dos Engenheiros. Como se fosse um condomínio. Isso facilita a difusão de uma cultura de mercado de capitais. É uma forma muito pedagógica do mercado, a constituição e formação dos clubes de investimento.

O senhor diria que está havendo uma mudança no perfil do poupador brasileiro?

Raymundo Magliano Está, sobretudo com as mulheres entrando nos mercados de capitais. Nós temos um grupo na bolsa que se chama Mulheres em Ação, e elas disseminam muito a cultura do investimento e a formação do patrimônio em longo prazo. Como as mães geralmente têm uma responsabilidade maior pela educação dos filhos, com a formação do patrimônio e também da aposentadoria, elas disseminam essa cultura na família e começam a colocar na mente da criançada "Olha, vamos começar a poupar para que mais tarde você possa ter o seu consultório, o seu carro". Isso sensibilizou a sociedade brasileira e nós temos um número expressivo de clubes formados por mulheres.

A Bovespa investiu forte no Bovespa Mais, atraindo pequenas empresas para se capitalizar. Como o senhor avalia esse momento?

Raymundo Magliano Quando nós criamos o Novo Mercado, que é muito democrático, aberto, com ações ordinárias, nós não poderíamos nos cingir única e exclusivamente às grandes empresas. Nós sabemos que, no Brasil, grande parte da oferta de emprego é proporcionada pelas pequenas e médias empresas, principalmente empresas localizadas no interior do país ou perto das grandes cidades. Então nos preocupamos em criar esse programa Bovespa Mais, que foca especialmente pequenas e médias empresas, com o objetivo de que no futuro elas possam se tornar grandes empresas, com a abertura de capital. É uma tendência grande, sobretudo se olharmos ao longo do tempo, as empresas grandes cada vez terão menos para onde abrir. É que nem nos Estados Unidos, há megaempresas do porte da General Motors, por exemplo... e chega um momento em que as novas empresas, as pequenas, é que irão abrir o capital. A tendência, no futuro, é ter um número expressivo dessas novas empresas que irão aparecendo, porque as grandes já chegaram no limite da expansão. O IBGE fez um estudo sobre as empresas no Brasil e viu que o número de pequenas e médias empresas no país gira em torno de 64 mil. É uma gama de empresas com um enorme potencial de abertura para o mercado.



O IBGE detectou cerca de 64 mil pequenas e médias empresas no país. Elas têm um enorme potencial de abertura para o mercado de capitais

A bolsa se apresenta como uma alternativa de captação de recursos para essas empresas, ocupando um lugar que no passado foi de bancos de fomento, como o BNDES?

Raymundo Magliano Eu acho que são fontes complementares de financiamento. O BNDES se preocupa muito em incentivar o espírito empreendedor das pequenas e médias empresas. O Bovespa Mais é complementar. No início uma empresa de médio porte pode ter um financiamento do BNDES e depois buscar novas captações aderindo ao Bovespa Mais. A empresa que está sendo financiada hoje pelo BNDES já tem uma visão de no futuro entrar no Bovespa Mais para buscar outro tipo de capitalização. Essa é a tendência. E o BNDES é um banco de desenvolvimento que trabalha muito em parceria com a bolsa.

Há uma crítica de que o BNDES destina recursos a empresas e grupos que não precisam desse suporte, por terem porte e condições se capitalizar recorrendo ao mercado, como a Vale ou o recente caso da fusão da Brasil Telecom com a Oi. O senhor concorda?

Raymundo Magliano Não vou cair na armadilha de responder a essa pergunta *[risos]*, eu falo sobre a Bovespa, que é minha área de eficácia *[risos]*.

Em agosto de 2007 a bolsa se reestruturou, criando a Bovespa Holding, desmutualizando-se, e passa a ter fins lucrativos. Esse foi um patamar do atual salto?

Raymundo Magliano Essa é uma tendência mundial, pelo menos 75% das bolsas do mundo são desmutualizadas, porque as bolsas mutualizadas existiam quando os corretores tinham títulos patrimoniais. O fato de as bolsas se transformarem em companhias abertas facilita na hora em que quiserem participar mais globalmente no mundo, fazer incorporações, troca de ações. Elas têm condições societárias que facilitam participar desse mundo global. O mundo moderno precisa que as bolsas sejam desmutualizadas para que possam, cada vez mais, ter essa interligação, fazer grandes conexões. Várias bolsas do mundo passaram por movimentos de fusão, de incorporações, como a que ocorreu entre a NYSE [New York Stock Exchange, a bolsa de Nova York] e a Euronext [a bolsa européia, integrada pelas bolsas de Amsterdã, Bruxelas, Lisboa e Paris e o mercado de derivados de Londres]. Ou seja, tendo ações, há condições de buscar sócios ou parceiros internacionais.

Essa desmutualização não cria um elemento de risco, no caso de ser adquirida por outra bolsa? Ou seja, a Bolsa

de Nova York poderia comprar ações da Bovespa, chegando a ter o controle?

Raymundo Magliano Foi justamente essa idéia que esteve por trás da integração da Bovespa com a BM&F, a de torná-las pujantes e grande o suficiente para que, caso outros interessados queiram entrar no jogo, venham mas tenham que enfrentar com muita força. Uma das maneiras de fortalecer bastante o mercado interno foi a integração das duas bolsas. Além disso, há um item importante: criamos uma cláusula no estatuto, e segundo ela não importa a quantidade de ações que um investidor tenha, nas assembléias ele só pode exercer até 7% dos votos. Foi bem pensada a coisa. Digamos que essa é uma operação blindada, para garantia do pequeno poupador.

Em sua avaliação, o mercado vive um bom momento ou ótimo? O senhor é otimista?

Raymundo Magliano O que sentimos de um modo muito forte é que está se processando no Brasil uma mudança cultural. Não só por parte do investidor, mas por parte do empresário. Deveremos cada vez mais caminhar para um mercado de capitais mais maduro e mais sustentável.



A agilidade do nosso sistema financeiro não existe na Europa; na França não é possível fazer pagamento de uma cidade para outra no mesmo dia

Comparando com os demais países emergentes, China, Rússia, Índia, como o senhor coloca Bovespa?

Raymundo Magliano O mercado brasileiro está muito bem estruturado. Como passamos por períodos de inflação altíssima, nós acabamos por desenvolver um sistema financeiro de primeiríssima qualidade. Altamente afinado. Temos quadros de profissionais de alto gabarito. Esse sistema brasileiro de pagamento não existe na Europa, lá você não consegue isso, não é possível fazer um pagamento na França de uma cidade para outra no mesmo dia. A agilidade do sistema financeiro brasileiro é ímpar. Temos um Banco Central muito eficiente, uma Comissão de Valores Mobiliários da melhor qualidade. Nós temos na bolsa uma auto-regulação, temos o Novo Mercado, com uma estrutura muito sólida.

Qual é a posição da Bovespa no ranking mundial?

Raymundo Magliano Agora com a fusão com a BM&F, nos tornamos a terceira bolsa, atrás apenas da bolsa alemã e da bolsa de Chicago. A de Nova York passamos em valor patrimonial, não no volume de negócios e operações. Mas em termos tecnológicos estamos à frente da Bolsa de Nova York. O nosso home broker, em que o corretor movimenta ações operando de sua casa, torna nosso sistema mais avançado que o americano. Nós temos no Brasil alguns lugares de excelência como a Vale, a Embraer. O agronegócio brasileiro é competentíssimo, à altura de nosso mercado de capital e de valores. Esses outros países citados, como China, Rússia ou Índia, têm o peso de uma cultura muito diferente. Na China o Judiciário está atrelado ao Executivo, então as garantias são menores, pois decisões de conflito dificilmente serão independentes. Aqui temos a independência entre os poderes, Executivo e Judiciário podem reclamar um do outro, mas em última análise um juiz sempre é independente ao proferir uma sentença. A Índia vive uma situação mais complexa, com o peso da tradição das castas. O contato do mundo dos negócios ocidental com esses mundos é mais difícil. O nosso mercado apresenta um maior número de regulação, de normas e procedimento, com mais garantias. Por isso que ele está se desenvolvendo com mais solidez.

Uma consultoria de investimentos afirma em seu site que tudo o que sobe desce, e prevê que a bolsa está à beira de uma derrubada, pois cresceu demais. Diz que até o fim do ano a Bovespa terá uma queda feia.

Raymundo Magliano Isso é difícil de prever. Ninguém sabe [*risos*].

O efeito tequila é coisa do passado? Estamos blindados contra crise com a do México em 1994, na onda da crise da Rússia e dos Tigres Asiáticos? Estamos desligados daquela fragilidade?

Raymundo Magliano Desligado ninguém está. O mundo hoje é global, tudo acontece online. Há países, em determinados momentos, que estão com a economia fortalecida. Estamos com reservas, política econômica controlada, inflação controlada, expansão grande na exportação, bom saldo na balança de pagamentos. Existem vários indicadores que demonstram que a contaminação de uma crise internacional, no Brasil, é muito menor agora.

A bolsa desenvolve algum trabalho de promoção social?

Raymundo Magliano A Bolsa tem um trabalho forte nessa área de promoção social e ambiental, e o Izalco Sandenberg, meu assessor de imprensa, fica agora com a palavra. Ele é o superintendente desse setor.

Izalco Sandenberg Essa é uma área que nós desenvolvemos nos últimos sete anos e que tem como principal projeto a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVSA), uma iniciativa pioneira que tem a grande qualidade de funcionar na área social com as características de uma bolsa de valores. A gente capta recursos de pessoas jurídicas e físicas e os transfere para ONGs que atuam nas áreas social e ambiental, com a mesma segurança, credibilidade e eficiência com que a Bovespa opera no mundo dos negócios.

Há algum trabalho concreto em andamento?

Izalco Sandenberg Desde 2003 já captamos 9 milhões de reais e esse dinheiro foi aplicado em 70 projetos de ONGs em todo o Brasil. Essas ONGs são auditadas por nós e fiscalizadas com o objetivo de poder justamente dizer para a pessoa que irá doar o recurso "Olha, não precisa se preocupar, porque está doando para uma instituição que é séria e que desenvolve um trabalho com o aval da Bolsa". Nós fiscalizamos e damos a credibilidade. Essa BVSA se tornou um modelo reconhecido pela Unesco, que recomenda que seja aplicado em outras partes do mundo. Na África do Sul há um projeto semelhante da bolsa local que se inspirou na nossa BVSA.

Raymundo Magliano Nós fizemos uma transformação de uma bolsa elitista para uma bolsa popular, usando e aplicando alguns dos conceitos filosóficos do Norberto Bobbio. Ele ensina que democracia é visibilidade, transparência e acesso. Foi isso que aplicamos na Bovespa. Criamos o cargo do ombudsman, desenvolvemos parcerias com as forças sindicais, criamos esse Novo Mercado, temos esses projetos visando à responsabilidade social, fizemos parceria para divulgar os conceitos da bolsa e do mundo do mercado mobiliário junto ao Judiciário, temos projetos de educação financeira. Realizamos um trabalho muito bonito.



Em tecnologia estamos à frente de Nova York. Nosso home broker, o corretor operando em casa, é mais avançado que o sistema americano

Quando o senhor nasceu, a empresa do seu pai já existia. O que quer dizer o lema da empresa, "corretora número 1"?

Raymundo Magliano Quer dizer que ela foi a primeira corretora que se registrou na bolsa. Nós éramos corretores oficiais de fundos públicos. Aí houve uma mudança na legislação e nos transformamos em pessoa jurídica, nessa transformação fomos a primeira corretora a se registrar na Bolsa, por isso o número 1, mas a empresa tem uns 70 anos.

O senhor se formou em Administração de Empresas na Fundação Getulio Vargas. De onde vem seu amor pela filosofia?

Raymundo Magliano Depois que terminei a faculdade, me interessei pela leitura de autores clássicos, e tive um professor, o Tércio Sampaio Ferraz. Estudei filosofia com ele durante 19 anos. Tinha aula particular. Toda a minha formação humanística foi dada por ele. Depois fiz curso de antropologia e atualmente tenho aula com a professora Claudia Perroni, e estudamos a Hannah Arendt. Se nós não estudarmos os clássicos, teremos dificuldade de mudar o conceito e o conhecimento. Essa foi a razão por que mergulhei no estudo do Bobbio. Quando definimos a estratégia da Bolsa, foi uma estratégia democrática, de visibilidade, de transparência. Essas ações da Bolsa não são estratégia de marketing, de apelo comercial, mas estão embasadas em conceitos filosóficos, são aplicações de idéias do Norberto Bobbio, e por isso têm sustentação.

Em resumo, o sucesso da Bovespa não deixa de ser resultado de leituras do Bobbio.

Raymundo Magliano O que está acontecendo no Brasil de mais importante, é que está havendo uma revolução silenciosa. A mudança cultural está se processando, não só sob a ótica do investidor, mas também do empresário. Eu sou um liberal, mas usando uma terminologia do Gramsci, que é marxista, nós gostaríamos que algumas idéias se tornassem idéias hegemônicas. Como a criação de patrimônio, o investimento de longo prazo, a busca de empresas mais profissionais... O ideal seria que essas idéias permanecessem hegemônicas.



OS ANJOS DO INVESTIMENTO

Em busca de novas oportunidades de negócio, os angel investors assumem os riscos quando o assunto é aplicar recursos para expandir empresas nascentes e lucrar futuramente no mercado de capitais

Por Cláudio Furtado
Fotos Tiana Chinelli

Transformar uma *idéia de negócio* em uma *oportunidade de negócio*: eis uma das migrações mais difíceis e complexas dentro do sistema capitalista. Não basta um bom projeto, é preciso executá-lo, pô-lo em prática. E, a partir daí, desenhar estratégias de expansão. Como?

Pensemos inicialmente num empreendedor (ou numa empresa) com uma boa idéia de negócio. Ele desenvolveu, por exemplo, um método de trabalho para reparação de pára-choques. Muitos proprietários acabam fazendo reparação de pára-choque em oficinas simples, onde é usada resina epóxi para executar o serviço. Mas o processo desse empreendedor se diferencia por várias características: não se trata de um cola-tudo, mas de um material que realmente reconstitui a área danificada com a mesma flexibilidade e durabilidade do material original. Mais: é um processo patenteado e desenvolvido pelo próprio empreendedor, um engenheiro de materiais que, dono de duas ou três pequenas oficinas, oferece os serviços de reparação em lojas próprias. Inclusive, mantém um modelo de trabalho com algumas seguradoras (que o recomendam para clientes com automóveis danificados). O proprietário do veículo, muitas vezes, prefere arcar com os custos dessa reparação a pagar uma franquia de seguro. E acaba recorrendo a esse serviço: sai muito mais barato e não precisa trocar a peça, o que representa uma grande economia no caso de um automóvel importado, por exemplo. Ou seja, o empreendedor não apenas tem uma idéia, mas também uma oportunidade de negócio: depois, para crescer, precisa introduzir um modelo de serviço que atenda ao maior número de proprietários de carros.

O investidor anjo e o dono da padaria

O passo mais difícil já foi dado: conseguir migrar da idéia do negócio para a oportunidade do negócio. As pessoas pagam para ter o serviço proveniente da idéia inicial, ou seja, o negócio já foi testado, mas ainda funciona em pequena escala. A isso se chama "oportunidade de negócio". Embora pequeno, o empreendimento mostrou que é rentável. Com que dinheiro ele montou a oficina? Como se capitalizou? Provavelmente com recursos próprios. Mas poderia ter optado por pedir o dinheiro a amigos ou ainda utilizar recursos da família, por exemplo.

No sistema capitalista moderno existe a figura do investidor especializado. São pessoas físicas *experts* na detecção de boas oportunidades de negócio, quando estas ainda estão no nascedouro. São chamados por um nome lúdico: investidor anjo – ou *angel investor*, em inglês. O pequeno empreendedor pode atraí-lo, dando início ao *venture capital* (ou capital de risco).

Nos Estados Unidos, por exemplo,

No sistema capitalista moderno existe a figura do investidor especializado. São pessoas físicas *experts* na detecção de boas oportunidades, chamadas por um nome lúdico: investidor anjo

existem redes desses investidores, chamadas *Angel Network*, agregando mais de 30 mil pessoas com tais características de investimento. Todos estão à procura de negócios em fase embrionária – ou de uma idéia madura o suficiente para ser transformada em oportunidade ou, então, oportunidades de fato à espera de modificação da idéia dentro de um novo modelo de negócio, visando ampliar em larga escala e gerar maiores benefícios.

Esse é o primeiro elo da cadeia: o investidor pessoa física que aplica o dinheiro no próprio negócio e desenvolve um modelo escalável. Então, existe um novo conceito – partir de três ou quatro lojas para o salto a um sistema de franquias, por exemplo. Com esse sistema é possível ampliar o negócio para mil lojas dentro de um período de quatro anos. As lojas não serão do empreendedor, mas dos franqueados, utilizando-se do método, do processo patenteado e do modelo de negócio proposto pelo empreendedor. O *venture capital* está interessado, exatamente, nesse tipo de negócio com possibilidade de crescimento extremamente substancial.

Se não houver um modelo de escalabilidade bastante atraente, não será interessante para o *venture capital*. É como aquela história do dono da padaria: continuará tendo lojas rentáveis, conseguirá quatro ou cinco padarias, terá sócios em cada uma delas, mas também continuará, ele mesmo, a dar o atendimento, a visitar os clientes... Dentro do modelo que criou, não consegue mais do que isso. Apesar de ser um bom negócio para o indivíduo ou para a família dele, não dará um salto numérico para 20, 50, 100 lojas – portanto, não interessa ao *venture capital*.

O pão de queijo e outros casos concretos

A Casa do Pão de Queijo, por exemplo, é uma franquia alavancada por um dos mais importantes investidores de *venture capital* do Brasil, o Pátria Banco de Negócios (leia a reportagem da página XX). Outro exemplo bastante atual é o da medicina diagnóstica. Há algumas décadas freqüentávamos a clínica do doutor Fulano, onde havia um conjunto de médicos de várias especialidades. À disposição deles, distintos aparelhos para fazer exames de sangue, radiografias, eletrocardiogramas, etc. Mais tarde começaram a surgir os laboratórios especializados em testes diagnósticos: Delboni-Auriemo, Grupo Fleury, Lavoisier, entre outros. Cada um deles, enquanto propriedade de uma família ou grupo de médicos, não era escalável. Como transformá-los num negócio nacional?

Foi criado um novo modelo de negócio com o dinheiro de um investidor de *venture capital*, novamente o Pátria Banco de Negócios. Juntando a capacidade de alterar um modelo de negócios então existente, criaram uma empresa chamada Diagnósticos da América S/A – hoje a maior da América Latina em medicina diagnóstica. Na Bolsa de Valores, a marca é identificada como DASA e é a proprietária do Delboni-Auriemo e do Lavoisier. A empresa manteve as marcas porque eram tradicionais, e, progressivamente, são utilizadas para segmentar a oferta de serviços de diagnóstico.

Onde estão as outras oportunidades? Em vários setores da economia brasileira. No setor de informática, das telecomunicações, das ciências da vida, das indústrias tradicionais, das lavanderias industriais. Há um caso de sucesso em que estas últimas foram agrupadas numa nova empresa chamada Atmosfera, cujo modelo de negócio não é mais o de uma simples lavanderia, mas de uma empresa especializada em serviços de higienização. Além da lavagem, gerenciam serviços de higienização e gestão de uniformes industriais. Começaram lavando lençóis de hospitais e toalhas de restaurantes. Hoje, entraram nas fábricas e estão fornecendo roupas diariamente higienizadas para os funcionários que trabalham na indústria. É possível que cheguem ao mercado residencial, mas por enquanto atendem ao mercado corporativo, onde existe demanda por grandes volumes e maior capacidade de pagamento.

Consolidar negócios, rentabilizar ganhos

Todas essas empresas tinham, no início, capital fechado. Afinal, não era possível pegar um empreendedor, levá-lo até a Bolsa de Valores e vender o peixe: "Temos uma ótima idéia: uma empresa que faz reparação de pára-choques! Vamos emitir ações para capitalizar a empresa". Ninguém vai comprar. E por quê? Porque existe incerteza sobre esse negócio concreto. Não existe um volume suficiente para remunerar as especialidades envolvidas na análise do negócio e colocação das ações no mercado, ou seja, a operação de obtenção de capital se torna economicamente inviável para a escala que o mercado público de capitais exige.

Por outro lado, o indivíduo não poderia tirar dinheiro emprestado de um banco – não para a finalidade de expandir. O banco emprestaria baseado num projeto que tenha garantias e geração de caixa para liquidar o empréstimo. Do contrário, não tem empréstimo (a menos que o empreendedor tenha bens imóveis como garantia). Por isso, desenvolveu-se essa rede de intermediários que financiam o crescimento da empresa nessa fase anterior à possibilidade de ela buscar recursos no mercado de capitais. Essa é a indústria de fundos de *seed* e *venture capital (capital semente e capital empreendedor)*.

Nessa operação os investidores estão passando por um risco que um banco, por exemplo, não gostaria de passar (não é da natureza do seu negócio como instituição financeira). Portanto, este é ciclo: um empreendimento começa pequeno, a partir de uma boa idéia, e vai crescendo; chega o investidor anjo, ou o fundo de capital semente (intermediário já está criado no Brasil), e faz a empresa crescer. Quando elas atingem um determinado porte, atraem investidores com uma capacidade financeira muito maior, o *venture capital*. Depois desse processo, já com as empresas maiores e mais lucrativas, gestores do porte do Pátria Banco de Negócios, por exemplo, começam a fase de consolidação comprando outras do mesmo setor dentro de uma nova estratégia de negócio. É o *private equity* — ou *venture capital* de estágio avançado.

A Votorantim Novos Negócios, por exemplo, é hoje o maior fundo de investimentos (cerca de US$ 300 milhões de capital comprometido) que faz esse tipo de negócio. Só que não administra dinheiro de terceiros – um tipo especial de *venture capital*, chamado de Corporate Venture. Usam, apenas, dinheiro da própria corporação, do Grupo Votorantim.

Já outros fundos de venture capital e private equity vão buscar recursos junto a fundos de pensão, companhias de seguros ou pessoas físicas com grande patrimônio. De acordo com a regulamentação da CVM, Comissão de Valores Mobiliários, o indivíduo possuidor de um volume superior a 1 milhão de reais investidos em mercado financeiro, e que, portanto, tem capacidade de reconhecer investimentos e discriminar riscos, pode ser considerado um "investidor qualificado" para investir no fundo de *venture capital*. A empresa não pode captar junto ao público investidor "não qualificado". Este é ponto central: um tipo de risco diferenciado.

Um estudo realizado nos Estados Unidos mostrou que, tipicamente, os fundos investem num número de empreendimentos que varia entre 12 e 25 empresas. Destas, um terço pode quebrar – há perda completa do capital aplicado. Outro terço retorna o capital com múltiplos extraordinariamente elevados: 10, 20, até 30 vezes o dinheiro aplicado. Outro terço oferece rendimentos medíocres (para as ambições do *venture capital*, diga-se). Ou seja, com um terço de grandes negócios, ganham rentabilidade capaz de compensar as perdas que tiveram. Apesar da diversificação, esse tipo de risco não é para o estômago de qualquer um. Por isso, as empresas não podem fazer captação junto ao público em geral. Vão captar junto a fundos de pensão, seguradoras, "family offices". Dos milhões de milionários que existem nos EUA, as empresas procuram as famílias Ford, Dupont, a Fundação Bill Gates...

A Alellyx desenvolve espécimes de plantas, laranja, cana-de-açúcar, eucalipto, resistentes a fungos com características genéticas especiais, capazes de gerar altíssima produtividade

A Votorantim Novos Negócios não usa dinheiro captado junto a esse público especializado, mas da própria corporação. Em vez de produzir alumínio ou cimento, estão rentabilizando ganhos com aplicações em investimentos diversificados de alto crescimento. Por exemplo, numa empresa de biotecnologia chamada Alellyx, são desenvolvidas espécimes de plantas, laranja, eucalipto, etc., resistentes a determinados fungos existentes no Brasil, e com características genéticas especiais para serem plantadas em terrenos específicos, gerando altíssima produtividade. É um dos casos.

Muito dinheiro, poucas idéias

A reestruturação de uma indústria é uma boa tese de investimento para fundos de *private equity* e *venture capital* – esse é o grande ponto. Os fundos podem entrar em uma empresa para regorganizar o *management*, o modelo de negócios, redirecionar a empresa estrategicamente. Além disso, aportam capital de gestão. Compram ações de uma determinada empresa, por exemplo, produzindo a valorização dos negócios para vendê-la. Acontece que essa valorização será conseguida pelo trabalho que os próprios fundos irão realizar dentro da empresa, uma vez que entram para administrá-la. Como acionistas da Petrobrás, por exemplo, não podemos entrar na companhia para administrá-la.

O crescimento desse modelo de investimento financeiro é conseqüência da estabilização macroeconômica vivida pelo Brasil. Como resposta geral, o clima de investimentos de longo prazo foi retomado. Mas é uma conseqüência direta dos fundos presentes no país desde 1996/97, que começaram a apresentar resultados interessantes. Sobretudo porque já haviam gerado na sua carteira de investimentos empresas com bons lucros. A partir de 2004, quando a Bolsa de Valores começou a mostrar os primeiros resultados mais importantes, 28 das 45 empresas que abriram capital entre 2004 e meados de 2007 estavam na carteira dos fundos de *venture capital* – eram empresas profissionalizadas em crescimento sustentável; eram setores de economia que, inclusive, não estavam no mercado de capitais embora tivessem porte de faturamento para tal.

À estabilização macroeconômica e à recuperação do estímulo para investimento de longo prazo no Brasil somou-se o fato de que, por sete, oito anos, os fundos fizeram um bom trabalho, podendo então apresentar ao mercado de capitais empresas sólidas, profissionalizadas, viáveis com bons padrões de governança corporativa. Tanto que a maioria das que lançaram ações em bolsa foi listada no "Novo Mercado". Os números de capital comprometido desses fundos para investimento aumentaram em mais de US$ 11 bilhões no período de 2005 até meados de 2007: de US$ 5,6 bilhões ao fim de 2004, passaram para US$ 17 bilhões.

Hoje temos mais de vinte gestores atuando há cerca de dez anos nessa indústria de venture capital e private equity no Brasil. Têm uma história de sucesso. A outra evidência é que essa indústria também é sucesso em outros países. Nos EUA e na Inglaterra, por exemplo, é uma indústria com mais de 50 anos em atividade. E sempre há mais dinheiro disponível à procura de novas idéias (tanto no Brasil como nos EUA) do que idéias para absorver tanto dinheiro. Sempre. Isso é natural. Os gestores são extremamente seletivos, não entram em qualquer negócio. E, apesar de tanta seletividade, estão preparados para perder um terço dos investimentos que fizeram. Ou seja, o movimento é sustentável. Sem dúvida.

(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa)



CAPITAL E PROFISSIONALISMO

Como os “investidores anjos” e os fundos de venture capital e private equity mudam a vida e dão um choque de gestão em empresas que querem crescer

Por Sílvio Crespo
Ilustração/Weberson Santiago

A diferença entre ser o dono de uma empresa simples, familiar, e liderar um negócio com faturamento na casa de dezenas de milhões de reais está, em alguns casos, em ter ou não iniciativa para correr atrás de dinheiro no mercado e disposição para adotar as práticas profissionais consagradas no mundo corporativo. Os fundos de venture capital e os chamados “investidores anjos” podem dar um forte impulso em uma companhia, mas não sem exigir uma contrapartida fundamental: a transformação administrativa e cultural da firma.

Os investimentos na forma de venture capital e private equity promovem “uma mudança bastante radical em uma empresa”, afirma Nick Wollak, sócio-gerente do Axxon Group, que tem um fundo de US$ 150 milhões para investir em pequenas e médias empresas de vários setores no Brasil. Atualmente cerca de dois terços desse montante estão investidos.

“Os fundos de venture capital e de private equity mudam a vida das empresas do ponto de vista de governança corporativa, de gestão, de administração, de forma de encarar oportunidades de negócios e também do ponto de vista da cultura”, afirma Wollak. “As empresas pequenas e médias não têm muitas regras; muitas vezes o fundador, o pai da família, é quem manda.” A entrada do fundo, aplicando na empresa, pede a constituição de um conselho de administração, de um conselho fiscal, auditorias externas e processos específicos de tomadas de decisão. Ou seja, implica numa mudança de cultura na vida da empresa e sobretudo em uma administração transparente, com contas claras e processos que facilitem o geração de informações.

Segundo Sidney Chameh, diretor da DGF Investimentos, "os fundos ajudam a tornar a administração da companhia o mais profissional possível, separando os papéis de sócio e executivo, que, em muitas empresas, se misturam na figura do 'dono'". De acordo com Chameh, os fundos orientam as empresas a estabelecer melhores práticas de governança corporativa, algo fundamental para quem quer crescer segundo as regras do Novo Mercado.

Tanto os fundos de venture capital como os de private equity buscam ter uma participação ativa na gestão da empresa, geralmente por meio de um representante no conselho de administração, mas "não é raro observar executivos de fundos atuando como CEOs [Chief Executive Officers] ou CFOs [Chief Financial Officers, diretor-financeiro] das companhias", afirma Chameh.

Os fundos de private equity e os de venture capital se diferenciam pelo estágio de desenvolvimento da empresa que recebe esses recursos e investimentos. Os segundos trabalham com companhias que se encontram ainda em uma fase inicial de desenvolvimento e precisam se estruturar. Já o private equity atua em empresas um nível mais avançado, com negócios que já funcionam e estão num período de crescimento, com boa geração de caixa, mas percebem que há mais espaço e, por isso, têm o objetivo de se expandir ainda mais. São negócios mais sólidos, que precisam profissionalizar a gestão ou organizar um processo de sucessão ou, ainda, estão interessadas em abrir capital.

A DGF, por meio do fundo Reif (Returning Entrepreneur Investment Fund), com patrimônio de R$ 20 milhões, realizou 11 investimentos do tipo venture capital ou private equity. A instituição tem, ainda, o Fipac (Fundo de Participação e Consolidação), com patrimônio de R$ 101,5 milhões em busca de empresas nos setores de tecnologia da informação, fármaco e outros. A empresa mantém, ainda, o fundo Terra Viva, que já captou R$ 200 milhões e deve chegar a R$ 300 milhões, que serão aplicados em companhias do setor sucro-alcooleiro.

"Quando nós percebemos que o fundo de venture capital era um sócio importante para o nosso negócio, porque a gente navega em um ambiente hostil, onde não se tem crédito, paga-se muito imposto e se tem uma legislação trabalhista insana, percebemos também que existiam outros benefícios que, de entrada, não imaginávamos", conta Daniel Heise, sócio da Direct Talk, empresa de soluções para gestão de relacionamento com clientes, auxiliando na construção de organizações que têm foco no cliente. As soluções da Direct Talk contemplam as várias fases da identificação e captação de clientes, e, ainda, a definição de estratégias e ações capazes de ajudar as empresas a vencer o desafio de satisfazer, reter e fidelizar cada um deles.

Depois de receber investimentos de cinco fontes diferentes desde 2000, o grupo Direct Talk prevê um faturamento de algo em torno de R$ 15 milhões neste ano. Naquele ano, quando recebeu cerca de R$ 500 mil da JAL Participações, a empresa de que Heise era sócio, então chamada Costumer First, apresentava um faturamento em torno de R$ 200 mil por ano.

Dois anos depois a empresa fundiu-se com a concorrente Direct Talk para receber cerca de R$ 1 milhão de investimentos da Rio Bravo. Segundo Heise, o faturamento do grupo cresceu 125% no ano que se seguiu a essa injeção de recursos. Em 31 de dezembro de 2004, outra rodada de venture capital: a DGF Investimentos e a CRP Companhia de Participações fecharam acordo para investir R$ 1,5 milhão na Direct Talk. Nessa altura, o grupo já faturava entre R$ 3 milhões e R$ 4 milhões por ano. Bem mais que os R$ 200 mil iniciais, mas ainda distante dos R$ 15 milhões estimados para 2008. Atualmente, sob o guarda-chuva da holding Costumer First estão a Direct Talk, a DTM (Direct Talk Marketing) e a Direct Performance. O grupo está montando, ainda, uma nova empresa, ainda sem nome definido.

"Os fundos ajudam a tornar a administração da companhia o mais profissional possível, separando os papéis de sócio e executivo, que, em muitas empresas, se misturam na figura do 'dono'", ensina Sidney Chameh

O rápido crescimento foi impulsionado pelo capital injetado, mas também pela forma de trabalho adotada após a chegada dos fundos. "Com um fundo de venture capital como sócio, não existe outra opção a não ser adotar sempre as melhores práticas de negócios, porque eles *[os representantes do fundo]* ficam em cima; não dá para relaxar", afirma Daniel Heise, ressaltando que isso é um estímulo "totalmente positivo". A presença do fundo não permite que o empresário se acomode. Mensalmente, a primeira coisa que o conselho faz quando se reúne é verificar se o plano tem sido executado com sucesso.

A relação entre as instituições que colocam dinheiro na empresa e os sócios fundadores, no entanto, não é apenas de cobrança, mas também de orientação. "Quando você tem um investimento de venture capital, acaba recebendo assessoria e tendo acesso às melhores práticas de gestão, seja porque os sócios do fundo já foram gestores de alto nível, seja porque eles já investiram em empresas de alto nível e sabem em que terreno pisam", diz Daniel Heise.

Os fundos procuram dizer para a empresa se os planejamentos anuais são factíveis e se não estão muito tímidos, sugerindo metas mais ou menos arrojadas, de acordo com o que os investidores esperam da companhia. "Com a gente já houve de tudo. Aconteceu de levarmos um plano para o conselho e eles *[os representantes dos fundos]* falarem: 'Crescer 30% é pouco; tem que ser pelo menos 50%'. E teve caso também de o investidor falar o contrário: 'Será que não é melhor sermos um pouco mais conservadores, e ir com menos sede ao pote?'", relata Heise. Segundo ele, é normal que o conselho "erre tanto para cima como para baixo, mas o importante é que se crie um plano que seja o mais executável possível e o mais ambicioso que se possa ter". Mesmo contando com cinco investidores como sócios, nunca foi preciso fazer nenhuma votação no conselho, de acordo com o relato de Daniel Heise.

Na prática, a Rio Bravo acabou sendo o primeiro fundo de venture capital a investir na empresa de Daniel Heise, uma vez que a JAL Participações pegou um momento mais embrionário, e na forma de "investidor anjo", o primeiro degrau para a companhia que busca captação no mercado e iniciar atividades em um novo patamar. Uma diferença importante é que o venture capital administra dinheiro de terceiros, enquanto o "anjo" que aplicou na Direct Talk usou o próprio capital.

Exigências e condições

Para escolher onde irão colocar dinheiro, os fundos avaliam uma série de aspectos das empresas que se candidatam ou pleiteiam o aporte de capital. "Existem quatro características básicas que consideramos para tomar a decisão de investimento em uma companhia: empresários e executivos qualificados e com reputação ilibada, um bom produto ou serviço com claro diferencial competitivo, alto potencial de crescimento no mercado em que a empresa atua e saída clara para o investimento, seja via IPO (sigla em inglês para Oferta Inicial de Ações) ou venda para um *player* estratégico", afirma Sidney Chameh, da DGF Investimentos.

"Com um fundo de venture capital como sócio, não existe outra opção a não ser adotar sempre as melhores práticas de negócios, porque eles ficam em cima; não dá para relaxar", afirma Daniel Heise

A experiência de Daniel Heise aponta que os fundos investem mais no time do que nas idéias. "É mais fácil corrigir um projeto fraco com uma equipe forte do que conseguir que um projeto forte se concretize com uma equipe fraca", analisa. Mais importante do que um bom plano de negócios é ter um grupo de pessoas preparadas e dispostas a se adaptar à forma de trabalho de governança corporativa. O empresário precisa, em primeiro lugar, ter vontade de montar um negócio não apenas com o objetivo de sobreviver ou ganhar dinheiro, mas fazer alguma diferença no mercado. Ele deve, ainda, estar pronto para atuar de forma transparente. "O empreendedor ou o dono desse negócio está realmente disposto a contar tudo o que faz, a abrir todas as gavetas? Se não quiser dar satisfação, esquece", afirma Heise.

Embutida nessa idéia está a necessidade de obedecer à risca a legislação. Só consegue um aporte de um fundo de venture capital quem se dispõe a conduzir o negócio "com a mais perfeita correção, sem sonegação, sem caixa 2, vendendo com nota fiscal", na opinião de Daniel Heise. Transparência na gestão é ponto de partida.

A mentalidade do empresário com relação ao futuro do negócio também deve estar alinhada com o pensamento dos investidores. Um apego fraternal à companhia, a idéia de deixar o controle da empresa para os filhos e netos não costuma ser bem-vinda. "O venture capital sabe que talvez seja necessário que o fundador um dia venda a parte dele no negócio; se isso for inconcebível para o dono, é melhor nem ir atrás do fundo", sugere.

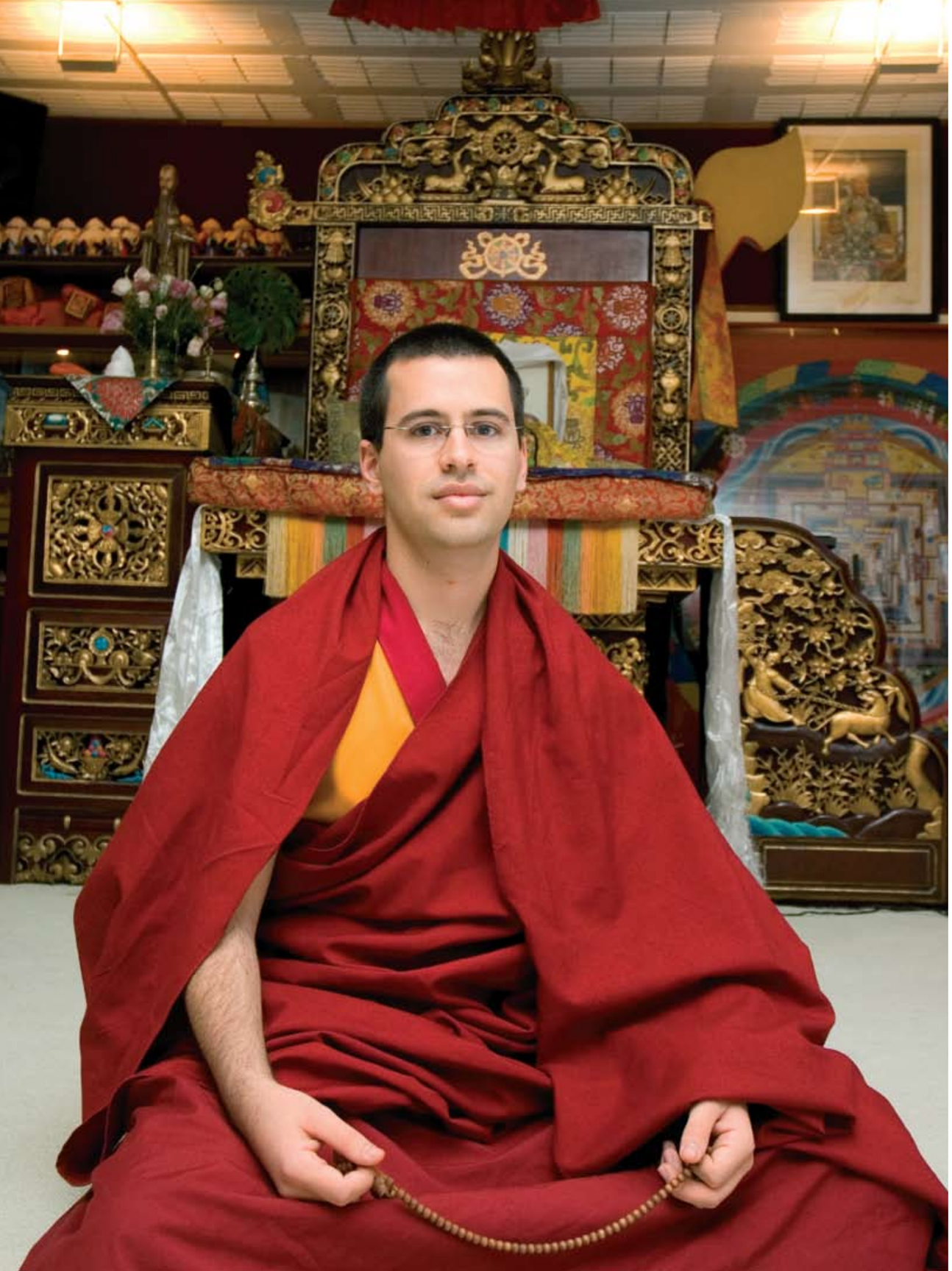
Teste final, a saída

O momento em que realmente se testa se o investimento deu certo ou não é aquele em que o fundo se desvincula da empresa. "Qualquer decisão significativa em um negócio pode dar problema. Mas com certeza o momento da venda é especialmente crítico num processo de investimento", afirma Nick Wollak, do Axxon Group. "Esse é um movimento delicado que tem que ser conduzido com cuidado." A estratégia do investidor é pensar nessa fase durante todos os momentos da parceria entre o fundo e a empresa, principalmente antes de iniciar o aporte de capital. "Temos muita preocupação com essa questão do alinhamento de interesses. Não pode haver discordância nesse aspecto."

A etapa da saída do fundo pode ser problemática porque sempre existe a chance de um dos sócios não aceitar vender sua parte. Considerando que os fundos entram na companhia justamente para valorizá-la e depois vendê-la por um valor mais alto do que o investido, se esse estágio não for bem-sucedido, não é exagero dizer que todo o processo fracassou.

Os contratos entre fundo e empresa incluem uma cláusula conhecida como "drag along". Trata-se da obrigação, por parte do fundador ou dono do negócio, de vender sua parcela se o investidor julgar necessário. A medida pode ser exercida quando, por exemplo, o fundo quer vender sua parte, mas o possível comprador só aceita levar a companhia inteira. "Eu não sei se alguém já exerceu um drag along no Brasil", conta Wollak. O problema não é a disputa legal que pode ocorrer, mas questões de ordem prática. "Vender uma empresa não é uma operação fácil; é preciso, sobretudo, convencer o comprador de que ela vai bem." Se um dos sócios não quiser abrir mão de sua parte, não será difícil para ele convencer o eventual comprador de que o negócio tem pontos fracos. Afinal, quase todo negócio tem.

Mesmo assim, existem casos, ao redor do mundo, em que se usou o recurso do drag along, mas eles realmente não são comuns. "O exercício do drag along é, de certa forma, um sinal de fracasso, de que a parceria não andou bem. Se precisou usar, é porque alguma coisa não deu certo." O segredo, nesse caso, é avaliar, ao longo de todo o processo de investimento, se os interesses do fundo e dos demais sócios estão alinhados. Está aí uma das chaves para evitar dores de cabeça – e continuar a onda de bons negócios.



ENTREVISTA

MICHEL RINPOCHE

PARA FAZER ALGO PELA SOCIEDADE É PRECISO COMEÇAR AGORA, NÃO AMANHÃ

No mundo em que vivemos, precisamos de um sistema econômico auto-sustentável, de bens. Mas isso não é o bastante. Precisamos de algo a mais. A espiritualidade não é um *optional*, mas uma necessidade do ser humano, ensina o jovem lama budista

Por Leandro Silveira e Carlos Costa
Fotos Tiana Chinelli

Nascido em São Paulo em 1981, o lama Michel Rinpoche foi reconhecido aos 8 anos como a reencarnação de um mestre budista de linhagem tibetana. Aos 12 decidiu tornar-se monge. Viveu no Monastério de Sera Me, no sul da Índia, durante onze anos, dedicando-se ao estudo da filosofia budista – um dos únicos ocidentais a freqüentar a tradicional universidade monástica (hoje com cerca de 4 mil monges). Seu nome tibetano é Jangchub Choepel Lobsang Nyentrag, que significa "mente ilustre que difunde o dharma com sucesso". Dharma, por sua vez, equivale a "todo ensinamento espiritual que liberta os seres do sofrimento e da confusão mental". Desde então Michel Rinpoche tem viajado o mundo realizando palestras.

Fluente em quatro idiomas – português, inglês, italiano e tibetano –, é conhecido pela habilidade de transmitir os ensinamentos budistas adaptando-os à mentalidade ocidental. Autor de dois livros, em 1996 publicou *Uma Jovem Idéia de Paz*, compilação de conferências realizadas no Centro de Dharma da Paz em São Paulo; e, em 2006, *Coragem para Seguir em Frente*, reunião de palestras, fotografias do acervo pessoal e poemas escritos quando tinha 15 anos.

Desde 2004, Michel Rinpoche mora no Albagnano Healing Meditation Centre, principal sede das atividades do lama tibetano Gangchen Tulku Rinpoche. O retiro fica nas encostas do lago Maggiore, na Verbânia, norte da Itália. De lá coordena os projetos da Lama Gangchen World Peace Foundation, organização sem fins lucrativos filiada à ONU e que orienta os trabalhos sociais do paulistano Centro de Dharma da Paz, fundado em 1988 pelo mestre budista. Em visita ao Brasil, lama Michel Rinpoche conversou com *Getulio* sobre o mundo dos negócios e o sucesso, trabalhos humanitários, o desejo e a busca da felicidade. A seguir, alguns momentos da entrevista

Qual é exatamente o seu trabalho?

Lama Michel Rinpoche Uma das minhas principais responsabilidades é levar adiante as obras do mestre lama Gangchen. Como um sucessor, digamos assim – e estou sendo preparado para isso. O que inclui desde cuidar do Centro de Dharma da Paz, aqui no Brasil, até a Fundação Lama Gangchen para a Paz Mundial, na Itália, além de outros centros menores em vários lugares do mundo. Lama Gangchen já está com 68 anos. Por isso, devagarzinho, estou tomando responsabilidades do ponto de vista administrativo, cuidando para que tudo funcione bem. Ao mesmo tempo ensino a filosofia budista.

Como é coordenar, desde a Itália, os trabalhos aqui no Brasil?

Lama Michel Hoje em dia, com os meios de comunicação, não é difícil. Durante o ano as coisas prosseguem e, quando há um problema maior, acabam me contatando. No Brasil o Centro de Dharma da Paz é um lugar aberto a todos, mas sem proselitismo, e essa é uma característica do budismo. Aqui há um grupo muito bom dando aulas, guiando as meditações, as práticas, etc. Além disso, desenvolvemos também trabalhos humanitários no Tibet, Nepal, Índia... A minha vida na Itália é muito diferente da vida monástica, que era baseada principalmente no estudo e na oração. Estudávamos pelo menos dez horas por dia. Agora é uma vida principalmente de trabalho.

Vida de executivo?

Lama Michel Não seria o termo correto, mas viajo muito. O nosso centro no Lago Maggiore fica num lugar minúsculo, chamado Albagnano de Bée. É perto de Milão, onde temos outro centro. Então, vou e volto várias vezes por semana. Também ensino em Bologna, Torino, Genova...

Em outros centros de meditação budista?

Lama Michel Nem sempre. Fui algumas vezes a Ferrara, por exemplo, a convite da Faculdade de Arquitetura, para falar sobre o relacionamento entre mente, corpo e meio ambiente. São palestras que acontecem com freqüência. Já a parte administrativa, que até não gosto muito, mas é necessária, fica concentrada em Milão e na Verbânia. Temos pessoas cuidando da parte técnica, mas o meu trabalho é dar o direcionamento. Temos uma associação na Itália chamada Help in Action que faz o trabalho de adoção à distância e projetos humanitários.

Ajudamos as famílias com farinha, arroz, cobertor. Mas nunca damos o dinheiro na mão. Senão eles compram televisão, mesmo sem ter energia elétrica



Qual o foco desse trabalho de adoção à distância?

Lama Michel É ajudar famílias pobres, principalmente no Nepal e Tibet. Ajudamos cerca de 3 mil crianças a um custo que, para a Europa, não é nada: 250 euros por ano. Com esse dinheiro, no Nepal, paga-se um ano inteiro os custos escolares, a comida, a roupa e os cuidados médicos para uma criança. Vamos atrás das famílias mais pobres da região e mandamos as crianças para as escolas. No Nepal, mesmo nas escolas gratuitas, todo o material tem de ser pago. Quando a criança tem potencial, pagamos a escola também. No Tibet construímos clínicas, escolas, monastérios, ajudamos as famílias com farinha, arroz, cobertores. Mas nunca damos o dinheiro na mão. Senão eles compram aparelho de televisão, mesmo sem ter energia elétrica. Isso já aconteceu. Quando vamos ao Tibet, compramos 2 mil pares de sapatos, 2 mil peças de roupa. E distribuímos tudo, trabalhando em parceria com o governo local. A Lama Gangchen World Peace Foundation é uma Ecosoc *[Economic and Social Council]*. Por isso temos a possibilidade de atuar no âmbito das Nações Unidas. É a outra parte do trabalho: levar para dentro da ONU a importância de valores que não sejam apenas os materiais.

Já não existe um trabalho nesse sentido?

Lama Michel Tem muita gente fazendo coisa boa, mas um dos maiores problemas do mundo é o fato de que a base sobre a qual são feitas quase todas as transações é a busca do desenvolvimento econômico. Muitas vezes não basta ter um bom índice de desenvolvimento para que todos tenham um estado de felicidade e de bem-estar. No budismo, chamamos de lei da interdependência, ou seja, eu sou interdependente com você e com o resto do mundo. Portanto, não posso esperar que a minha felicidade exista às custas do sofrimento do outro. Ou que tudo fique cada vez melhor, enquanto à minha volta tudo piora. Nem do ponto de vista local nem do mundial. Os países muito ricos não estão nem aí para o que acontece. Dão uma ajudinha para os países pobres, mas não abrem mão do que têm para ajudar verdadeiramente os outros. Por outro lado, em países bem desenvolvidos materialmente, não existe uma felicidade verdadeira e duradoura. É o que chamo de utopia materialista. Em países como a Finlândia e a Suécia, por exemplo, não existe corrupção, não existe violência e pobreza de uma forma geral. Mas isso não significa que haja felicidade, afinal, lá se encontram as maiores taxas de suicídio.

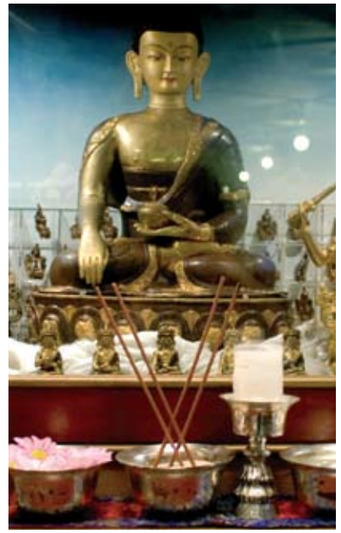
Desencanto, o senhor diria?

Lama Michel Não. Quando temos um grande problema de saúde ou passamos por sérias dificuldades no trabalho, as coisas pequenas perdem importância. Não é que deixem de existir. Estão lá, mas têm um valor menor. Já quando não temos nenhum grande problema, as coisas pequenas ganham valor. O que acontece? Quando tudo está bem, não temos a quem culpar nem para onde apontar o dedo. Ainda assim nos sentimos insatisfeitos, como se algo não estivesse bem, não tivesse solução. Ora, no trabalho não tem do que reclamar; materialmente não tem do que se queixar... E, mesmo assim, há infelicidade e insatisfação. Esse é o resultado da utopia materialista. Não significa que o material não seja necessário. Vivemos num mundo material, temos um corpo, precisamos de um sistema econômico auto-sustentável. Mas isso não é o bastante. Precisamos de algo a mais. A espiritualidade não é um *optional*, é uma necessidade do ser humano.

Nas palestras, a sua própria presença detona essa consciência nas pessoas. Que tipo de demanda o senhor encontra nessas palestras e encontros?

Lama Michel Todas as pessoas sabem desde pequenas que a utopia materialista é uma farsa. Explico contando um episódio recente. Meses atrás, na Itália, fui a uma escola falar sobre budismo para umas 200 crianças, entre 5 e 6 anos. Pensei comigo: "Bom, o budismo é simples". Comecei. Entre outras coisas, falei sobre as causas do sofrimento. E uma delas é o desejo, ou seja, projetar a felicidade naquilo que não pode sustentá-la. Para explicar isso às crianças, perguntei: "Vocês já quiseram um brinquedo?" Todo mundo: "Sim". "E vocês acham que conseguindo o brinquedo vão ficar felizes?" Elas: "Vamos". Claro... "Vocês já conseguiram o brinquedo que queriam no Natal ou aniversário?" Todas: "Sim". "Ficaram felizes ou tristes?" "Felizes". "Quanto tempo durou ess felicidade? Muito ou pouco?" E todas, em coro: "Pooouco..." "Vocês ainda têm o brinquedo?" "Temos". "Ele ainda faz vocês felizes como antes?" "Não." "Então, onde está a felicidade? No brinquedo?" Elas pararam, se olharam e disseram: "Nãão..." Ora, se a felicidade estivesse no brinquedo, ainda estariam felizes, não é mesmo? Portanto, todos entendemos desde pequenos. O que vai nos fazer verdadeiramente felizes não é aquilo que conseguimos ou desejamos.

Em países desenvolvidos não existe felicidade duradoura. É o que chamo de utopia materialista. É lá que estão as maiores taxas mundiais de suicídio



Até porque o desejo passa a ser outro quando realizado.

Lama Michel Exatamente. No budismo, dizemos que o resultado do desejo é a insatisfação. Acontece que não conhecemos outra "brincadeira". Por isso ficamos sempre na mesma. Quando somos adultos, o brinquedo simplesmente muda. Em ambientes como a universidade, por exemplo, as pessoas olham para mim como alguém que sabe outra brincadeira. Na verdade pedem um *approach*, uma abordagem diferente em relação à vida. Não digo para ninguém: "Ah, largue tudo..." Não. Digo para viver o próprio corpo, o próprio trabalho, a posição na sociedade, os bens materiais, mas como um meio e não como um fim. Em Ferrara, na palestra com os estudantes de arquitetura falei sobre a influência do meio ambiente tanto no corpo quanto na mente. Do mesmo modo que a nossa mente influencia o nosso corpo e o meio ambiente. Ou seja, nunca podemos esquecer o humano. Menos ainda aquilo que faz com que o ser humano exista e funcione. É o que chamamos no budismo de *continuum mental*. Podemos chamar de alma, se quisermos. No budismo não existe essa palavra, mas é aquilo que está dentro de nós. E que, muitas vezes, não é levado em consideração. Como seria a economia, por exemplo, sem a busca total do ganho e da ganância? Se houvesse consciência pela necessidade dos outros? Se houvesse compaixão? Generosidade? Ora, seria diferente. E não significa não querer bem a si mesmo. Mas se houvesse um mínimo de consciência...

É a consciência da interdependência.

Lama Michel Significa dizer que cada ação realizada, cada palavra dita, cada decisão tomada, não termina em si. Tem resultado por um longo tempo. Um exemplo: se meu mestre, o lama Gangchen, não tivesse deixado o Tibet em 1963, não estaríamos agora conversando aqui; se não fosse convidado a vir para o Brasil, e meus pais não tivessem aceitado organizar a primeira vinda dele, não estaríamos aqui hoje. São pequenas decisões, mas que trazem mudanças. A interdependência é coerente. Se eu plantar uma semente de laranja, não posso colher um fruto de maçã. Com a interdependência é a mesma coisa. O resultado é coerente com a causa.

O que se aplica à sociedade.

Lama Michel Não posso esperar que o resultado de não respeitar o meio





Felicidade é estar bem comigo mesmo, independente de onde estou, com quem estou ou em que situação me encontro. Não posso depender do que está à minha volta

ambiente seja positivo. Nem que uma relação de arrogância com as pessoas traga resultado positivo. Não funciona dessa forma. Ou seja, o meu bem-estar depende do bem-estar do meio ambiente, do seu bem-estar, do bem-estar de todos os outros. E falo do bem-estar duradouro. Alguém vive bem dentro de uma casa com grades e guardas? Usando carro blindado? Com medo de sair à noite? Ninguém vive bem assim. Da mesma forma, quem está do outro lado também não. Parece absurda, mas cada vez mais acredito na tese de que o ser humano acaba piorando o problema tentando resolvê-lo. Temos na sociedade um problema de violência e, em vez de procurar a causa e mudar o quadro, criam-se ainda mais grades e barreiras, aumentando o ódio entre as classes. Este é apenas um dos exemplos.

O Brasil é um país em desenvolvimento. O senhor falou de uma moral diferente que pode nortear a busca de um processo diferente. Como construir esse caminho trabalhando com a interdependência?

Lama Michel Não há como enganar a interdependência ou dar um "jeitinho brasileiro". Para que a gente tenha um verdadeiro desenvolvimento, e espero que isso aconteça, precisamos de uma visão ampla. Ou seja, não pensar apenas no imediato, no meu ganho, mas naqueles que estão ao lado, na instituição, no país, na sociedade. Para que haja desenvolvimento precisamos ser mais responsáveis, olhar o todo. E assumir responsabilidade pelas próprias ações significa tomar consciência do que estamos fazendo. Muitas vezes iremos viver o resultado daqui a dez anos. Ou mais. O mesmo ocorre na economia: não se pode crescer dependendo da perda de alguém.

Uma sociedade com capacidade de se importar com o outro para uma tomada de decisão é certamente mais positiva, mas está longe da realidade.

Lama Michel Seria ótimo eliminar o "eu". Mas o importante é compreender de que forma uma ação retorna quando fazemos algo para o outro. Se eu, por exemplo, tomar decisões econômicas sem levar em consideração a sociedade na qual estou, tudo vai se voltar contra mim. De imediato parece funcionar, mas retorna. Do próprio ponto de vista econômico, os gastos serão maiores. A atitude de pensar apenas no "eu" acaba piorando tanto o desempenho individual quanto o da sociedade.

A respeito da transcendência do "eu", onde entra a felicidade?

Lama Michel O que é felicidade? É difícil, mas vou dar uma das minhas definições. Felicidade é estar bem comigo mesmo, independente de onde estou, com quem estou ou em qual situação me encontro. Ou seja, não pode depender daquilo que está à minha volta. Vivemos atualmente com o mero reflexo do mundo que está ao redor. "Por que estou feliz? Por causa disso e daquilo." "Por que estou triste? Por causa disso e daquilo." Sempre temos para onde apontar o dedo. E sempre para fora. Ninguém pode mudar o mundo. Mas podemos mudar como nos relacionamos com ele. Antes de tudo, temos de transcender o conceito de utopia materialista sob o qual vivemos, apontando para uns e outros como se fossem as causas da felicidade ou do sofrimento. Em outras palavras: pelo fato de não entendermos a interdependência, acreditamos ser independentes; e criamos uma dependência com o resto. A felicidade depende de encontrarmos a identidade interior. Ou seja, ela independente do corpo, dos bens materiais e da nossa imagem na sociedade. Felicidade é quando conseguimos ir além da dependência.

Voltando à metáfora do brinquedo, o que deveríamos estar procurando?

Lama Michel Não tem nenhum brinquedo. Não existe nenhum bem material, nenhum prazer sensorial, nenhuma posição social que, quanto mais tivermos, melhor estaremos. O problema é entender que a brincadeira de procurar o brinquedo é uma ilusão, pois damos valor ao brinquedo. Não há nada de errado em brincar ou possuir o brinquedo. Não devemos parar de ter brinquedos. O problema é atribuir um valor ao brinquedo, muito maior do que ele pode ter ou nos dar. Disso vem a nossa insatisfação. A brincadeira de procurar novos brinquedos é uma ilusão de felicidade.

É uma fuga?

Lama Michel Não chega a ser fuga. Na natureza de todos os seres está o desejo de ser feliz. Portanto, vamos procurar a felicidade. O problema está em que procuramos de forma errada. Nem sabemos exatamente o que é. E procuramos através do quê? Dos prazeres: o de obter algo, o sensorial, o da imagem... É uma felicidade falsa, pois não é duradoura. O que será que, quanto mais tivermos, melhor ficaremos? Respondo: a paciência, a compaixão, a generosidade, a humildade, a calma interior, a concentração, menos ciúme, menos avareza... Ou seja, diminuir aquilo que chamamos de venenos mentais.

O senhor é feliz?

Lama Michel Não sou iluminado! *[risos]*. Ainda faço uma lista dos defeitos que tenho para mudar. Mas acredito que, dentro do mundo no qual vivemos, posso dizer que sou uma pessoa feliz.

Sua vida é bem diferente da das pessoas de sua idade, 26 anos. Como lida com isso?

Lama Michel A vida é feita de escolhas. Nunca poderemos ter tudo. Tem de haver escolha, sempre. Vão ter escolhas positivas e negativas. Se eu escolher o copo *[diz, apontando para o copo de água à sua frente]*, não vou ter as coisas positivas da jarra... Quando faço uma escolha, tenho de aceitar verdadeiramente a escolha que fiz. Ou seja, estar consciente dos prós e dos contras. Não existe escolha perfeita. A vida que levo é diferente. Eu gosto? Gosto muito. Se não fosse monge, poderia ter uma vida boa. Alguns anos atrás meu avô tinha uma fábrica de teflon e me disse: "Vem para cá cuidar da fábrica. Você seria um ótimo administrador, deixo tudo para você..." Eu disse não, obrigado. Ou seja, não fui para o monastério porque não tinha oportunidades ou porque estava fugindo. Ao contrário, sempre tive uma vida ótima. Mas foi pelo fato de achar que não era o bastante para mim que fui atrás de algo que me dê mais significado.

O senhor escolheu ou foi escolhido?

Lama Michel Fui escolhido no sentido de ter sido reconhecido como reencarnação de um mestre tibetano. Tinha 8 anos. Para mim isso nunca foi o importante. Ir ao monastério foi uma escolha própria. Para minha vida, uma decisão até hoje essencial.

O senhor desenvolveu algumas práticas como a yoga para tentar, digamos, substituir brinquedos. De que forma isso altera sua percepção?

Lama Michel No budismo, um dos pontos-chave para que tudo funcione é aquilo que há alguns anos a ciência chamou de natureza plástica da mente: ela se baseia na transformação através da familiarização. A própria palavra meditação quer dizer familiarização. Métodos como yoga servem para proporcionar bem-estar para o corpo. E por quê? Porque o corpo está relacionado com a mente. A meditação entra no exercício da mente. Usamos para diminuir aquilo que chamamos de venenos mentais. Como um dos meus professores dizia, não devemos ter paz como uma pulga, mas como uma formiga. A pulga dá grandes pulos e fica parada. A formiga vai andando devagarzinho, dando pequenos passos e chega muito antes. Meditação é algo cotidiano. Meditar sobre a interdependência é se familiarizar a cada dia com ela. E assim fazer com que esses conceitos venham de uma forma natural e espontânea. Os métodos existem para nos ajudar nesse sentido. O caminho espiritual não pode se separar da vida cotidiana.

E são suficientes?

Lama Michel Hoje em dia falta o conceito de moralidade. Em tibetano a definição de moralidade é proteção da mente. É reconhecer que ações fazem mal a mim e aos outros, e assumir o compromisso de não fazê-las. Da mesma forma, reconhecer as ações que fazem bem a mim e aos outros, e assumir o compromisso de fazê-las. Muitas vezes, colocar esforço na solução parece trazer mais sofrimento do que ficar no próprio problema. E por quê? Porque para pôr esforço na solução temos de abrir mão de algo. O esforço é necessário para o desenvolvimento. Mas como haver esforço se não temos um objetivo claro? A nossa dificuldade é não ter a clareza de um objetivo comum. São sempre objetivos individuais ou de grupos da sociedade. Sem um objetivo comum nunca será criado um esforço comum.

O cenário atual aponta um futuro pouco idílico para a humanidade: escassez de alimentos, aquecimento global, etc. O senhor tem esperança?

Lama Michel Se eu olhar a sociedade, é difícil ser otimista. Mas se eu olhar para cada um, sou otimista. Porque cada um de nós tem todo o potencial para ser uma pessoa melhor. Vivemos numa sociedade que funciona como uma pirâmide. Quem tem mais poder acaba tendo muita influência sobre o resto, seja através da mídia ou de decisões econômicas. Se houvesse uma mudança no nível de consciência de quem está no topo, acredito que poderíamos ter uma mudança rápida. Não sou pessimista a ponto de acreditar que nada possa melhorar. Pode, mas é preciso dedicação. É um trabalho conjunto. Se as partes podem ser boas, a unidade, o todo pode ser também. Cada um de nós é responsável pela própria ação. E não devemos deixar de lado, nunca, os efeitos que nossas ações podem causar. Hoje é o futuro de ontem e o passado de amanhã. Um mestre chamado Kunden Janpel Yang disse: "Pensando, pensando, passaram-se vinte anos. Não consegui, não consegui, passaram-se vinte anos. Ai, por que não fiz? Ai, por que não fiz? E passaram-se vinte anos. Assim, passaram-se 60 anos. Essa é a biografia de uma vida vazia". Para fazer algo pela sociedade, é preciso começar agora, não amanhã.

**"Pensando, pensando, passaram-se vinte anos.
Não consegui, não consegui, passaram-se vinte anos.
Por que não fiz? Ai, por que não fiz? Passaram-se vinte anos.
Assim, passaram-se 60 anos. Essa é a biografia de uma vida vazia"
(Kunden Janpel Yang)**

O LEGADO E O DESAFIO DE VITOR NUNES LEAL

Para o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa a atualização do advogado é hoje um imperativo, pois a informação jurídica torna-se rapidamente obsoleta. O velho modelo de se formar e dizer adeus à escola está morto

Por José Reinaldo de Lima Lopes

Vitor Nunes Leal pertenceu a uma geração cujo auge de atividade deu-se enquanto durou a constituição de 1946. Viveu, pois, na quadra em que os regimes totalitários de direita foram militarmente derrotados e se abria para o Brasil uma perspectiva nova, restauradora da democracia. Foi também de uma geração cuja única alternativa de estudo universitário para quem gostasse das humanidades era a faculdade de Direito. Não havia ainda no Brasil, ou pelo menos não se haviam ainda consolidado, as universidades, com seu núcleo de escolas de filosofia, letras, humanidades, ciências sociais. Nesse ambiente, Vitor Nunes Leal teve uma trajetória particularmente importante e tornou-se o autor de um clássico, um só, mas que clássico! *Coronelismo, Enxada e Voto* deu início a uma nova perspectiva na análise do país.

A primeira edição saiu em 1948, com o nome mais árido, mas ao mesmo tempo esclarecedor, de *O Municipalismo e o Regime Representativo no Brasil*. Na reedição de 1949 veio já com o consagrado título, *Coronelismo, enxada e voto*, conservando o anterior como subtítulo. Particularmente, desde a primeira vez que li o livro fiquei impressionado pelo tom analítico e objetivo. Embora a própria vida política e intelectual de Vitor Nunes mostre de que lado ele estava no leque de opções políticas para o Brasil, isto é, claramente ao lado das reformas ditas *de base*, e pela consolidação e ampliação da arena democrática do país, o livro não se assemelha àquilo que hoje chamamos *denuncismo*, seu tom não é panfletário, não pretende encantar ou seduzir o público a quem se dirige. Acho que não é sem razão que Bolívar Lamounier chamou *Coronelismo, Enxada e Voto* de o primeiro estudo realmente sistêmico da política brasileira.

Pelo estilo e pelo método, o livro é um ensaio de análise, não um ensaio de interpretação seja à moda de Gilberto Freire, seja à moda de Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro, fazendo uma espécie de história das mentalidades *avant la lettre*, combinando-a com uma arqueologia do cotidiano dos núcleos familiares brasileiros coloniais (em *Casa-Grande e Senzala*), procurou um veio para interpretar a cultura brasileira, talvez o imaginário nacional. Sérgio Buarque por volta da mesma época visava entender também a cultura brasileira, embora voltando-se para uma interpretação menos material do que Freire, de cunho marcadamente culturalista e idealista. Vitor Nunes Leal faz diferente.

Não quer interpretar o Brasil, nem quer repetir o que já se disse sempre a respeito da "sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial". Não vai, pois, à história da colônia, nem busca um "espírito nacional" ou um "homem ideal" brasileiro. Quer entender um fenômeno em particular e tendo em vista a análise dos processos especialmente políticos. Está, portanto, interessado em duas coisas cuja relevância só mais tarde se veio a valorizar: em primeiro lugar no papel das instituições jurídicas, legais e constitucionais; em segundo lugar, nas práticas que deram vida a tais instituições. E não quer entender o Brasil "como um todo". Está plenamente consciente de que um fenômeno dessa envergadura dependeria de "minuciosas análises regionais" fora de seu alcance. O coronelismo variara no tempo e no espaço. Constituíra, entretanto, algo de semelhante em toda parte, diz ele.

A análise parte, portanto, do poder local, mas não do poder privado local, senão das formas locais de poder, mesmo que se verifique sua apropriação privada. Dessa perspectiva, é o município, aquela primeira célula administrativa, que se definira historicamente desde muito tempo, o lugar por onde começar. Se o município é a unidade de partida, a hipótese interpretativa de Vitor Nunes Leal não é a hoje celebrada concepção de "idéias fora do lugar". Ele não oferece do fenômeno uma avaliação inicial, não desfaz dos arranjos políticos, nem formula uma hipótese qualificando de grande equívoco histórico o constitucionalismo político brasileiro. O Brasil não é um caso de algo que não foi, de uma imitação malfeita, pura e simplesmente. O coronelismo não é o resultado de uma elite idealista e ingênua, nem de uma elite ardilosa. O caso é visto do ponto de vista mais objetivo, sistêmico e funcional: "O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, *notadamente* dos senhores de terras". Grifei o "notadamente" pois indica um cuidado exemplar: não se trata "exclusivamente", pois, como ele mesmo constatara, desde os anos 30 pelo menos o Brasil não era exclusivamente um país rural. Além disso, mesmo nos lugares em que o poder local não era dos senhores de terra, como se constatava em alguns lugares em que o grande poder local era dos comerciantes, essa implicação entre público e privado poderia oferecer objeto de análise e reflexão.



A grande vantagem do estudo de Vitor Nunes Leal é que ele não se dispõe a ir tão longe, a explicar tudo por força de uma sedutora analogia

Sob o ponto de vista da história

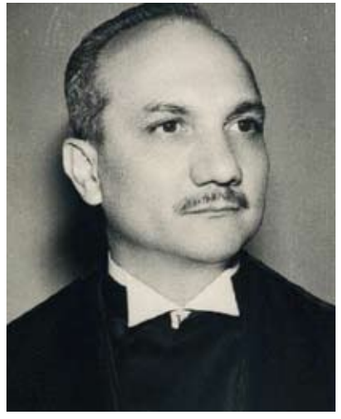
A dinâmica da análise vai, portanto, de um fenômeno local e passa pela interação do poder social (local) com as formas institucionais e políticas do poder público (estadual e federal na Primeira República). O coronel é o fruto da existência real de um poder em certa esfera e da superposição de um regime formal que presume outro poder, o do cidadão eleitor. Assim, o coronel viceja onde um sistema moderno, liberal e constitucional de representação abstrata precisa realizar-se por intermédio de eleições locais. Não é a nação que se reúne em assembléia eleitoral para votar e indicar seus representantes: é a freguesia, a paróquia, o município. E nesse arranjo se constitui o coronelismo. Daí sua explicação, de que o coronelismo não é só a sobrevivência do poder privado no Estado moderno, mas o fruto próprio de um Estado moderno numa sociedade específica, a sociedade brasileira. Seria o caso de perguntar-se se esse não é um tipo mais universal e abrangente, que se aplicaria talvez a toda a América hispânica. A grande vantagem do estudo de Vitor Nunes Leal é que ele não se dispõe a ir tão longe, a explicar tudo por força de uma sedutora analogia.

Essa característica, de não ultrapassar as forças da explicação que pretende, nota-se na própria estrutura do livro. Passa ordenadamente pelas atri-

buições (ou competências) municipais, pela espécie de representação política que se organizou nas eleições municipais, pela capacidade do município de arrecadar receitas e, pois, fazer face a suas próprias necessidades, pela sua função na manutenção da ordem e da segurança públicas e, finalmente, pelo sistema eleitoral nacional, cujas unidades mínimas são, naturalmente, locais desde que se afastou do constitucionalismo a representação estamental ou corporativa.

Essa estrutura é consistente com a análise institucional de que falei antes. Cada um desses campos corresponde, para quem é jurista, a uma certa disciplina que foi surgindo e se consolidando com os regimes constitucionais liberais. Assim, as atribuições municipais formam parte do direito administrativo, assim como as eleições municipais constituem um núcleo primeiro de autonomia territorial. O direito financeiro consolida em sistema doutrinário e conceitual os problemas de extração de riqueza e gestão de recursos pelo próprio poder público, da mesma forma que as questões de segurança e administração de conflitos têm a ver com a própria justiça criminal e civil, e o regime eleitoral e partidário tem direto impacto na espécie de democracia que se consegue estabelecer em certa república.

E para minha satisfação, cada um desses campos (administrativo, financeiro, eleitoral, de segurança e justiça) é olhado sob o ponto de vista da história. A presença de uma "classe exploradora e opressora" não explica tudo, assim como a existência de um espírito, uma cultura, ou um tipo ideal de homem brasileiro não é capaz de explicar tudo. É antes a história, as idas e vindas, as tentativas bem e mal sucedidas de interferir no arranjo das instituições que ajudam a compreender em que pé estamos. Embora analítico-sistêmico, o livro é narrativo. É mesmo a razão pela qual desde sempre o incluí entre as leituras obrigatórias do curso de história do pensamento jurídico brasileiro que ofereço na Faculdade de Direito da USP. Em cada um dos capítulos tem-se uma pequena e ainda muito atual história daquele campo. A



história do direito público brasileiro encontra-se ali sumariada e narrada de um ponto de vista estruturante. Não é uma simples cronologia das fontes, mas uma inserção das fontes em seu processo de formação, abandono, consolidação, conflito enfim.

Só muito recentemente se vêm fazendo novas pesquisas históricas nas instituições jurídicas brasileiras. Vitor Nunes Leal tinha do assunto clareza exemplar. Embora sua compreensão do poder político-institucional seja estrutural – a relação do poder privado de um grupo socialmente decadente com o poder público – não é senão através da história que se vê como um dos grupos se adapta ao outro. Como a revolução republicana pôde desaguar na sobrevivência de um grupo que pouco tinha a ver com os jacobinos de Floriano Peixoto ou os casacas de Rui Barbosa, ou a chamada República dos Conselheiros e dos Governadores. Não é por linhas mecânicas de explicação, mas por linhas dinâmicas de conflitos que se lê a história.

O coronel como delegado do governador

A rigor, todo o livro desenrola-se, portanto, sob um prisma histórico. Em cada um de seus capítulos encontra-se uma história de como eram as instituições coloniais e de como vieram a ser transformadas. Trata-se também aqui de algo relativamente novo, pois fazendo história das instituições, Vitor Nunes Leal não deixa de fazer, aqui também *avant la lettre*, uma história social das instituições. Ele mostra como as mudanças são fruto não de uma evolução ou de uma especialização, ou mesmo de um progresso, mas de contingências históricas, entre as quais o jogo político nacional – com suas diferenças regionais e locais – e o jogo social de influência e poder.

O livro tem ainda outro atrativo, derivado dessas grandes escolhas metodológicas feitas. Por ele acompanhamos o claro desmonte de uma tese bastante divulgada entre nós afirmando que o Estado é que tem poderes excessivos. Vitor Nunes Leal mostra como o chefe local, o particular detentor de prestígio social e capacidade econômica, é – ao lado da administração eclesiástica e, portanto, do clero – o único instrumento capilar com o qual o Estado nacional pôde contar inicialmente. À medida do crescimento do Estado e do fortalecimento de outros grupos sociais, o senhoriato rural e local viu-se obrigado a renegociar sua posição. Não por acaso a primeira legislatura do Brasil independente toma a peito realizar a reforma das câmaras, e a lei de 1828 impõe-lhes limites. Tira-lhes toda jurisdição contenciosa, passada aos juízes vinculados ao poder central (ou aos jurados). Não por acaso, também, é em torno do papel do juiz de paz (juiz eleito) que liberais e conservadores disputarão continuamente. O juiz de paz era, de certa maneira, o sobrevivente do senhorio local em meio a um projeto de Estado que visava ganhar autonomia burocrática.

Durante a República, o que propiciou a vida do coronelismo foi, no seu diagnóstico, a combinação de estruturas políticas modernas com situações sociais de decadência econômica, mas também, e de modo particularmente forte, o fortalecimento dos Estados, essas unidades políticas que assumiram uma tutela do poder local. O acordo coronelista funcionava enquanto o chefe local fosse uma espécie de delegado do governador e garantisse a vitória da situação no Estado. Como sabemos, na Primeira República não foi possível organizar partidos de oposição com peso eleitoral. Todo o sistema representativo terminou sendo governistas, situacionista. As tentativas da Segunda República (1930-1937) e as do Estado Novo (1937-1945) não duraram e não tiveram sucesso. Qual o futuro do coronelismo e do regime democrático e representativo então?

Sobreviveu o coronelismo?

Como disse no início, a obra está inserida no período de grande esperança democrática. Escrita no começo do regime liberal que geriu o país entre 1946 e 1964, as esperanças eram ainda frescas naquele tempo. A Constituição de 1946 havia restabelecido a liberdade individual e cívica, direitos de manifestação e admitido o papel relevante dos partidos políticos de caráter nacional. Tais instituições poderiam de fato mudar a face do Brasil. Vitor Nunes Leal está entre os que acreditaram nisso. Também se transformara a estrutura social e econômica. Naqueles anos, os "bolsões de miséria" eram vistos como sobrevivência disfuncional. Havia tudo para mudar os rumos. Por tudo isso, e mais as razões próprias de sua tese, de que o coronelismo vicejava não como acomodação do poder decadente com o poder ascendente, levam, ao final do livro, a um tom que eu chamaria de esperançoso. Ele cita os vários fatores que solapavam o coronelismo de então: vitalização do município, ampliação das garantias da magistratura e do ministério público, contatos diretos entre a União e os municípios, etc.

Mais um atrativo da leitura para juristas é o fato de o autor ter sido sempre jurista. Embora homem público, embora pensador político, embora historiador ou cientista político, Vitor Nunes Leal tinha dos institutos jurídicos a visão interna. Levava-os a sério, como levava a sério as discussões dos autores das reformas e das instituições quando discutiam razões jurídicas para suas opiniões. Por isso, parece-me, tem cuidado em reproduzir inúmeros debates parlamentares, seja das assembléias constituintes, seja das legislaturas ordinárias. E seu cuidado com o elemento legal é evidente quando escreve, como escreveu, sobre campos determinados de direito público, mostrando a proficiência de teórico do direito, debatendo com os juristas de sua geração e da geração imediatamente anterior.

Vitor Nunes termina seu clássico esperançoso, mas não ingênuo. "Parece evidente que a decomposição do 'coronelismo' só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária." Outra vez, o intelectual e o político se encontram na vida do personagem: ele se colocou ao lado do governo Goulart e dos reformistas. Nessa posição política terminou chegando ao Supremo Tribunal Federal. Ali, em 1968, foi alcançado pela ditadura e aposentado compulsoriamente. A modernização com justiça, com a qual sonhava, não aconteceria. Em seu lugar viria a modernização, que para realizar-se também encontrou uma aliança com as formas velhas do poder social. A reforma agrária não se fez, e a pobreza dos campos contaminou as cidades, como, aliás, ele já entrevira.

Para fazer justiça à análise de Vitor Nunes Leal convém terminar com algumas suspeitas. O coronelismo sobreviveu? O que hoje chamamos de "coronelismo" é o mesmo fenômeno? Para mim a resposta é negativa. Aquele coronelismo de que falava Vitor Nunes Leal terminou mesmo por desaparecer e não porque os setores "atrasados" do Brasil tenham desaparecido, mas porque o arranjo do atraso foi refeito. Foi muitas vezes "terceirizado" o sistema de exploração e expropriação. Os conflitos do campo já se dão de forma diferente: nas novas fronteiras agrícolas, nos novos tipos de negócio e agro-negócio, e assim por diante. Fazer a síntese dessas novas formas de arranjo do atraso é o desafio que fica lançado para o leitor atual desse clássico do pensamento político brasileiro. Por isso vale a pena lê-lo e relê-lo.

É antes a história, as idas e vindas, as tentativas bem e mal sucedidas de interferir no arranjo das instituições que ajudam a compreender em que pé estamos

O que hoje chamamos de "coronelismo" é o mesmo fenômeno? A resposta é negativa: o coronelismo de que falava Vitor Nunes Leal terminou mesmo por desaparecer



José Reinaldo de Lima Lopes é professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Direito GV.

O JAPÃO OCIDENTAL DE HARUKI MURAKAMI

Com o lançamento de *Kafka à Beira-Mar*, o mais célebre nome da nova literatura feita no país oriental começa a ser conhecido pelo público brasileiro



China Times Publishing

Por Fábio Fujita



Não deixa de ser uma homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil: a presença cada vez mais maciça de autores do país asiático entre as boas traduções disponíveis no mercado editorial brasileiro. Caso se trate de um fenômeno, seu marco zero pode ser creditado à editora Estação Liberdade e seu best-seller *Musashi*, que, lançado em 1999 em dois tomos, tornou-se em todo o mundo a única versão traduzida da obra de Eiji Yoshikawa contendo o texto completo (a edição americana vilipendiou o texto original para torná-la mais vendável). Desde então as editoras brasileiras não puderam ignorar a demanda e a curiosidade crescentes em relação à literatura que é feita hoje no Japão, investindo em novos lançamentos e abrindo um belo campo de trabalho para tradutores capazes de verter diretamente do japonês as obras para a língua portuguesa. E o autor mais significativo dessa safra recente a ganhar espaço em nossas estantes é Haruki Murakami. Seu novo livro, *Kafka à Beira-Mar*, um catatau de quase 600 páginas, chega em luxuosa edição pela editora Alfaguara e já se insinua como o próximo figurante nas listas de mais vendidos.

Não é função das mais simples achar uma classificação para este *Kafka à Beira-Mar*. Ela é, no entanto, a obra mais ambiciosa de Murakami, na medida em que reforça os elementos que o consagraram nos livros anteriores – personagens enclausurados na própria solidão, narrativa que se equilibra entre a melancolia e o humor, amores errantes, realidades paralelas oníricas, referências à cultura pop – além de revisitar a mitologia grega e fazer uma espécie de releitura daquilo que, na América Latina, ficou conhecido como "realismo mágico". São duas tramas que correm em paralelo, para convergir no final. Na primeira Kafka Tamura é um jovem de 15 anos que decide fugir de sua casa em Tóquio. Essa fuga se dá porque o garoto teme a edipiana profecia anunciada por seu pai: a de que ele, Kafka, está fadado a matar o velho e dormir com a própria mãe, que o abandonara ainda bebê. Na segunda acompanhamos a história de Satoru Nakata, um idoso que, durante a ocupação americana na Segunda Guerra, tornou-se deficiente mental após protagonizar um mal explicado acidente. Por outro lado, a partir desse trauma, Nakata desenvolveu estranhas habilidades, como a capacidade de conversar com gatos e de prever acontecimentos de natureza psicodélica, como chuvas de sardinhas e de sanguessugas. É hipnótico o universo imaginativo de Murakami, que, com essa geléia geral feita de mitologia, filosofia e puro delírio, consegue prender a atenção do leitor com desconcertante talento.

Um Japão ocidentalizado

Traduzido em 34 idiomas, Murakami é, hoje, celebridade no Japão e, como tal, cultuado por muitos e odiado por outros. Na segunda corrente inserem-se os colegas de ofício mais puristas, que o acusam de fazer uma literatura por demais "ocidentalizada". De fato, em Murakami é preciso esquecer o estilo minimalista e etéreo de seus compatriotas mais saudados, casos de Yasunari Kawabata (de *A Casa das Belas Adormecidas*, referência de Gabriel García Márquez na elaboração de seu *Memórias de Minhas Putas Tristes*) e do próprio Eiji Yoshikawa de *Musashi*. Sem paternalismo, o Japão parece não gostar de lamber suas crias: a danação de Murakami assemelha-se, em alguma medida, à mesma falta de reconhecimento local pela qual passou o mais internacional de seus artistas: o cineasta Akira Kurosawa. Pois o Japão de Murakami – nascido em Kyoto, em 1949 – mostra real sintonia com as transformações sociais sofridas pelo país a partir do pós-guerra, refletindo o impacto do Ocidente sobre sua visão de mundo. É um Japão muito mais alinhado ao país visto por Sofia Coppola em *Encontros e Desencontros* do que os retratos ufanistas dos filmes de Takeshi Kitano. Seus personagens trocam o saquê pelo whisky; o chá pelo café; música enka por Beatles, Beach Boys e Getz/Gilberto; Yukio Mishima por F. Scott Fitzgerald. Claro que tais opções são reveladoras do próprio fascínio de Murakami pelas influências que fizeram seu repertório e sua formação como artista.

Contribuição importante nesse sentido se deu no período de 1974 a 1981, logo após a conclusão do curso universitário de dramaturgia clássica na Universidade de Waseda, quando Murakami montou um bar de jazz em Tóquio – ele costuma dizer que tal empreendimento viria a se tornar sua principal fonte de conhecimento e inspiração. Sua preferência pela literatura americana à japonesa também o levou a traduzir para o seu idioma obras de autores como Truman Capote, Paul Theroux e J. D. Salinger.

Como no livro de Salinger, *Norwegian Wood* tem tintas biográficas e traz o mesmo tom de elegia que caracteriza o ritual de passagem da adolescência à idade adulta

Aliás, tornou-se lugar-comum associar o trabalho mais conhecido de Salinger, *O Apanhador no Campo de Centeio*, àquela que é considerada a obra-prima de Murakami: *Norwegian Wood*, que alçaria o autor à condição de cult absoluto, depois de emplacar nada menos que 4 milhões de exemplares vendidos no Japão. A comparação não é gratuita: tal como no livro de Salinger, *Norwegian Wood* tem tintas biográficas e traz o mesmo tom de elegia que caracteriza o ritual de passagem da adolescência à idade adulta de seus protagonistas, com suas tragédias existenciais e suas dificuldades nas relações afetivas. Ambos são, portanto, romances de formação, com a diferença de que a obra de Murakami traz mais e mais camadas de complexidade, culminando numa literatura mais sólida. Numa entrevista concedida em fevereiro à publicação alemã *Der Spiegel*, Murakami classifica *O Apanhador...* como "incompleto", explicando que a história de Holden Caufield caminha decidida para um final cada vez mais sombrio, espelhando a própria jornada do autor, em total reclusão desde que o livro tornou-se fenômeno mundial. Neste sentido, *Norwegian Wood* funciona como um contraponto, na medida em que seu protagonista caminha em direção oposta, empenhando-se em buscar uma luz no fim do túnel, depois de patinar em circunstâncias de trevas e desespero. O êxito da obra levaria Murakami a viver um período nos Estados Unidos, nos anos 90, onde lecionou na Universidade de Princeton.

Tipicamente orientais, por isso universais

A narrativa de *Norwegian Wood* – título saído de uma canção dos Beatles – é feita em *flashback* pelo personagem-narrador Toru Watanabe, que rememora sua juventude no final dos anos 60, em Tóquio, quando freqüentou um pensionato só para homens na época em que estudava teatro. O caminho dele é cruzado, ao acaso, por Naoko, namorada do grande amigo de adolescência, Kizuki, que, pouco antes, cometera suicídio. O reencontro não passará impune: se Naoko, na época em que namorava Kizuki, não tinha assunto nenhum a conversar com Watanabe, a tragédia comum acaba por aproximá-los. Acompanhamos, assim, a desmontagem emocional e psicológica de Naoko, como se o corvo de Allan Poe entoando o "nunca mais" ecoasse em seu imaginário a cada novo dia, minando suas últimas reservas de força para superar a perda. Watanabe tenta parecer a Naoko como um tijolo de segurança, ombro ao qual ela possa recorrer. A relação, no entanto, é truncada pela dificuldade dela para exorcizar esse grito *münchiano*, da dor entranhada, e também pela aparição de outros personagens no caminho de ambos. Um deles é Midori, que, longe da submissão que caracteriza a mulher japonesa, é uma garota desbocada, libidinosa e cheia de personalidade, que joga sobre o universo som-

brio e solitário de Watanabe uma espécie de iluminação. A sugestão de um triângulo amoroso parece evidente, mas Murakami assenta seu talento para valorizar outros registros, notadamente o espectro indelével da morte – um dos temas-obsessão do autor.

É ela – a morte – um "quase-personagem" de *Dance Dance Dance*, que forma com *Caçando Carneiros* um díptico do gênero policial *hard-boiled* (trama investigativa ao estilo de Raymond Chandler e Dashiel Hammett) com pé no universo surreal. *Dance* e *Caçando Carneiros* perpassam a sensação da falta de sentido existencial nesse Japão metropolitano da pós-modernidade, com personagens deslocados de interesses materialistas, cuja deriva na paisagem *flaneur* só encontra equilíbrio no contato com personagens desconectados do mundo real – Murakami sempre reafirmou sua resistência aos registros puramente realistas. *Caçando Carneiros* foi escrito primeiro, em 1982, e desafia o leitor a encontrar as conexões entre a máfia japonesa e um jovem publicitário obcecado pelo par de orelhas de uma garota. Embora possa ser lido de forma independente, *Dance Dance Dance*, de 1988, dá continuidade à trama bizarra, na história de um jornalista *freelancer* que se sente impelido a resolver um enigma envolvendo um determinado hotel. Os personagens são párias num certo sentido, na medida em que não se enquadram no que poderíamos classificar de "normalidade": um astro de cinema em auto comiseração com a própria fama; um casal indiferente à filha, esta dotada de poderes mediúnicos; um poeta sem braço e submisso; aparições fantasmagóricas; etc.

Mas se *Caçando Carneiros* e *Dance Dance Dance* expõem um universo de estranheza distinto das sutilezas românticas de *Norwegian Wood*, cabe ainda mencionar *Minha Querida Sputnik*. Escrito em 2001, também foca sua trama no âmbito de um amor impossível: a jovem Sumire, que se apaixona perdida e lesbicamente por uma mulher quase 20 anos mais velha. A história é narrada pelo professor de Sumire, que mantém um *affair* com a aluna, desenhando, assim, uma nova história de amor em três vértices. O sexo, aqui, tem importância semelhante ao de Junichiro Tanizaki em *Diário de um Velho Louco*. A diferença em Murakami é a capacidade de trabalhar com personagens que, a despeito de serem tipicamente japoneses, buscam radiografar a essência da alma humana. O que, por isso mesmo, torna sua literatura decididamente universal, um mérito para poucos.

Livros de Haruki Murakami lançados no Brasil:



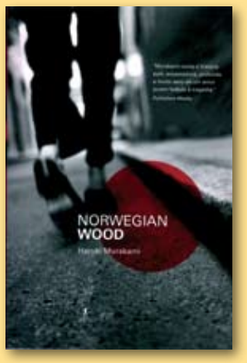
Dance Dance Dance
Editora Estação Liberdade
503 pgs.
Preço sugerido: R$ 58



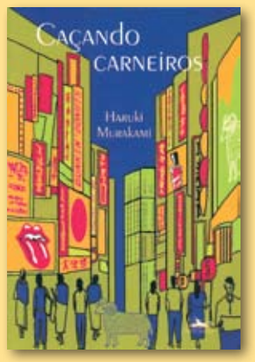
Minha Querida Sputnik
Editora Objetiva
235 pgs.
Esgotado



Kafka à Beira-Mar
Editora Alfaguara
571 pgs.
Preço sugerido: R$ 55



Norwegian Wood
Editora Objetiva
356 pgs.
Preço sugerido: R$ 50



Caçando Carneiros
Editora Estação Liberdade
336 pgs.
Preço sugerido: R$ 45

Inéditos no Brasil: *Hear the Wind Sing* (1979), *Pinball 1973* (1980), *A Wild Sheep Chase* (1982), *Hard-Boiled Wonderland and the End of the World* (1985), *South of the Border, West of the Sun* (1992), *The Wind-Up Bird Chronicle* (1995) e *After the Quake* (2004)

GV*LAW.*
CURSOS CORPORATIVOS
COM O ENFOQUE IDEAL:
O DA SUA EMPRESA.

Para lidar com a instabilidade no mundo dos negócios e se manter competitivas, as empresas precisam de colaboradores cada vez mais preparados. Os cursos corporativos do GV*law* levam novas tendências e uma educação continuada e sob medida para organizações públicas e privadas. O corpo docente é composto por renomados especialistas e as empresas podem solicitar um diagnóstico prévio para avaliação de suas necessidades e elaboração de um programa personalizado.
GV*law:* Rua Rocha, 233 – Bela Vista – São Paulo – SP (f. 3281-3330)

FGV
GVlaw
www.gvlaw.com.br



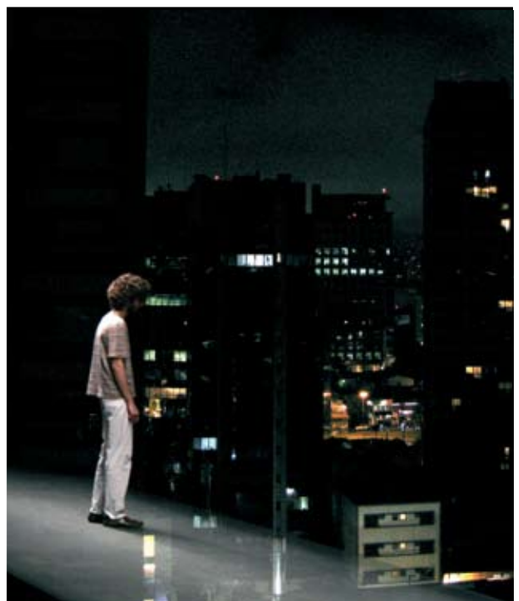






Depois de criar *Inscritos/escritos* na capela (foto acima), Raquel Kogan passou a trabalhar com instalações e a "pensar no outro", valorizando a interação entre público e obra; um de seus novos trabalhos, *Ponte* (foto abaixo), é assinado em conjunto com Lea van Steen e está em exibição no Sesc Avenida Paulista





A ARTE CIBERNÉTICA DE RAQUEL KOGAN

Numa atividade que convive com diversos problemas (um deles é o próprio nome), a artista procura chamar a atenção do espectador para as coisas do cotidiano que ele enxerga, mas não vê

Por Luísa Pécora

Em uma tarde chuvosa, a artista plástica paulistana Raquel Kogan tentava explicar para esta repórter o funcionamento de um de seus novos trabalhos, a instalação *Ponte*, assinada também por Lea van Steen e que está exposta no Sesc Avenida Paulista desde 17 deste mês de maio. Numa sala escura, um vídeo de pessoas em situações cotidianas é visto somente nos vidros das janelas do espaço, construindo uma imagem suspensa no ar e causando no visitante a impressão de estar flutuando no espaço externo, no caminho entre o Sesc e o Itaú Cultural. Diante da expressão um pouco confusa da ouvinte, Raquel Kogan preferiu apontar para o balcão próximo à mesa em que acontecia a entrevista, em um café no bairro Itaim, em São Paulo. Localizada ao lado da janela de vidro, a vitrine era refletida, de modo que doces e salgados pareciam habitar tanto o espaço interior quanto o exterior à loja. "A *Ponte* é isso, é algo que você vê todos os dias, do ônibus, do carro, na sua casa", comparou a artista. "Você não dá atenção porque não lhe serve para nada. Para mim serve. Eu gosto de lixo visual".

A cena tenta descrever a proposta dos trabalhos de Kogan, que procura chamar a atenção do espectador para as coisas do cotidiano que ele enxerga, mas não vê. O caminho para isso é a interação de público e obra, algo que se tornou parte fundamental do trabalho da artista depois de sua primeira instalação, em 1999. A peça, erguida então na Capela do Morumbi, espaço que já não é usado para exposições em São Paulo, foi feita com 600 kg de parafina. Trabalhada primeiro na forma líquida e depois endurecida, a parafina era iluminada internamente por 30 pavios de vela que, permanecendo acesos durante toda a exposição, revelavam as diversas camadas de desenho feitas por Raquel Kogan. O desafio representou uma virada em sua carreira. "Quando um artista faz uma instalação, precisa pensar no outro, porque a obra está em um espaço de circulação e não pregada na parede", afirma. "É um conceito diferente, e adequado à idéia, muito presente no meu trabalho, de que não somos todos iguais, e de que vemos coisas distintas na mesma obra".

Até então, Kogan voltava-se para a pintura e a gravura. A artista ri ao lembrar que, aos 7 anos, ganhou uma medalha por ter feito o melhor desenho da classe, sinal de que o gosto pelas artes começou cedo, provavelmente por influência da mãe, que também é pintora. Quando chegou o vestibular, Raquel optou por prestar Arquitetura, e em 1978 formou-se pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Depois de montar um escritório e passar algum tempo prestando serviços, sobretudo na área de comunicação social e desenho gráfico, no início dos anos 1990 ela sentiu saudade dos pincéis. Motivo: o impacto que sentiu ao assistir ao filme *Contos de Nova York* (1989), mais precisamente o episódio "Lições de Vida", dirigido por Martin Scorsese, no qual o ator Nick Nolte interpreta um pintor. Aos poucos Raquel Kogan voltou a se dedicar ao trabalho artístico, até abandonar de vez a arquitetura.

A entrada para o mundo das instalações representaria uma série de desafios, para a artista, que resolveu se aventurar pela computação, transformando uma idéia em software. Deu certo: em 2002 o projeto *Reflexão* venceu o prêmio Transmídia, do Itaú Cultural, e foi exposto em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Paris e Karlsruhe, na Alemanha. A obra teve diferentes montagens, sendo adaptada de acordo com o espaço de exposição e com os novos questionamentos de Kogan. Na primeira versão, uma sucessão de números, gerenciada por um computador acoplado a sensores de presença, era projetada em uma parede, cuja imagem era refletida em um espelho d'água que ficava no chão. Os sensores faziam com que o movimento das pessoas na sala interferisse na velocidade de queda e subida dos números, de forma que a projeção nunca se repetia, sendo única a cada instante. Os dígitos numéricos, aliás, são presença constante na obra de Raquel Kogan, embora ela mesma não explique o fascínio que tem por eles. "Não fui eu quem gostei dos números, eles que gostaram de mim", diverte-se.

Desde *Reflexão*, a artista se dedica à arte digital, área que, segundo ela, convive com diversos problemas, sendo o primeiro deles uma questão de nome. Discute-se qual seria a nomenclatura correta para as obras desses artistas, já

que nem “arte e tecnologia” nem “arte e mídias digitais” parecem dar conta da complexidade dos trabalhos. Segundo Kogan, o Brasil tem bons artistas e interesse por parte do público, mas, como acontece em outros segmentos artísticos, pouco ou nenhum apoio do governo. “Ficamos sempre na impossibilidade do dinheiro, com projetos parados na cabeça e dificuldades para executá-los”, conta. A opção de vender o trabalho existe, mas poucas vezes acontece, já que as coleções de arte e mídia digital ainda estão começando a se formar. “Nós não existimos para o mercado”, afirma.

O custo de produção dos trabalhos costuma ser alto, visto que envolvem a compra de materiais e o serviço de outros profissionais, que muitas vezes estão acostumados ao preço do mercado e não produzem determinadas peças em pequena escala. Os artistas ainda precisam driblar a dificuldade de acompanhar as constantes inovações tecnológicas que permitem novos vôos artísticos. “Tem tanta coisa acontecendo que é mais fácil você focar no seu trabalho e depois pesquisar como executá-lo”, recomenda Raquel Kogan, que tem em livros sobre arte, física e filosofia sua principal fonte de informações.

Por isso ela está feliz com outro de seus atuais projetos, *Reler*, que começará a ser exposto em 2 de julho no Itaú Cultural. Vencedor do concurso de Arte Cibernética, realizado em 2006 pela mesma instituição, o trabalho é a primeira instalação sonora de Kogan, que gravou 50 pessoas lendo um trecho de 4 minutos de um livro de sua escolha (a própria artista participou do processo, gravando uma passagem de *A escrita ou a vida*, do espanhol Jorge Semprum).

Na exposição, as obras serão numeradas de 1 a 50 e, quando abertas pelos visitantes, farão tocar as gravações. Se vários livros estiverem abertos ao mesmo tempo, os trechos serão ouvidos simultaneamente.

“A obra vai se montar conforme as pessoas forem participando. Se alguém entrar e não abrir nada, não vai ouvir nada e o trabalho não irá acontecer”, conta Raquel, para quem a interação funciona como um estímulo para o espectador. “Hoje as coisas estão muito fáceis. As pessoas passam por uma instalação, olham com certo desprezo e logo vão embora. Elas não têm tempo para aquilo”, explica. “De uma maneira ou de outra, meus trabalhos falam sobre o tempo: sobre o seu tempo dentro da instalação, sobre como a sua presença modifica aquele trabalho, sobre como você faz parte daquele momento e daquele mundo.”

Com a certeza de que as respostas obtidas em cada trabalho levam-na sempre a novos questionamentos, Raquel Kogan tem, no entanto, algumas questões constantes: como mover as pessoas através da arte, e movê-las para que, para onde, e por quê. “Não quero fazer um trabalho que não tenha significado”, afirma. “Tento fazer com que as pessoas vejam as coisas de um outro ponto de vista e, assim, vejam a si mesmas.”

“Tem tanta coisa acontecendo que é mais fácil você focar no seu trabalho e depois pesquisar como executá-lo”



A primeira versão de *Reflexão*: trabalho premiado pelo Itaú Cultural e a primeira incursão de Raquel Kogan na arte digital.

Editora FGV

www.editora.fgv.br

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22231-010
Tel.: 0800 21 7777 - (21) 2559-4426/27
Fax: (21) 2559-4430
E-mail: pedidoseditora@fgv.br

Lançamentos



Publicações de direito



Outros títulos



A Editora FGV oferece publicações de excelência em diversas áreas do conhecimento.
São mais de 250 títulos de autores brasileiros e estrangeiros, fundamentais para a formação intelectual e o debate no campo das ciências sociais - história, economia, administração, direito, marketing e negócios, entre outros.

Desconto Especial
A Editora FGV está concedendo um desconto de 25% para pedidos acima de 20 exemplares.*
O pagamento também é facilitado, parcelado em até 6 vezes sem juros nos cartões de crédito.
(*) Exceto nas promoções e revistas

Publicações FGV Management





AS LIÇÕES DE 1968, 40 ANOS DEPOIS

O legado da geração que mudou o mundo, na leitura de três intelectuais que vivenciaram e passam em revista utopias do período

Por Gabriel Kwak

"Seja realista: peça o impossível". Este foi o lema preferido entre as mensagens pichadas nos muros em Paris no tão falado maio de 1968. A divisa não chegava a ser um completo absurdo: os estudantes, o Poder Jovem, na França e em outras latitudes pareciam mesmo poder fazer tudo – de contestar o *establishment* a cobrar mudanças na universidade, de reformar costumes a reivindicar a revolução socialista.

O Brasil não escapou da onda de inconformismo que varreu, por exemplo, França e Alemanha (para ficar em exemplos mais sobressalentes): o movimento estudantil não fugiu do enfrentamento e ganhou as ruas, muito embora a ditadura dos generais-presidentes mostrasse sem pudores as afiadas garras. "Os estudantes foram inoculados de uma visão nova de vida. A virada de 68 foi uma retomada do velho Iluminismo", avalia o vice-diretor acadêmico da Direito GV, professor Antonio Angarita.

Eram tempos em que praticamente não era lícito ficar indiferente. "Revolucionários" arengavam com os "reformistas", mas mesmo os que se batiam pela "revolução" não afinavam quanto à moldura e quanto ao *modus operandi* do projeto revolucionário desejado. As lutas ao redor do mundo apaixonavam a imaginação dos estudantes que estavam na linha de frente das reivindicações por uma nova política educacional, bem diferente, diga-se, da patrocinada pelos governos militares. "Se o movimento camponês tomasse alguma consciência levava paulada na hora. O movimento operário estava muito dominado pelas interventorias. Os estudantes, então, se tornaram o que foram os tenentes na década de 20: o setor mais lúcido, mais avançado, mais organizado, mais ideologizado da classe média", comenta o professor de Ciência Política da Faculdade Cásper Líbero, Cláudio Arantes.

O ano de 1968, na sua ausência de relativismos e entretons, por vezes mais dividia e subtraía do que somava ou multiplicava. Haja vista a suposta rivalidade no campo da MPB entre admiradores de Chico Buarque e os amantes do Tropicalismo, tendo à frente Caetano Veloso. (Basta dizer que não ajudou muito na concórdia uma resposta do tropicalista Tom Zé à apresentadora Hebe Camargo, quando perguntado sobre o que achava de Chico: "Gosto muito; afinal, ele é nosso avô...").

A rebelião nos *campi*

Embora clandestino, desde o golpe militar de 64, o movimento estudantil brasileiro não ficou no seu casulo. "Os dirigentes estudantis não eram mais apenas porta-vozes de um descontentamento difuso, mas lideranças de aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores", anotou Daniel Aarão Reis no livro *68: A Paixão de uma Utopia* (Editora FGV). Mais de uma vez, a intelectualidade, a classe artística e setores arejados da Igreja se solidarizaram com manifestações de protesto dos estudantes.

A polícia invadiu escolas como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília, mobiliza-

ções foram sufocadas a pata de cavalo e bomba de gás lacrimogêneo. No segundo semestre de 1968, a escalada repressora apenas se intensificou. Os episódios mais sintomáticos da repressão foram o assassinato do estudante secundarista Edson Luís por um soldado da PM, no restaurante popular Calabouço (em 28 de março de 1968), e o desbaratamento do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), quando 720 congressistas foram presos. Por ser uma luta gritantemente desigual, as aspirações das lideranças estudantis ganhavam ainda mais a feição de sonhos, todos tornados pesadelos pelo fechamento cada vez maior do regime militar e pela voracidade do seu aparato repressivo – sobretudo com a decretação em 13 de dezembro do Ato Institucional nº 5, que dinamitou o Estado Democrático de Direito. A alguns desses "filhos de 68" restou como alternativa o ingresso na luta armada, propugnada por organizações clandestinas como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Em ensaio de 1978, o jurista José Eduardo Faria avalia que o "fanatismo" neutralizou os "aspectos positivos" de 1968 na medida em que a radicalização levaria à destruição da própria universidade enquanto "base de poder" dos estudantes na luta pelas suas reivindicações. "O grande erro surgiu quando os mais rebeldes radicalizaram suas posições e acabaram identificando a negação da ordem com a liquidação dos elos mais fracos de poder estabelecido: as instituições universitárias, onde, justamente, residia sua própria força", sentenciou Faria (leia a íntegra do texto abaixo).

Os ideais libertários pareciam contaminar o mundo. Na Tchecoslováquia, a chamada "Primavera de Praga" prometia novos tempos de abertura política num regime de partido único, sob o "socialismo real" ancilar da União Soviética. (Pelo menos, esse era o projeto do então novo presidente Oldrich Cernik...) Na França, a ocupação de universidades, a construção de barricadas no Quartier Latin do chamado "*chienlit* estudantil" estava levando a nocaute o presidente Charles de Gaulle. E inspirando os dirigentes estudantis daqui a não se renderem na luta por reformulações nas grades curriculares, por maior representação nos órgãos de decisão nas universidades e no combate ao acordo entre o Ministério da Educação e a USAID, uma agência do governo americano.

As influências do movimento negro nos EUA, do rock, das guerrilhas na América Latina e em países africanos como Zimbábue e Angola, o repúdio à Guerra do Vietnam também conquistaram mentes e corações dos sobreviventes de 1968. "O que havia nos centros do mundo era uma insatisfação com o *status quo* que não era bem definida. Não foi assim com as Revoluções Francesa, Americana, Soviética e Mexicana – as quatro grandes revoluções. Elas foram montadas de acordo com certo desejo, senão uma ideologia", observa Angarita.

Para Cláudio Arantes, não há como comparar a conjuntura do Brasil à de França e outros países. "As lutas brasileiras em si não sofrem influência direta dos eventos da França e da Alemanha. Essa ascensão que se dá em 68 está ligada a um processo que vinha desde 64", enfatiza. O professor titular de História Contemporânea da FFLCH-USP e pesquisador da Direito GV Carlos Guilherme Mota não endossa essa conclusão: "Jacques Godechot *[historiador francês]* trabalha muito com a idéia de contágio. Eu pensaria em 'sistema', uma forma de organização do mundo que estava mudando. Havia uma cultura de resistência. A palavra-chave era a descolonização, descolonização cultural, descolonização da Argélia, do Congo Belga, dos corpos, das mentes..."

"A crítica ideológica passou a considerar tudo, inclusive o papel de quem faz a crítica ideológica", sublinha Carlos Guilherme Mota

Ficou conhecida na época uma provocação do então ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, coronel Jarbas Passarinho: "O Tietê não é o Sena". A resposta veio da parte de um dos vice-presidentes da UNE, Luis Raul Machado, durante invasão da reitoria da USP: "Os nossos generais podem ficar tranqüilos. O que aconteceu na França não vai se repetir no Brasil. Vai ser muito pior."

É proibido proibir

Muitos daqueles jovens "antenados", "pra frente", que gostavam do cinema de Godard (ou que entravam na fila para assistir ao campeão de bilheteria naquele ano: *Roberto Carlos em Ritmo de Aventura*) nunca antes haviam experimentado tamanhas mudanças comportamentais. Como desaguadouro de um processo que vinha de anos anteriores (com revolução sexual, institucionalização do uso da pílula anticoncepcional...), 1968 assinalou uma liberação de costumes, um rolo compressor sobre tabus de há muito arraigados nas sociedades em escala mundial: mudanças no vestuário, nas relações com as drogas, rejeição ao que a sociedade ainda tinha de patriarcal, etc. Também nunca houve maior circulação de literatura digamos "de vanguarda". Tomos de Marcuse, Goldman, Althusser, Garraudi, Lukács, Régis Debray, Che Guevara e Simone de Beauvoir nunca foram tão sobraçados. "Mudou a relação dos estudos sujeito/objeto. A crítica ideológica passou a considerar tudo, inclusive o papel de quem faz a crítica ideológica", sublinha Carlos Guilherme Mota. E alinha os novos paradigmas que os insurrectos de 68 legaram até para os estudos da mente: "Michel Foucault *[1926-1984]* foi de uma importância fundamental: dessacralizou o papel do médico, da loucura. O LSD entrou nas experiências de psicanálise. Tem-se uma revisão da obra e da metodologia de Freud. A sessão de análise antes era de 50 minutos. Havia formalismo em tudo!" Antônio Angarita toma outro exemplo como marco daqueles tempos. Para ele, o musical *Hair* (de autoria dos americanos Gerome Ragni e James Rado, montada no Brasil pelo diretor Ademar Guerra e em que o elenco aparecia despido em cena) dava o tom das tendências que então se alastravam. "No teatro, *Hair* foi um ponto de inflexão. Daí por diante, até mesmo o teatro de revista nunca mais foi o mesmo. *Hair* rompeu uma tradição porque estava sintonizado com o movimento de revolta, com o descompromisso com que havia antes", nota Angarita.







Arquivo pessoal de J. E. Faria

Cenas brasileiras de 1968: no alto, destroços de uma passeata com a polícia o fundo (outubro). Acima, estudantes: um, acuado pela polícia (julho); o outro, no momento de lançar uma pedra nos conflitos da Maria Antonia, entre alunos da USP e do Mackenzie (outubro). Abaixo, saldo de um confronto e a estátua do soldado, manchada de tinta









ARQUIVO PESSOAL DE J.E. FARIA







Arquivo pessoal de J. E. Faria







Esquerda, a partir do alto: assembléia discute ocupação da Faculdade de Direito da USP; o DCE da FFLCH na Maria Antonia; alunos de Direito marcham presos (julho) e as barricadas na escola das Arcadas. Acima, a polícia entra no pátio da Faculdade de Filosofia da USP, na Maria Antonia. Abaixo, o choro da estudante

No alto, policiais e alunos em queda: manifestações de outubro. Acima, em julho, estudantes carregam o colega ferido. Abaixo, velório de estudante da Maria Antonia (outubro) e aluno no momento de lançar um coquetel nos conflitos entre FFLCH e Mackenzie (outubro). À direita, o acadêmico José Ulpiano (no quadro) é saudado por um estudante com o capelo









Em 1968 Cláudio Arantes tinha 20 anos e perseguiu muitas das utopias da geração, na condição de presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e de vice-presidente da Executiva Nacional de Estudantes de Ciências Sociais da UNE. Militante da Ação Popular (AP) e terceiranista de Ciências Sociais da ESP, foi testemunha de muitos dos confrontos sangrentos entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, e os da Universidade Mackenzie ligados ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e ao DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Folheando sua agenda do ano de 68, Cláudio verifica que a maioria das anotações, quase diárias, referiam-se a compromissos com o movimento estudantil. Nas horas vagas lia o romance *Pessach,* de Carlos Heitor Cony, e não o *best-seller* do ano, *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcellos. Também se lembra de que o epicentro da comunidade estudantil em São Paulo era a Maria Antônia – as assembléias aconteciam no pátio da Faculdade de Filosofia. Outras faculdades se localizavam por perto, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a Faculdade de Economia, a própria ESP, além, é claro, do Mackenzie. "Havia uma ligação interna entre a Faculdade de Filosofia e a de Economia. Você poderia passar de uma a outra sem sair pela rua, inclusive para driblar a repressão", conta.

Outro marco do descontentamento de 68 no Brasil foram as greves operárias, que sinalizavam que entre os trabalhadores e sindicatos nem só de "peleguismo" e interventores se vivia... Duas são invariavelmente catalogadas nas cronologias do "ano que não terminou", na expressão feliz de Zuenir Ventura. Algo inédito desde o golpe de 64! Uma em Contagem (MG), que paralisou 16 mil metalúrgicos de 16 de abril a 2 de maio contra o arrocho salarial e que conquistou vitoriosos 10% de reajuste, válidos para todo o Brasil. A outra, de 16 de julho, em Osasco, reuniu 15 mil metalúrgicos e terminou em prisão de operários e na mão pesada da intervenção no sindicato. Nos dois episódios não faltou aos trabalhadores o apoio de parcela dos estudantes.

Cláudio Arantes presenciou "a dois, três metros de distância" outro totem do descontentamento com a ordem vigente naquele vertiginoso ano: o atentado de ativistas da esquerda contra o então governador Abreu Sodré durante concentração de trabalhadores em comemoração do dia 1º de maio. O palanque em que Sodré e outras autoridades estavam desabou sob efeito de explosivos. "O Sodré foi expulso da festa e aí o movimento estudantil e as oposições sindicais fizeram o seu 1º de maio", lembra-se.

"Caminhando contra o vento"

Carlos Guilherme Mota viveu a comoção de 68, em grande parte, no sul da França, na Faculdade de Letras de Toulouse, para onde rumara graças a um convênio da USP. Professor-assistente de História Moderna e Contemporânea da Maria Antônia, trabalhava com o diretor da Faculdade, o respeitado – e já referido – Jacques Godechot (uma autoridade no que se refere aos "ciclos revolucionários da História Contemporânea" e um observador afiado que compreendia como poucos o que estava sucedendo com aqueles jovens libertários que repetiam palavras de ordem como "Camarada, corra, o velho mundo está atrás de você"). Mota embarcou num navio inglês em setembro de 67 e sua sintonia fina acusou que estávamos no fim de uma era, no que ele chama de "viragem mental". "Eu embarquei quando explodiu *Alegria Alegria [música de Caetano Veloso]*. Eu fiquei sabendo disso quando meu amigo Francisco Iglésias *[historiador mineiro]*, que tinha participado da minha banca de mestrado, me comunicou por carta. Colei a letra na parede do meu quartinho na cidade universitária", lembra-se.

Angarita considera que o ideário de 1968 ainda nos acompanha, no sentido de quemuito daquele programa não caducou

Lá em Toulouse, sentia-se à vontade na companhia de argelinos e, embora ganhasse minguada bolsa do governo francês, costumava custear modestas refeições aos exilados espanhóis da ditadura de Franco. Com sua régua de "historiador das mentalidades", Mota inspeciona a herança de 1968 no que ela contribuiu para uma agenda de transformação da universidade, como a renovação nas aulas, nas bibliografias, na relação professor-aluno, a luta pelas comissões paritárias na gestão das universidades, o concurso para contratação de professores. Ele cita até a campanha pelas eleições diretas para reitor da USP nos anos 80. "A universidade, em 68, estava envelhecida, com programas antiquados para as novas demandas. Havia um problema de mercado de trabalho: o aluno se formava dentro de programas tradicionalíssimos e a sociedade civil se mexia de outra maneira que não era mais aquela dos anos 50", avalia.

Mota recorda que, quando chegou em Toulouse, todos em sala se levantavam à entrada de Godechot e outros professores. Quando deixou a temporada francesa, os alunos já não se levantavam mais.

1968 encontrou Antonio Angarita da Silva como professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Minha visão de 68 vis-à-vis os jovens passou muito pela Escola. Eu era chefe de Departamento e professor – e esse contato com os jovens foi muito importante." Na EAESP, a tônica foi a diversidade ideológica entre os professores do Departamento, sendo alguns deles conhecidos por suas preferências e sua trajetória de ativista político, como Maurício Tragtenberg, Edgard Carone, Eduardo Matarazzo Suplicy e Sérgio Miceli. "Os alunos, ainda que comprometidos com o projeto profissional, nunca fecharam os ouvidos e os olhos para o que acontecia no Brasil e no mundo. Na EAESP o saber passa por outros caminhos, mas os alunos nunca abriram mão da questão política", acredita. Angarita considera que 1968 ainda nos acompanha, no sentido de que muito daquele programa não caducou. "Até hoje se colocam em pauta questões daquele tempo que não foram resolvidas. Nem sei se vão ser resolvidas de acordo com aquela formulação. Num certo momento a gente precisará pensar num novo 68 para resolvê-las", conclui.

DUAS VISÕES DE UM GRANDE INTELECTUAL

A seguir, duas reflexões de José Eduardo Faria sobre os acontecimentos de 1968. Uma exclusiva, escrita agora, em que o sociólogo do direito considera aquele ano uma efeméride, com tudo o que isso tem de restrito e episódico. E um escrito de trinta anos atrás, de 1978, quando o "maio de 68" completava uma década. Um interessante contraponto

1968 – A REVISÃO DE UMA EFEMÉRIDE

Por José Eduardo Faria

Maio de 68 começou em Paris, com as barricadas no Quartier Latin e a explosão de jovens que tinham por dogma a liberdade extrema e, como princípio evangélico, a utopia do "é proibido proibir". Evoluiu semanas depois com a percepção, por parte dos estudantes tchecos, de que a primavera seria possível mesmo em contextos há muito tempo manchados pelo sangue da intolerância ideológica e da opressão política. Prosseguiu nos Estados Unidos, com jovens marchando para exigir a paz, e na Alemanha, com as novas gerações protestando contra o desenvolvimento de armas nucleares. Atingiu as raias da barbárie por ocasião do massacre de Tlatelolco, ocorrido na Plaza de las Tres Culturas, uma zona arqueológica da cidade do México com construções pré-hispânicas, coloniais e contemporâneas, onde, posicionados nas janelas dos edifícios, atiradores de elite do governo dispararam durante 45 longos minutos contra uma multidão estudantil indefesa, causando centenas de mortos. No Brasil, maio de 68 resultou na "passeata dos cem mil", no Rio de Janeiro; na invasão da Universidade de Brasília por tropas do Exército, no Distrito Federal; e na chamada "batalha da Maria Antonia", em São Paulo – o conflito entre os estudantes de direito da Universidade Mackenzie e os alunos dos cursos de sociologia, política, filosofia e antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Quatro décadas depois, de que modo classificar e interpretar 1968? Como um *ano-constelação* no qual, sem qualquer motivo imediatamente explicável, coincidem fatos, movimentos e personalidades inesperadas e separadas no espaço, conforme diz Carlos Fuentes? Como um *processo*, sob a forma de um conjunto de grandes acontecimentos políticos que estão por trás de grandes mudanças econômicas e de transformações sociais, numa complexa dialética de continuidades e rupturas, de esperança e luta, de sonhos e delírios? Ou como simples sucessão de eventos – acontecimentos pequenos que se somam e vão ganhando corpo próprio e uma dinâmica específica que podem ou não resultar em *processo*.

Integrante daquela geração, como acadêmico de direito, e observador profissional de maio de 68 e de seus desdobramentos, como iniciante repórter de um dos mais importantes órgãos de imprensa do país, estive presente em alguns daqueles acontecimentos – da primeira greve de camponeses ocorrida na ditadura militar, e que eclodiu na cidade do Cabo, em Pernambuco, reduto de Francisco Julião e do padre Melo, ao congresso da UNE, em Ibiúna, passando pela depredação da fachada do Citibank, na avenida Ipiranga, pelo conflito da Vila Buarque, pelos contundentes protestos durante a Feira Paulista de Opinião e, principalmente, pela ocupação da Faculdade de Direito da USP. Claro, são fatos menores no âmbito de um país periférico – *eventos* distantes do epicentro dos grandes acontecimentos mundiais da época.

É difícil avaliar o quanto os acontecimentos locais marcaram – e em que condições – a história brasileira. Eles renderam sucessivas manchetes na época, é certo, do mesmo modo como é inegável que seus desdobramentos, sob a forma de sonhos e pesadelos, tiveram um caráter ambíguo e até paradoxal: se por um lado ajudaram a denunciar a ditadura e a reafirmar as liberdades públicas, por outro serviram de pretexto para ao fechamento das instituições, por meio do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 68, abrindo caminho para os dias mais sombrios e para os anos de chumbo do regime militar. Vencemos?

Fomos derrotados? Como explicar que, entre nós, alguns dos líderes universitários de 68 se metamorfosearam, quase quatro décadas depois, em políticos profissionais descompromissados com a ética, a moral, o interesse público e os chamados valores "neo-republicanos"?

Como explicar a burocratização da universidade pública e a manipulação de concursos, a banalização dos protestos de rua, a conversão de órgãos de representação estudantil em entidades chapa-branca a serviço de partidos sem densidade eleitoral e a concessão tão generosa e indiscriminada quão abjeta e absurda de indenizações pecuniárias com recursos públicos, a título de ressarcimento por prejuízos materiais que a militância política teria causado?

Argutos comentaristas dos acontecimentos de 68 falam em "vitórias adiadas" e em "derrotas pírricas", por um lado lembrando que os frutos daqueles embates entre o movimento estudantil e a ordem estabelecida somente podem ser avaliados a longo prazo e, por outro, afirmando que os caminhos da democracia e da crítica social se abriram graças ao que se iniciou em maio, em Paris, e se encerrou de modo melancólico meses depois, com a invasão da Tchecoslováquia por tropas russas, em 20 de agosto, quando um jovem atirou uma pedra contra elas, tropeçou e foi esmagado pela lagarta de um tanque, e em 2 de outubro, com o massacre de Tlatelolco, no México. Mas em que medida é possível afirmar que, do vicejar das flores na primavera ao ovo da serpente chocado no outono, 1968 foi determinante na abertura do caminho para a queda do muro de Berlim, quase vinte anos depois, bem como para a afirmação dos direitos civis nos Estados Unidos e para a redemocratização da América Latina? Há também quem coloque na mesma contabilidade o direito das crianças, a emancipação das mulheres, a defesa do meio ambiente e a defesa pela alimentação – até que ponto não se estará exagerando na importância dos acontecimentos de 1968?

Uma década depois, quando o *Estado* e o *Jornal da Tarde* lançaram em 1978 cadernos especiais comemorativos, aqueles acontecimentos ainda estavam quentes nas lembranças da memória, tendo então rendido o pequeno artigo ora publicado. É um texto do qual ainda exala um tom romântico e idealista de que, três décadas depois, abdico. O artigo tratava de embates e contestações à luz do conceito de *felicidade pública*, que Hannah Arendt retomou em ensaios antológicos sobre a verdade e a mentira na política. O texto, que partia da premissa *arendtiana* de que "a capacidade de agir em conjunto" leva ao "poder legítimo", deixou de lado a questão essencial das motivações da ação. O que a geração de 68 tanto perseguia – a crítica social, a humanização do sistema político do Leste europeu, formas alternativas de vida e a "legitimidade revolucionária" (independentemente do que isso signifique em termos concretos)? Igualmente, pelo que se lutava – a intolerância contra a autoridade, uma tendência cultural já visível a olho nu no início da década de 60? Qual era ao certo o inimigo a se combater: o conformismo? A ordem capitalista? Os conservadores valores das famílias pequeno-burguesas? O individualismo possessivo e hedonista? As diferentes formas de opressão ideológica? As ditaduras políticas? As promessas humanistas de luta contra as diferentes formas de fascismo na vida social?

O fato, inegável, é que 1968 marcou época – interpretá-lo, desculpando-me pelo jogo de palavras, é outra história. Relendo no arquivo do *Estado* o que foi publicado na época, inclusive textos meus, relembro-me de que sólidas e tradicionais democracias liberais ruíram, ditaduras militares foram denunciadas, governos à esquerda e à direita se sucederam em pouco espaço de tempo, o desrespeito corroeu a autoridade e figuras públicas hieráticas do pós-guerra foram moralmente agredidas por estudantes tão atrevidos quão seduzidos por seus próprios discursos. Nada, absolutamente nada, foi poupado naqueles meses singulares e agitados que hoje se constituem em *efeméride*, no sentido mais corrente que os dicionários dão à palavra. Carlos Fuentes disse recentemente que não vivemos hoje sob os ares daquele ano, que a história não se repete, que não se pode confiar em idílios e que 68 não deve servir para a comemoração de vitórias particulares, ainda que seja correto analisar fatos passados, para descobrir o que não conseguimos conquistar. Mais cáustico, o historiador Elias Saliba adverte para o perigo desse tipo de balanço – o risco de que se converta em "paixão da maturidade" ou em "lugares de memória", onde ficam nossas expectativas nostálgicas.

Efeméride. Este é, certamente, o termo que melhor se aplique aos acontecimentos de 1968. Quarenta anos depois, creio ser essa a maneira mais prudente de voltar os olhos para o passado.

A HERANÇA DE 68

Por José Eduardo Faria (1978)

Ne gâchez pas votre pourriture (não estrague sua podridão), diziam os estudantes nas revoltas de 1968. Foram tempos difíceis e aquele ano parece, efetivamente, ter resumido um estado de espírito e uma atitude intelectual que marcou – e ainda marca – as gerações posteriores. Afinal, aquele foi o ano em que os soviéticos invadiram a Tchecoslováquia e liquidaram a "primavera de Praga". Foi, também, a época em que os universitários da Sorbonne pararam a França, durante algumas semanas, numa revolução livre, desburocratizada e dispersa, espalhando pelo resto do mundo uma onda de protestos, no sentido romântico de uma retomada dos impulsos morais que as gerações anteriores teriam deixado perecer.

A teoria – diziam os líderes dos movimentos – deveria nascer da ação. Daí, por exemplo, as afirmativas – publicadas, na época, por O *Estado de S. Paulo* – de que "os partidos não servem mais, os sindicatos estão superados, as exigências da explosão cultural são indesconhecíveis, mas, ao mesmo tempo, inexistem, prontas, fórmulas substitutivas satisfatórias". A conclusão inevitável: "Trata-se, então, de manter e fomentar o protesto enquanto protesto, dando tempo ao tempo, até que novas proposições se formulem".

As revoltas de 1968, contestadoras da hipocrisia e das contradições do mundo moderno, mediante uma anárquica luta pela negação da ordem, tiveram seu preço: não apenas revelaram a indigência cultural e o vazio ideológico a que as gerações universitárias dos anos 60 tinham sido reduzidas como provocaram uma violenta repressão conservadora. O Brasil não ficou distante de tudo isso: naquele fatídico 13 de dezembro, as garantias individuais e o próprio quadro da legalidade foram suspensos pelo AI-5.

Se houve alguém capaz de compreender a verdadeira natureza daqueles pesadelos tão românticos quanto violentos e inconseqüentes, como os movimentos estudantis que agitaram boa parcela do mundo ocidental, em 1968, foi sem dúvida alguma a pensadora germano-americana Hannah Arendt. Falecida em 1975, muito já se falou a respeito de suas idéias sobre a condição humana, os fenômenos revolucionários, os perigos do totalitarismo e a crise da autoridade. No entanto, quase ninguém lembrou-se de que, naqueles anos agitados, foi essa filósofa de mais de sessenta anos que forneceu algumas das mais claras explicações para o comportamento revolucionário das novas gerações.

Seu ponto de partida para a compreensão dos movimentos estudantis foi o vazio cultural e ideológico que envolveu os universitários americanos nos anos 50 – silenciosos, apáticos e inconcludentes – e que se transformaram, a partir da segunda metade dos anos 60, em contestadores violentos e aguerridos. Atuando de forma barulhenta, mas motivados quase que exclusivamente por valores morais – o que parece ser raro hoje, principalmente no que se refere à luta pelo poder – a experiência vivida em passeatas de rua e agitações nos *campi* possibilitou a essas gerações a descoberta de um novo aspecto do jogo político: *agir é divertido*.

Em outras palavras, os estudantes de 1968 finalmente teriam encontrado aquilo que o século XVIII chamou de *felicidade pública*: quando o homem toma parte da vida pública, abre para si mesmo uma dimensão da experiência humana que, de outra forma, ficar-lhe-ia fechada e que, de certa maneira, constitui parte da *felicidade completa*.

Acontece, entretanto, que os aspectos positivos daquelas revoltas logo foram neutralizados pelo fanatismo, pelas ideologias, pelo tédio e por uma destrutibilidade criminosa que, nos países de instituições débeis, criou condições para o aparecimento de ditaduras e totalitarismo. Afinal, como a própria Hannah Arendt reconhece, as coisas boas da história geralmente duram pouco, embora mais tarde possam vir a ter uma influência decisiva durante longos períodos.

Os distúrbios de 1968, de acordo com essa visão, coincidiram com uma séria crise quanto à validade da ciência e a crença no progresso, o que precipitou um conflito na redefinição de fins e funções no âmbito da universidade e acabou provocando um impasse sem precedentes entre os corpos docente e discente. Assim, o processo de politização da universidade não teria partido dos estudantes, mas dos próprios professores, na medida em que assumiram posições excessivamente dogmáticas ao discutir seu papel como cientistas, contribuindo com isso para comprometer a imagem de respeito e seriedade das investigações científicas.

Ora, como Hannah Arendt afirmou ao discutir o lugar da verdade e da mentira na política, *poder* e *verdade* são conceitos perfeitamente legítimos nas suas prerrogativas, mas ambos totalmente independentes: nesse sentido, enquanto a veracidade jamais esteve entre as virtudes políticas, as mentiras sempre têm sido encaradas como instrumentos justificáveis.

Dessa forma, o difícil ano de 1968 assistiu não somente a um mero conflito de gerações, mas sim a um dos momentos culminantes da crise de autoridade que vem envolvendo o mundo contemporâneo desde o início da década de 60. Como o pior inimigo da autoridade é o desrespeito, foi justamente pela perda de confiança em seus mestres que os estudantes sentiram-se tentados a substituí-la pelo *poder* (a capacidade de agir em conjunto), invertendo as regras do jogo e tentando ditar seus próprios destinos. É isso que explica, por exemplo, as barricadas do Quartier Latin e ocupações de Berkeley e outras importantes instituições universitárias pelo *poder estudantil*, em 1968.

A força física foi o mais eficiente (quando não o único) instrumento que os dirigentes públicos encontraram para desalojá-lo, uma vez que o impasse havia atingido seu ponto crítico, o que, pelo menos em parte, acabou justificando a reação igualmente violenta do movimento estudantil, com a finalidade de "arrancar a máscara da hipocrisia da face do inimigo". O grande erro, entretanto, surgiu quando os mais rebeldes radicalizaram suas posições e acabaram identificando a negação da ordem com a liquidação dos elos mais fracos de poder estabelecido nas instituições universitárias, onde, justamente, residia sua própria força.

Era por isso que, na época, Hannah Arendt afirmava que a universidade somente poderia continuar como base de poder dos estudantes na luta pelas suas reivindicações enquanto tivessem a suficiente lucidez de não serrar o galho em que estavam sentados. Em outras palavras, sua advertência era no sentido de que qualquer radicalização violenta não apenas levaria a maior parte dos movimentos estudantis ao fracasso como, ainda, poderia acarretar sua própria destruição.

Alguns anos depois, quando a crise de autoridade e de legitimidade do mundo contemporâneo ganha novos contornos, este é um dos aspectos mais importantes da herança deixada por Hannah Arendt: a compreensão do comportamento revolucionário da geração de 68, no sentido de que o idealismo, correção e magnitude de suas aspirações jamais poderiam justificar a adoção de métodos arbitrários e a destruição da própria universidade como instituição.



OS NOVOS MILIONÁRIOS

Em um ano o Brasil elevou o número de milionários em 60 mil – a fortuna desses investidores soma US$ 675 bilhões. É o clube daqueles que têm mais de US$ 1 milhão aplicado no mercado financeiro

Por Beatriz Rey
Ilustração Weberson Santiago

No dia em que esta reportagem foi escrita, os jornais paulistanos registraram um marco histórico: a Bovespa fechou suas operações com alta de 1,17% para 70.174 pontos, no índice Ibovespa. Principal indicador do mercado de ações, o Ibovespa expressa na forma de pontos a evolução dos preços das 63 ações mais negociadas na Bovespa, correspondendo a mais de 90% do volume financeiro diário. O recorde aconteceu cinco dias depois de a agência norte-americana de classificação de risco Standard & Poor's elevar a nota do Brasil para BBB+. Em outras palavras, o país é considerado um investimento mais seguro.

Repercutindo a boa avaliação ou não, o mercado de capitais brasileiro anda de ótimo humor, assim como investidores, corretores, acionistas e todos os atores que nele desempenham um papel. Uma dimensão do otimismo que dominou o mercado pode ser percebida com recente levantamento do Grupo BCG (The Boston Consulting Group): em um ano o Brasil elevou o número de milionários em 60 mil. A fortuna desses milionários soma aproximadamente US$ 675 bilhões, ou metade do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Milionários, para o BCG, são aqueles que têm mais de US$ 1 milhão aplicado no mercado financeiro. Outro dado interessante: uma pesquisa realizada com 1.170 ex-alunos da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP) em 2006 revela que um terço dos graduados optou por trabalhar no setor financeiro. Segundo o responsável pelo estudo, Wagner Cassimiro, o motivo está na remuneração bastante agressiva.

A maturidade do mercado de capitais brasileiro é inegável e, para alguns, irreversível. "Esse processo veio com a estabilidade econômica, que foi plantada com o Plano Real, mas que está sendo consolidada no governo Lula", analisa Tereza Kaneta, diretora de planejamento e operações da MZ Consult, empresa de consultoria financeira que sentiu essa maturação na pele. Há quatro anos a MZ contava com 30 funcionários e menos de 30 clientes. Hoje são aproximadamente 300 funcionários que trabalham para 270 clientes. Os serviços prestados pela MZ foram pensados exatamente para dar conta das mudanças no mercado de capitais. "Nós fornecemos consultoria pré e pós IPOs, como planejamento e, posteriormente, divulgação de balanços", explica. "Cada vez mais as pessoas e as empresas querem ir para a Bolsa, para captar dinheiro. A Bolsa está sendo vista como uma opção de investimento. Há risco, mas as pessoas estão dispostas a corrê-lo", emenda.

IPO é a sigla, no linguajar econômico, para *inicial public offering* – em português, oferta pública inicial. Um IPO acontece quando uma empresa decide transformar seu patrimônio em ações na Bolsa de Valores. "Podemos dizer que as primeiras a fazer IPO foram a Gol e a Natura, entre outras, em 2004", diz Tereza. Para ela, esse é o ano que marca o início do boom do mercado de capitais. "É claro que o Brasil já tinha um mercado de capitais, mas o fato de empresas, muitas vezes pequenas, terem acesso à Bolsa já demonstra maturidade. É um sinal de que as coisas estão indo bem", analisa.

O mercado de capitais brasileiro está concentrado basicamente na Bovespa e na BM&F. A primeira, o único centro de negociações de ações do Brasil, é também a maior Bolsa de Valores da América Latina, abrigando atualmente 70% do volume de negociações da região. Hoje a Bovespa já opera com leilão eletrônico (feito pelas corretoras, instituições autorizadas a operar na Bolsa, com o recente serviço de ho-

mebroker) e after market (negociações até às 19h). A BM&F é a maior da América Latina em número de contratos negociados, além de ser a única bolsa de futuros atuante no Brasil. Por "futuros" entendem-se futuros de taxa de juros, futuros de taxa de câmbio de reais por dólar norte-americano, futuros de Ibovespa, futuros de cupom cambial, contratos futuros em commodities agropecuárias, como café, boi gordo, bezerro, soja, milho, algodão, açúcar e etanol.

Há uma grande semelhança entre a Bovespa e a BM&F: nunca esteve tão em moda falar nelas. Não só as duas instituições fizeram IPOs de si mesmas, colocando seus títulos no pregão, como anunciaram recentemente que entrarão em processo de fusão de atividades. Em valor de mercado, será criada a terceira maior Bolsa do mundo e a segunda das Américas, só superada pela bolsa de Chicago. A animação, realmente, é geral. Animadas estão as corretoras, que recebem cada vez mais clientes em pessoas físicas e jurídicas, com interesse surpreendente de entrar no mercado financeiro. Animadas estão muitas empresas que, embaladas pelo boom, decidem dividir o certo prestígio que alcançaram em ações na Bolsa, já que a segurança hoje é mais garantida. E animados estão alguns investidores que mantinham títulos na Bovespa ou na BM&F e, após os IPOs, passaram a integrar uma seleta lista de novos milionários.

A desmutualização da bolsa

Antes do chamado processo de desmutualização da Bovespa, quem desejava operar na Bolsa poderia comprar títulos patrimoniais de, por exemplo, operador especial, membro de compensação e corretora. Quem comprou as ações nas quais esses papéis foram transformados passou a deter direitos de ações de uma empresa chamada Bovespa Holding S.A. O mesmo aconteceu com a BM&F. Para quem vendeu os títulos, o investimento foi mais que compensatório. Só na oferta inicial dos papéis da Bovespa, dos 147 acionistas, 33 eram pessoas físicas. Entre elas, herdeiros, como Maria Cristina Lara Dias de Souza, da corretora Dias de Souza, que recebeu 32,511 milhões, e não quis comentar o assunto por não concordar com a relação dos novos milionários publicada pelo jornal *Valor Econômico* em 29 de outubro de 2007.

Segundo o jornal, quase a totalidade das 33 pessoas físicas que venderam parte de suas ações da bolsa na oferta inicial mantêm suas corretoras. Para explicar o motivo pelo qual as próprias empresas não embolsaram o dinheiro, o periódico explica: "O lucro de uma instituição financeira está sujeito ao pagamento de uma alíquota de 33% do Imposto de Renda. Já o imposto sobre o ganho de capital de pessoa física é de 15%, segundo explicou ao *Valor* uma fonte que participou do processo de desmutualização da bolsa. Por causa disso, muitas corretoras fizeram uma complexa operação de redução de capital, mediante a transferência dos títulos patrimoniais aos acionistas pessoa física".

Ainda segundo o jornal, o banco Indusval reduziu seu capital em R$ 16,7 milhões, entregando aos acionistas seis títulos da Bovespa, um de membro de compensação e um de corretora da BM&F. Manoel Félix, presidente da BM&F, recebeu com a transação 6,830 milhões de reais. Por meio de sua assessoria, ele se recusou a comentar o assunto. A lista dos novos milionários se mostrou, antes de seleta, inacessível.

Lombardi e a Interfloat HZ

No quarto andar do prédio de número 63 na Rua Boa Vista, no centro de São Paulo, percebe-se uma incipiente movimentação. Aos poucos, homens engravatados vão tomando seus lugares em frente a dezenas de monitores pretos, localizados em duas salas, que tomam quase todo o espaço do andar. No fundo de ambas, um aparelho televisor sintonizado no canal Bloomberg se veste de som ambiente. Ainda é cedo. Às 8h40 de uma segunda-feira pós-feriado, essa sala de negociações da corretora Interfloat ainda está amanhecendo. Como São Paulo, que tomada por uma massa cinzenta e fria, briga com o vento para chegar ao trabalho, à escola, no horário. Enquanto isso, aqueles dez homens, talvez menos, embrenham-se em tarefas não menos árduas: entender números, índices, porcentagens, gráficos, sentir o humor do mercado, elaborar estratégias, emitir ordens de compra ou de venda.

Primeiro da lista, com a venda de seus títulos de operador especial, além de quatro outros papéis em comodato com a corretora, Lombardi ganhou R$ 60,4 milhões

A máquina de café na recepção, na qual Valéria, secretária da Interfloat, quis me fazer um capuccino, faz-se mais que necessária. Uma sensação de estranheza, entretanto: geralmente investidores têm performances solo, seja de casa acionando uma corretora ou diretamente na própria Bolsa de Valores, entre outras situações. Naquelas duas salas, não. Ali se concentram todos os clientes da corretora Interfloat HZ – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários que desejam operar na Bovespa ou na BM&F.

O dono da Interfloat se chama Roberto Lombardi de Barros, conhecido por Lombardi pelos amigos. Paulistano, mora no bairro Jardim Paulistano desde que nasceu. Casado, pai de quatro filhos – três meninas e um menino, por pouco não repetiu a história de seu avô, que teve três filhas mulheres – ele é um dos nomes da lista dos novos milionários produzidos pelo IPO da Bovespa. Com a venda de seus títulos de operador especial, além de quatro outros títulos em comodato com a corretora, ganhou R$ 60,4 milhões.

Mas o capuccino de Valéria não foi a única bebida oferecida. Na sala em que conheci Roberto, já no 5º andar da mesma Interfloat (um acima da sala de negociações da corretora), uma mesa deixava à mostra duas taças, uma azul e outra transparente, um prato e uma colher. Não houve tempo para indagações. Em questões de segundos, José, responsável pela cozinha, ofereceu-me suco de laranja, água gelada e uma simpática salada de frutas. "Bom dia, José", disse Roberto, ao ser interrompido pelo homem de vestes brancas. Naquele dia Roberto vestia uma camisa azul, coberta por um blazer cinza e calça da mesma cor, e um relógio preto. O dono da Interfloat fala com propriedade, como se fosse um professor. Conhece o mercado financeiro há no mínimo dezenove anos, já que com 10 precocemente acompanhava o trabalho do avô materno, quando era dono da corretora Lombardi S.A., em 1974. Além de estar muito certo do que diz, quando diz, Roberto faz pequenas pausas, entre frases e entre palavras.

Ele reafirma várias vezes não se lembrar ao certo de alguns números e datas, mas permeia muitos deles na conversa de bate e pronto. Exemplo: não só ele sabe o valor que pagou pelo título de operador especial na BM&F, em 1987, mas se lembra por quanto saiu o primeiro, o segundo e o terceiro título. "O primeiro saiu por dois milhões, o segundo, por dois e trinta, o terceiro, por dois e quarenta", recorda-se. Foi a primeira ousadia de Roberto. "Eu tinha falado com o meu amigo Renato, que palpitou que eu pagaria setecentos mil. Quando saiu o quarto título, veio o valor de dois milhões e oitenta. Fechei os olhos e, sem pensar, comprei. Depois cheguei em casa e disse: mãe, preciso contar com você e com o papai porque fiz uma loucura", conta.

Formado em propaganda e marketing pela ESPM, ele trabalhava na área de marketing da Antártica na época – chegou a coordenar a campanha de lançamento dos refrigerantes *diets* – e não tinha como pagar à vista pelo título. Sua sorte é que, como a BM&F estava apenas começando, havia a opção do financiamento. Não só ele financiou o valor, como alocou seu título por dois anos. "No dia que decidi alugar, me ligaram cinco pessoas. Percebi que o negócio era bom mesmo", diz.

Quem imaginaria que receberíamos, sob a gestão Luiz Inácio Lula da Silva, um aumento na nota do investment grade, me pergunta Roberto Lombardi

Outra data que Lombardi tem de cabeça é o seu primeiro dia de pregão: 2 de janeiro de 1989. Com 25 anos na época, o investidor novato deixara o emprego na Antártica e uma ótima proposta de emprego na Johnson's para atender um sonho antigo. "Meu primeiro dia foi fascinante, mas eu senti que era um caminho sozinho aquele. Não tinha aquele negócio de equipe, como na Antártica. Também não sabia nem como comprar e vender. Só não desisti porque gostava da adrenalina de tentar sair positivo ao final de cada dia, e porque achava que aquele mercado iria crescer muito", relata. Sua grande prova de fogo aconteceu dois anos depois, quando o especulador Naji Nahas emitiu um cheque sem fundos e derrubou a Bovespa por uma semana inteira. Com um movimento inverso ao do mercado, Roberto conseguiu sair por cima, mesmo com a crise.

A bênção do João Pedro

Em seguida veio o Plano Collor. "Nós vínhamos negociando 120 mil contratos de ouro à vista todos os dias. Depois do Plano, esse número caiu para 10 mil", aponta. Esse período atípico foi suficiente para que ele aprendesse a ser disciplinado e prudente no que faz. "Para trabalhar no mercado financeiro você precisa enxergar momentos difíceis como momentos em que você pode se desempenhar muito bem", sentencia. Após a compra da Interfloat, em 1992, o paulistano vivenciou outra crise, menos caótica para o mercado, mas causadora de um prejuízo altíssimo para o seu bolso. "Tivemos um cliente inadimplente. Depois disso, deixei a corretora até mais ou menos o ano de 2000 operando somente com serviços básicos", explica, adiantando-se em emendar que esse é o mesmo ano que a Interfloat conseguiu entrar na Bovespa.

Segundo Roberto, a corretora tem uma série de particularidades, baseadas em sua experiência pessoal. A opção de atender majoritariamente pessoas físicas, por exemplo, reflete sua vivência como operador especial. "Fui pessoa física que operei só para mim, então nós damos uma boa infra-estrutura para quem quer fazer algo semelhante, só que numa sala de negociações", completa. Assim é o perfil do cliente da Interfloat: profissional de mercado que entra na abertura do pregão e só sai ao final dele, tendo sua renda proveniente exclusivamente das operações realizadas nas Bolsas.

Como quem tenta simplificar o que, em termos de volume financeiro, não pode ser simplificado, ele explica como levantou tanto dinheiro com o IPO da Bovespa. "Eu comprei os títulos da Bovespa num momento muito ruim, então paguei 50% de desconto. E outra, o título patrimonial é o que dava, antes do IPO, a capacidade operacional. Investi nos títulos por esses dois motivos: compensava e era um jeito de expandir meus negócios", resume. Se ele imaginava que a Bovespa pudesse passar por um processo de desmutualização? Rindo, Roberto diz que, se alguém soubesse, logo correria para comprar títulos. "O dinheiro já está aplicado, e eu pretendo usá-lo para capacitar futuros investimentos na Interfloat, pois o processo de consolidação do mercado de capitais vai exigir isso", revela, perguntando-me quem imaginaria que receberíamos, sob a gestão Luiz Inácio Lula da Silva, um aumento na nota do investment grade.

Entre os planos para a corretora está o serviço de gestão de recursos de terceiros, a ser inaugurado junto com a nova sede, na Avenida Faria Lima. "A nova sede será uma boa coisa para mim também porque vou fugir um pouco do trânsito caótico de São Paulo", comenta. Com uma rotina atribulada, há dias em que Roberto chega antes das 9h ao prédio da Rua Boa Vista, e sai por volta de 23h. Tentando equacionar a vida familiar com a vida profissional, o futebol e o tênis, por exemplo, foram deixados de lado por um tempo. "Trabalhar no mercado financeiro exige, mesmo, foco. Sempre tive paixão por isso, gosto de participar da volatilidade, do sobe-e-desce da Bolsa", afirma, e em seguida faz uma longa pausa. "Não me vejo fazendo outra coisa, realmente." Casado há quinze anos, Lombardi se lembra do episódio do nascimento do último filho, João Pedro, de 4 anos. "Depois da nossa terceira filha, eu ia fazer a vasectomia, mas o corre-corre do dia-a-dia acabou adiando. E então o João Pedro veio. Foi uma bênção", ele confessa, com um sorriso no rosto.

A BOVESPA E AS LIÇÕES DE NORBERTO BOBBIO

Por Carlos Costa

No último dia 25 de abril, na posse de novo ministro da Economia da Argentina, Carlos Fernández, a imprensa do país vizinho destacava que um dos pedidos unânimes dos empresários presentes à cerimônia, no final daquela tarde de sexta-feira, era transparência do governo com relação aos números maquiados da inflação. Enquanto analistas e centros de pesquisas falam de patamares de até 30%, o Instituto Nacional de Estadística y Censos insiste que a inflação não chegará aos 10% no corrente ano.

Ao editar este número de *Getulio* sobre as novas formas de capitalização das empresas no Brasil, sobre o impacto da bolsa e do Novo Mercado na solidez e sustentabilidade do atual momento de crescimento do Brasil, lembrei-me diversas vezes da transmissão ao vivo da posse do novo ministro pela rede de TV oficial argentina, a ATC-Argentina Televisora Color. Quando a maior queixa dos empresários de um país é sobre a falta de transparência nas informações mais comezinhas, para usar a palavra meio esquecida, que dizer da falta de um projeto de país ou de uma visão compartilhada de futuro?

Foi notável nestas últimas semanas a quantidade de boas notícias sobre a solidez e a sustentabilidade do atual momento por que passa a economia brasileira. O país ganhou o título de "grau de investimento" da agência Standard & Poor's. No rastro, a Bolsa fechou a primeira semana de maio batendo recordes de pontuação, acumulando altas consecutivas. O mês começara bem: com o anúncio de que o FMI refazia para cima sua previsão de crescimento do Brasil em 2008. Dados do relatório World Economic Outlook, divulgado pelo Fundo Monetário Internacional, estimam agora que a economia brasileira crescerá 4,8% em 2008, um aumento de 0,3% em relação à projeção anterior, emitida em janeiro. Crescimento que será maior que o da economia global (3,7%, de acordo com o relatório do FMI).

Segundo o IBGE divulgou na mesma semana, a produção da indústria aumentou 6,3% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2007. Outra boa nova: no dia 5 de maio, a Confederação Nacional da Indústria divulgou pesquisa sobre vendas do setor que mostra alta de 7,6% no primeiro trimestre, a maior expansão dos últimos cinco anos. Mais ainda: as contratações de trabalhadores na indústria de transformação aumentaram 4,9% no primeiro trimestre, numa comparação com o mesmo período do ano anterior.

Essa onda de boas notícias vem desde novembro do ano passado, quando se descobriu que, abaixo de camadas de sal no litoral paulista, dormiam 70 bilhões de barris de petróleo – e isso num momento em que os preços do petróleo seguem em escalada. O barril fechou pela primeira vez acima da barreira dos US$ 121 na primeira terça-feira de maio, após alcançar recorde durante o dia, de US$ 122,73.

É certo que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Como alertou o jornal inglês *Financial Times* em seu editorial "Re-Rating Brazil", de 6 de maio, "Certamente, a conquista do Brasil é notável. Seis anos atrás o país era considerado à beira da falência. No entanto, o grau de investimento torna a dívida de um país mais atraente para os grandes fundos de pensão e as seguradoras, mas não é em si um distintivo de desenvolvimento". E concluía que há ainda muito trabalho a ser feito. Com o que todos concordamos.

Mas ouvir o presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, comentar sobre suas leituras e o aprendizado, com Norberto Bobbio, de que democracia é visibilidade, transparência e acesso – e de como ele aplicou muitos desses conceitos aprendidos com o pensador italiano na administração da Bovespa –, mostra que estamos mesmo em outro patamar. "Foi isso que aplicamos na Bovespa: criamos o cargo do ombudsman, desenvolvemos parcerias com as forças sindicais, criamos o Novo Mercado, temos projetos visando à responsabilidade social", disse Magliano na entrevista deste número.

A maturidade do mercado de capitais brasileiro é inegável e, para alguns, irreversível. Vivemos um excelente momento da economia, nesse processo baseado na estabilidade econômica que o país passou a viver depois do Plano Real e consolidada no atual governo. Magliano considera que todas as ações e medidas da Bolsa estão embasadas num compromisso de transparência e visibilidade: "Não é uma estratégia de marketing ou de apelo comercial. São medidas que estão embasadas em conceitos filosóficos, são aplicações das idéias do Norberto Bobbio, e é por isso que têm sustentação".

Essa mudança cultural que se processa no país – que tinha a histórica característica da vocação da riqueza sem a vocação da poupança – é, sem dúvida, conseqüência de um trabalho sério, como o realizado pela Bovespa. E as boas notícias que se acumulam agora são estímulo para que o exemplo dessa transparência e visibilidade, um dos pilares da gestão corporativa implantada pelo Novo Mercado, contamine todos os escalões da gestão da coisa pública. Assim, ninguém terá de pleitear transparência dos números publicados pelo governo – ao contrário do que pediam os empresários argentinos na posse de novo ministro da Economia.

FIM

MBA FGV



REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO EXECUTIVA.

2º SEMESTRE DE 2008

MBA EXECUTIVO / PÓS-GRADUAÇÃO
Administração de Empresas | Agronegócio
Cinema Documentário | Comércio Exterior | Comunicação
Direito | Finanças | Gestão de Pessoas
Logística | Mercado | Mercado de Capitais | Negócios
Projetos | Tecnologia da Informação

CURSOS A DISTÂNCIA
Gestão | Finanças | Marketing
Meio Ambiente | Projetos
Recursos Humanos

www.fgv.br/mba-sp

FGV

GV. Porque em Direito duas letras mudam tudo.

A **DIREITO GV** propõe um modelo inovador de ensino do Direito, integrado à Administração, Economia e outras ciências humanas e orientado para a realidade nacional e do mundo. Porque acredita que pode e deve formar operadores do Direito capacitados a enfrentar problemas jurídicos complexos, de forma criativa e empreendedora.

A GV de quem vai fazer direito.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

www.direitogv.com.br